



ases e faces
da migração
em São Paulo

Universidade Estadual de Campinas

Reitor

Fernando Ferreira Costa

Vice-Reitor

Edgar Salvadori de Decca

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Roberto Rodrigues Paes

Pró-Reitor de Pesquisa

Ronaldo Aloise Pilli

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Euclides de Mesquita Neto

Pró-Reitor de Graduação

Marcelo Knobel

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

João Frederico da Costa Azevedo Meyer

Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano

Coordenação do Núcleo de Estudos de População (NEPO)

Estela Maria Garcia Pinto da Cunha

OBSERVATÓRIO DAS
MIGRAÇÕES EM
SÃO PAULO
FASES E FACES DO FENÔMENO
MIGRATÓRIO NO ESTADO DE
SÃO PAULO





ases e faces
da migração
em São Paulo

Rosana Baeninger

Núcleo de Estudos de População (NEPO) – UNICAMP
Av. Albert Einstein, 1300 – CEP: 13081-970 – Campinas – SP – Brasil
Fone: (19) 3521 5913 – Fax: (19) 3521 5900
www.nepo.unicamp.br

Apoio

Projeto: Observatório das Migrações em São Paulo
FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Organização e Revisão Geral Rosana Baeninger

Colaboração Maria Ivonete Z. Teixeira

Capa, Produção Editorial e Diagramação Traço Publicações e Design
Fabiana Grassano
Flávia Fábio

Foto da Capa Família Batola Raffaelli, 1920

Ficha Catalográfica Adriana Fernandes

FICHA CATALOGRÁFICA

Fases e faces da migração em São Paulo / Rosana Baeninger. - Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

146p.

ISBN 978-85-88258-32-7

I. Migração interna. 2. Migração internacional. 3. São Paulo. I. Baeninger, Rosana. II. Título.

Sumário

Introdução	7
Fases da migração	9
Migração: tipo e etapa.....	12
Migrações: modalidades migratórias e urbanização	37
Migrações, Migrações.....	58
Considerações finais	86
Referências.....	88
Faces da migração em São Paulo	97
Linha Temática I.....	99
Registros históricos	100
Registros históricos, registros de vida.....	104
Entrada de imigrantes durante e Pós-Primeira Guerra Mundial.....	114
Novos imigrantes do Pós-Segunda Guerra Mundial	116
Migrações rurais-urbanas.....	118
Desenvolvimento e imigração	122
Linha temática II.....	125
Cidades e imigração	126
Imigração internacional contemporânea.....	132
Migrações internas do século 21	138
Local de origem dos migrantes temporários.....	140
Cenas da presença nordestina.....	142
Mobilidade dos Povos Guarani	143
Emigração de brasileiros	144
Créditos fotográficos	147



Introdução

Os desafios teóricos e metodológicos para o estudo das migrações internas e internacionais têm pautado os estudos da comunidade científica nas últimas décadas. Na reconstrução histórica do fenômeno migratório pode-se encontrar elementos que permitem acompanhar o deslanchar de processos posteriores. Nas condições sociais contemporâneas, a complexidade, a importância, as novas rotas e direções coexistem com processos migratórios antigos (internos e internacionais), que se redefinem na composição de um movimento mais amplo de transformação social. Bauman (1999), Castles e Miller (2004), dentre outros autores, apontam para uma nova era das migrações a partir do final do século 20.

Considero que as migrações internas também se redesenham nessa nova ordem internacional, e é nesse contexto que a centralidade de São Paulo no âmbito das migrações internas no Brasil contribui para avançar no conhecimento dos processos migratórios (internos e internacionais) na atualidade no país. A reconstrução histórica desse fenômeno, com o aporte teórico histórico-estrutural (Singer, 1973), e a identificação de tipos ideais (Weber, 1949) na migração são aportes que auxiliam na análise de contextos, etapas, seletividade, subtipos (denominados neste estudo de modalidades migratórias) e comparações em meio aos diversificados movimentos migratórios experimentados pela sociedade brasileira. De um lado, o contexto macro presente no enfoque histórico-estrutural contribui para construção da relação entre etapa da economia e movimentos migratórios específicos. De outro lado, a tipologia permite captar “fenômenos individuais concretos (...) dispostos em uma construção analítica unificada” (Weber, 1949:90).

Com essas preocupações de pesquisa, este livro – produto das reflexões de pesquisa do projeto temático *Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo*, – é composto por duas partes. Na primeira delas, analisa-se os processos migratórios que deram origem à nossa sociedade atual, acompanhando as migrações nas diferentes etapas da dinâmica econômica do país, desde meados do século 18 até o século 21; são as **fases da migração**. Na segunda parte, busca-se apontar as **faces da migração em São Paulo** através do olhar para documentos e fotos. Do ponto de vista metodológico e teórico, as faces nos convidam a pensar nos desafios entre a ação social dos indivíduos e os processos mais amplos da sociedade.



Etapas da migração

A primeira parte deste livro objetiva apontar reflexões acerca dos movimentos migratórios no Brasil, destacando a centralidade de São Paulo. Tal centralidade permite reconstruir análises acerca da evolução de sua dinâmica econômica e as migrações, onde processos histórico-estruturais engendraram movimentos migratórios que compuseram a sociedade brasileira de maneira geral. Desse modo, o entendimento dos processos migratórios nacionais contemporâneos tem suas raízes históricas assentadas na passagem para uma sociedade urbano-industrial, a partir da qual é possível compreender tipos migratórios em etapas específicas da dinâmica econômica do país.

A preocupação com a reconstrução histórica permite observar tipos e características dos movimentos migratórios relacionados a etapas da economia. É possível apreender a contribuição da migração como população necessária em determinados momentos e como população excedente em outros. Embora não se possa estabelecer uma relação linear entre tipos de movimentos migratórios e etapas da economia, até os anos 1970 há simultaneidade nesses processos; a partir de então, meus estudos apontaram a existência de uma defasagem entre os processos, indicando uma maior complexidade do fenômeno migratório, em particular a relação migração/industrialização. Considero, todavia, que a separação analítica entre essas ordens de fenômenos – tipo migratório e etapa da economia – permite vislumbrar reciprocidades da dinâmica econômica sobre os processos migratórios e, por outro lado, dos movimentos migratórios com relação ao evoluir da economia.

Os movimentos migratórios apresentaram características distintas em cada uma das etapas econômicas, uma vez que, embora a migração seja sempre definida como uma mudança de residência, envolve sentidos, direções, causas, consequências bastante variadas; determinado tipo de movimento migratório

teve sua expressão num momento e pode ter significado diferente noutra etapa e em outro espaço. Essa perspectiva de reconstrução teórico-metodológica do fenômeno migratório possibilita apreender suas dimensões teórico-explicativas em cada situação histórica concreta, incluindo-se a dimensão espacial. A reconstrução histórica das migrações internas no Brasil e seus aportes teóricos estiveram, até o final do século 20, alicerçados nos processos internos vinculados à dinâmica econômica e a penetração do capitalismo em âmbito nacional; as migrações rurais-urbanas, a industrialização, a desconcentração econômica, a reestruturação produtiva, o processo de urbanização. Todos esses fenômenos compuseram e podem explicar os processos migratórios até o final dos anos 1990. A inserção do Brasil no cenário da economia internacional, com destaque para os anos 2000, aponta especificidades nas complementaridades regionais no fenômeno migratório no país. Nessa perspectiva, meus estudos recentes buscam incorporar – às explicações dos movimentos migratórios internos – os reflexos da nova ordem econômica internacional.

Considero que ao entrarmos no século 21, o panorama para o entendimento das migrações internas se amplia; além do contexto nacional é preciso incorporar as transformações advindas da nova divisão social do trabalho no mundo (Harvey, 1992; Sassen, 1988). Tornam-se limitadas as explicações das migrações internas no país apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica da economia brasileira. A inserção periférica de espaços nacionais no âmbito da atual globalização passa a incluir dinâmicas locais ao sistema-mundo (Wallerstein, 1974). A penetração e expansão do capitalismo na ordem global expressam novos arranjos das migrações internas que refletem e são refletidos na lógica externa redesenhada pela divisão internacional e territorial do trabalho. Nesta minha trajetória de estudos busco apontar as fases e faces do entendimento dos processos migratórios, sendo que para as migrações dos anos 2000 é preciso abrir o olhar para fora das fronteiras nacionais.

Desse modo, a defasagem entre as dinâmicas econômica e migratória que se redesenhou a partir dos anos 1990 reflete os processos de reestruturação econômica em uma nova sociedade global. A dinâmica econômica do local/nacional se estabelece como o pano-de-fundo das migrações, mas não como a única determinante – diferentemente de quando estávamos em busca do tipo/etapa; emergem indícios de formas sociais globais nos processos migratórios, onde a rotatividade migratória (Baeninger, 2008) permite captar a fluidez da força de trabalho.

No olhar dessas análises, as configurações atuais das migrações internas no Brasil explicitam o enfraquecimento das forças centrípetas como absorvedoras de contingentes migrantes que acomodaram a redistribuição das migrações no país por quase um século. Os processos transnacionais da economia habitam de modo simultâneo os espaços nacionais (Sassen, 2010), trazendo desafios para a

interpretação dos movimentos migratórios em diferentes escalas (Brandão, 2007; Vainer, 2002) e para suas metodologias de análises.

Assim, a busca pela explicação do fenômeno migratório inicia-se nesse texto pela *Migração* – no singular, no capítulo “Migração: Tipo e etapa”, pois o tipo migratório teria o alcance de explicar as causas do fenômeno na relação migração e desenvolvimento, abrangendo o período do final do século 19 até os anos 1970. No capítulo “Migrações: mobilidades migratórias e urbanização” encontram-se as Migrações – no plural, período em que a diversidade de situações migratórias explicita a necessidade de incorporar a dimensão espacial e o processo de urbanização para o entendimento da complexidade que os movimentos urbanos-urbanos imprimiram; período entre 1970-2000. Finalmente, o último capítulo situa as “Migrações, Migrações” internas e internacionais no século 21 com o desafio de incorporar dimensões da escala global para o entendimento dos processos migratórios nacionais.

Essas reflexões compuseram o ensaio para concurso de professor livre-docente no Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas, em março de 2012. O estudo beneficia-se das preocupações e análises da pesquisa Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo, financiada pela FAPESP e CNPq, em desenvolvimento no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas.



Município de Santos, 2012
Banco de Imagens Observatório
das Migrações em São Paulo



Migração: tipo e etapa

O Brasil mobilizou, em suas distintas etapas de desenvolvimento econômico, expressivos contingentes populacionais que – seja pelas migrações internas e/ou internacionais - contribuíram para a ocupação do território e para a formação da sociedade¹. Como salienta Martine (1990 p.17) “é indiscutível que a imbricação da história migratória com esses processos [econômicos, sociais e políticos] seja muito mais íntima que a das outras variáveis demográficas”.

A dinâmica da redistribuição da população no espaço vincula-se, historicamente, às transformações estruturais pelas quais a sociedade brasileira passou, tendo como elementos básicos os processos migratórios e de urbanização (Faria, 1991). No bojo das transformações econômicas estruturaram-se e redefiniram-se, por sua vez, os movimentos migratórios de acordo com os locais da produção de riqueza (Matos e Baeninger, 2001). De fato, a recuperação histórica permite identificar articulações da etapa econômica e a migração até, pelo menos, a última década do século 20.

Nas condições histórico-estruturais advindas de períodos antecedentes à emergência de uma economia capitalista já se podia visualizar estreita relação entre a dinâmica da produção econômica e os processos migratórios. Merrick e Graham (1981) analisam que desde o início do período colonial, a economia do país foi marcada por ciclos de crescimento de exportação baseado em mão-de-obra escrava (pau-brasil, cana de açúcar, pecuária, mineração, café, borracha), sendo que para Martine (1990 p.17) “cada ciclo [...] ao deslocar o eixo geográfico da atividade exportadora mais dinâmica, também ocupou novos territórios e provocou a aparição de novos núcleos de assentamento”. Merrick e Graham (1981) concluem que do início do século 18 até princípios do século 19, a população brasileira

¹ Destaca-se na bibliografia nacional os importantes estudos de Faria (1991), Balán (1974), Singer (1973), Lopes (1973), Lopes e Patarra (1975), Cano (1977), Graham e Holanda (1980), dentre outros.

Tabela I
População Livre e Escrava
Grandes Regiões, Brasil. 1854, 1872, 1887

Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	SP	MG	RJ	Sul	C.Oeste	TOTAL
População Livre									
1854	206.093	3.077.212	2.206.940	382.269	984.392	801.248	283.436	243.161	6.016.842
1872	304.410	4.158.151	3.125.616	680.742	1.669.276	716.120	628.002	203.493	8.419.672
1887	449.889	5.645.305	5.389.873	1.216.602	2.864.995	1.191.644	1.335.013	301.146	13.121.226
População Escrava									
1854	43.907	655.588	846.512	117.731	317.760	398.752	95.264	21.839	1.663.110
1872	28.437	480.409	891.306	156.612	370.459	341.576	93.335	17.319	1.510.806
1887	10.534	205.243	482.571	107.329	191.952	169.909	16.882	8.188	723.418
População Total									
1854	250.000	3.732.800	3.053.452	500.000	1.302.152	1.200.000	378.700	265.000	7.679.952
1872	332.847	4.638.560	1.203.922	837.354	2.039.735	1.057.696	721.337	220.812	9.930.478
1887	460.423	5.850.548	5.872.444	1.323.931	3.056.947	1.361.553	1.351.895	309.334	13.844.644
% População escrava no total									
1854	17,56	17,56	27,72	23,55	24,40	33,23	25,16	8,24	21,66
1872	8,54	10,36	22,19	18,70	18,16	32,29	12,94	7,84	15,21
1887	2,29	3,51	8,22	8,11	6,28	12,48	1,25	2,65	5,23

Fonte: FIBGE; Brito (2002).

passou de 300 mil para mais de 3 milhões, resultado da imigração portuguesa e da importação de escravos; “foi o período de mais rápido crescimento relativo da população do Brasil” (p.30).

O tipo migratório pautado na migração forçada de escravos para economia colonial - que perdurou por três séculos (Bassanezi, 1995), em especial para a monocultura da cana-de-açúcar e para a primeira fase da economia cafeeira - determinou a ocupação territorial e populacional e as especificidades das economias regionais nos séculos 18 e 19 (Franco, 1960; Furtado, 1974), denotando, contudo “a inexistência de qualquer divisão de trabalho interregional no país” (Singer, 1968 p.8).

Estima-se que o tráfico de escravos tenha trazido mais de 4 milhões de cativos para o Brasil, sendo que em 1854, ano anterior à abolição, havia metade desse contingente: 1,6 milhão, em função da alta mortalidade, do fim do tráfico negreiro e das libertações (Balán, 1974). A concentração da população escrava, em função da predominância da economia açucareira, se dava no Nordeste (50% em 1854 e em 1872), mas as maiores proporções em relação à população total ocorriam nas

regiões Sudeste e Sul, chegando a representar, ainda em 1872, 22% da população do Sudeste; no Rio de Janeiro a população escrava alcançava 33% da população total do estado naquele ano (Tabela 1).

De fato, com a redução no número de escravos no Norte e Nordeste, os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo tiveram seus volumes aumentados, em função do tráfico interprovincial que acompanhava a expansão cafeeira. Merrick e Graham (1981) consideram três fontes internas de trabalho escravo para as plantações de café depois da suspensão do tráfico negreiro em 1851: a) as transferências das áreas urbanas do próprio Sudeste para as plantações entre 1840 e 1850; b) a transferência interregional de escravos do Nordeste para o Sul-Sudeste de 1850 a 1870; c) as transferências interregionais dentro do próprio Sudeste de áreas não cafeeiras e de áreas cafeeiras pouco produtivas. Com isso, o volume populacional de escravos no Nordeste passava a ser muito próximo daquele do Sudeste em 1887: 5,5 milhões e 5,4 milhões, respectivamente; esse diferencial entre as regiões havia sido de um milhão de escravos nos anos de 1854 e 1872.

Assim, as transferências inter-regionais de escravos de que chama a atenção Merrick e Graham (1981) e os deslocamentos de escravos e libertos (Balán, 1974; Buarque de Holanda, 1991) já se constituíam em modalidades migratórias internas no Brasil ainda antes do trabalho assalariado. A economia cafeeira escravista, segundo Brito (2002 p.6), “na sua fase do plantio, era principalmente terra e escravos. Escravos havia disponíveis internamente para serem transferidos”.

Os estados do Sudeste, gradativamente, passavam a aumentar sua participação da população escrava. São Paulo chegou ainda em 1887, com 8% de sua população nessa condição, enquanto no Nordeste a população escrava – que representava 17% em 1854 - baixava para 3% em 1887. No conjunto da população brasileira, os últimos anos do século 19 já delineavam “a base de desequilíbrios criados pela economia exportadora” (Balán, 1974 p.41), que se refletia na inversão dos volumes populacionais entre estados do Nordeste e os do Sudeste entre 1872 e 1900 (Tabela 2).

Nota-se aqui, do ponto de vista da construção da migração como processo histórico-social, as raízes da complementaridade migratória e do início dos fluxos de população entre os estados do Nordeste com São Paulo. A Bahia, por exemplo, já registrava 1,3 milhão de habitantes, em 1854, e São Paulo, 837 mil. No caso do estado de Pernambuco, contudo, já se nota a inversão nos volumes de população com São Paulo em 1890 (1.030.224 e 1.384.753, respectivamente). Antes, portanto, da entrada maciça de imigrantes europeus em São Paulo, que viria a ocorrer depois de 1890. A partir de 1900, com a entrada de imigrantes europeus, a população de São Paulo ultrapassaria a da Bahia também.

Tabela 2

População Total
Grandes Regiões, Brasil. 1872, 1890 e 1900

Regiões	1872		1890		1900	
	N	%	N	%	N	%
Brasil	9.930.478	100	14.333.915	100	17.438.434	100
Norte	322.847	3,35	476.370	3,32	695.112	3,99
Nordeste	4.638.560	46,71	6.002.047	41,87	6.749.507	38,70
Ceará	721.686	7,26	805.687	5,62	849.127	4,97
Pernambuco	841.539	8,47	1.030.224	7,18	1.178.150	6,77
Bahia	1.379.616	13,89	1.919.802	13,39	2.117.956	12,15
Sudeste	3.179.568	32,02	4.719.631	32,93	5.542.332	31,78
Minas Gerais	2.039.735	20,55	3.184.099	22,21	3.594.471	20,61
Rio de Janeiro	1.057.696	10,65	1.399.535	9,76	1.738.078	9,97
São Paulo	837.354	8,43	1.384.753	9,66	2.282.279	13,08
Sul	721.337	7,26	1.430.715	9,98	1.796.495	10,30
Rio G. do Sul	434.813	4,38	897.455	6,26	1.149.070	6,59
Centro-Oeste	220.812	2,22	320.399	2,24	373.309	2,14

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1872, 1890 e 1900.

Brito (2002) destaca que “as migrações internas já tinham uma contribuição importante, nesta época, para o crescimento da população de São Paulo”. O saldo migratório interno do estado, entre 1872-1890, correspondeu a 16% do incremento absoluto dessa população (Graham e Buarque de Holanda, 1984). Bassanezi (1995) e Brito (2002) indicam que segundo os censos demográficos de 1872 e 1890 os volumes de estrangeiros em São Paulo eram de apenas 29 mil e 75 mil, respectivamente, “o que seria insuficiente para garantir o expressivo crescimento da população livre” (Brito, 2002 p.10).

Segundo Brito (1997) a economia escravista contribuiu para gerar dois grandes reservatórios de força de trabalho no país, um no Nordeste e outro em Minas Gerais. A expansão da região cafeeira, ainda com a presença escrava, se processou com a transferência de mão de obra das regiões de menor produtividade para outras de maior dinamismo (Furtado, 1974). Esse foi o processo experimentado entre o Nordeste e o Sudeste já no período de 1854 a 1890. Como apontou Faria (1973 p.95) “cada ciclo mobilizou importantes contingentes populacionais [...] passado seu auge, esta população continuou sobrevivendo, provavelmente numa área maior, contribuindo para a ocupação do território”.

O tipo migratório baseado na mão-de-obra escrava, portanto, já conduzia a modalidades migratórias específicas, dentre elas as transferências de população

do Nordeste para o Sudeste (Buarque de Holanda, 1936). As condições de “dependência passada” (Siqueira, 2009) guardariam suas marcas também nos históricos processos migratórios da formação social do país em períodos posteriores. De fato, essa modalidade migratória – migrações internas advinda do tipo migratório imigração forçada de escravos africanos na etapa da economia da monocultura de exportação - viria a ter impactos significativos na constituição da sociedade brasileira posteriormente. Transformou-se no tipo migratório dominante somente em etapa bem mais avançada do processo de desenvolvimento do capitalismo no país, em outro tempo e em outra escala.

Balán (1974 p.7) assinala que “apesar do rápido crescimento que a população brasileira experimentou durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX, acelerado pela importação maciça de escravos, pelas ondas de migração portuguesa voluntária e pela transferência da Corte Imperial para o Brasil, não restava dúvida de que o progresso do Brasil estava sendo freado por falta de população num extenso território”. Para Graham e Holanda (1971 p.56) “problemas demográficos passam a ser problemas políticos, bem como objetos de políticas que sanassem a questão da mão-de-obra”. E para Brito (2002 p.7) “a eminência da proibição do tráfico de escravos e, conseqüentemente, com a inevitável agonia da escravidão, e com a necessidade emergente de se promover a imigração internacional, a questão da terra assume uma nova dimensão. A lei de terras, a abolição gradual da escravidão e a imigração internacional são dimensões de um mesmo processo: a transição para o trabalho assalariado no Brasil com o menor custo possível para as oligarquias, principalmente, as do café [...] A imigração internacional foi contemplada na lei pelas vantagens concedidas à pequena propriedade necessária à colonização européia. De fato, o governo do Império já tinha entregue às companhias de colonização grande parte das Províncias do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.

Nesse sentido, Bassanezi (1995) destaca a diversificação dos movimentos migratórios ultramar através de projetos de colonização dirigidos a imigrantes livres europeus (alemães, suíços, por exemplo, no regime da parceria) e não-portugueses já em meados do século 19.

O contexto da virada do século 19 para o século 20 imprimiu novas relações sociais no Brasil, com a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado (Balán, 1974). Nesse processo, a migração cumpriu papel fundamental para a expansão e desenvolvimento do capitalismo (Hobsbawn, 1995). Para Balán (1974 p.8) “a história da formação de uma força de trabalho, formalmente livre, ocupacional e geograficamente móvel, porém necessitada do trabalho assalariado, é a história da formação do capitalismo moderno. Na medida em que essa formação se faz através de atividades econômicas novas e da reelaboração ou do desaparecimento de outras, localizadas diferencialmente no espaço, a história da

formação do capitalismo em uma sociedade nacional pode ser descrita em termos de movimentos de população”.

A passagem de uma sociedade escravocrata, com o fim do tráfico de escravos em 1850, para uma sociedade primário-exportadora trouxe, até 1930, forte contingente de imigrantes estrangeiros europeus (Hall, 1989; Cano, 1977; Levy, 1974; Mello, 1982; Bassanezi, 1996; Morse, 1970; Decca, 1987; Graham e Buarque de Holanda, 1984). Fato importante para esse deslocamento de população ultramar foi a consolidação do capitalismo na Europa, que criava um excedente populacional, estimulado a migrar para outros países (Hobsbawn, 1995).

A partir da segunda metade do século XIX, a implantação da cultura do café conduziu a essa expressiva imigração européia, particularmente com destino a São Paulo (Merrick e Graham, 1979; Levy, 1974; Camargo, 1981), desempenhando importante papel na vida econômica e social do País (Balán, 1973). As decisões sobre a imigração estrangeira, assinala Bassanezi (1995), estiveram estreitamente vinculadas aos interesses do café, bem como a uma política de conformação da população seguindo o padrão racial europeu (Brito, 1995; Vainer, 1996). Segundo Balán (1974 p.16) “a escassez crescente do escravo, as perspectivas mais ou menos certas da abolição e a renovação técnica e mecanização da produção influíram na adoção da mão-de-obra livre em substituição à escrava”.

A população estrangeira representava cerca de 3% da população brasileira em 1872 chegando no seu ponto máximo entre 1890-1899, representando 6%. Levy (1974) aponta que a imigração internacional representou quase a totalidade dos imigrantes chegados ao Estado de São Paulo até 1930. De fato, a mobilidade espacial da população no Brasil se acelerou com o final do Império, com a abolição da escravatura e com a expansão cafeeira a partir das últimas décadas do século 19 (Balán, 1973; Graham e Buarque de Holanda, 1971). Entretanto, Martine (1990 p.19) conclui que “a redistribuição da população sobre o espaço parece ter sido menor com a abolição do que poderia ter sido esperado”.

Ao longo deste período, o país assistiu a entrada de 3.993.766 imigrantes estrangeiros (Levy, 1974). Esse movimento migratório, por sua vez, teve impactos significativos nas migrações internas no Brasil, podendo ter inibido deslocamentos de mão-de-obra nacional (Martine, 1990). Balán (1974 p.39) é enfático ao afirmar que “uma vez adotada a política migratória, a migração interregional foi temporariamente desestimulada e a mão-de-obra composta de ex-escravos foi deslocada”.

Braços para a lavoura (Bassanezi, 1995), esbranquiçamento da raça (Vainer, 1996); políticas migratórias de subsídios governamentais para vinda de imigrantes europeus (Paiva, 2001; Truzzi, 2007); formação de núcleos urbanos para o complexo cafeeiro (Cano, 1977). A imigração internacional foi componente decisivo para a

construção de um mercado de trabalho livre (Holloway, 1984; Graham e Buarque de Holanda, 1980) e para formação do mercado de trabalho brasileiro (Furtado, 1974).

No período 1872 a 1929 entraram 4,1 milhões de estrangeiros no Brasil (Tabela 3), sobretudo em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro; tal concentração consiste em fato histórico importante para a composição populacional do país. A proporção de imigrantes que se dirigiu para São Paulo passou de 7% em 1872 para 44% em 1900 e se manteve em torno de 55% até os anos 1940 (Levy, 1974).

Tabela 3
Número de Entrada de Imigrantes Internacionais, Estoque de Imigrantes e População Total – Brasil, 1872-1929

Períodos	Número de entrada de imigrantes internacionais	Estoque de imigrantes estrangeiros nos Censos Demográficos		Proporção estrangeiros/população brasileira (%)
		Anos	Total de imigrantes	
1872-1879	176.337	1872	388.459	3,84
1880-1889	448.622			
1890-1899	1.198.327	1890	351.545	2,45
1900-1909	622.407	1900	1.074.511	6,16
1910-1919	815.453			
1920-1929	846.647	1920	1.565.961	5,11
1872-1929	4.107.793			
Taxas de crescimento (% ao ano)				
1872-1899	9,04		1872-1890	-0,36
1900-1929	4,59		1900-1920	11,82
1872-1929	5,68		1872-1920	1,90

Fonte: Levy (1974); FIBGE, Censos Demográficos de 1872, 1890, 1900 e 1920.

As principais nacionalidades dessa imigração estrangeira subsidiada foram italiana (1,5 milhão de imigrantes), portuguesa (1,2 milhão), espanhola (574 mil) e a crescente entrada de outras nacionalidades (de 58 mil imigrantes entre 1872-1879 para mais de 200 mil entre 1920-1929); categoria representada pelos poloneses, russos, romenos, judeus (Salles, 2004). Note-se que a partir de 1900 (Tabela 4) decrescem as entradas de italianos, em função da proibição pela Itália da emigração para o Brasil através do Decreto Prinetti de 1902 (Hall, 1989).

Levy (1974) aponta que o efeito direto dessa imigração estrangeira no país, nesse período foi de cerca de 10% e os efeitos indiretos de 5%, revelando a

importância desse contingente em termos sociais. A autora indica três fases da imigração internacional no país nesse período. A primeira leva de imigrantes estrangeiros se concentrou entre 1880 e 1903, com a entrada de 1.850.985 europeus, sendo o ponto máximo entre 1880-1899, quando o Brasil recebeu cerca de um milhão de imigrantes, com a predominância de italianos (Bassanezi, 1995). Entre 1872 a 1899, a taxa de crescimento das entradas anuais de imigrantes europeus chegou a 9%.

A segunda onda de imigrantes se refere ao período 1904 -1930, subdividido em duas fases. Uma delas de 1904 até 1914 quando haviam entrado 1,2 milhão de imigrantes internacionais, com o aumento da entrada de portugueses e espanhóis e o início do fluxo de japoneses (vide Tabela 5). Apesar do preconceito da sociedade brasileira com os asiáticos, Bassanezi (1995 p.5) esclarece que “isso não impediu, no entanto, dada a crescente dificuldade de obter trabalhadores para a lavoura cafeeira, agravada pela proibição da Itália de emigração subsidiada para o Brasil (1902) e pela necessidade de conquistar novos mercados para o café – que as portas do país fossem abertas à imigração japonesa em 1908”.

A outra fase foi de 1918 a 1930, quando o país contou com a chegada de mais de um milhão de estrangeiros, dentre eles portugueses, poloneses, russos, romenos e japoneses. A terceira onda migratória de estrangeiros está vinculada ao término da II Guerra Mundial até os anos 1960. Trata-se de etapa muito pouco estudada no país (Sales, 2004).

De 1900 a 1929, ocorreu uma diminuição no ritmo de crescimento das entradas de imigrantes estrangeiros (4,6% ao ano) - porém este crescimento foi bem acima da média do crescimento da população brasileira no período (2,91% ao ano). Houve incremento no volume dessa imigração, tendo suas entradas atingido 2,3 milhões de imigrantes no período. Ressalte-se que o retorno dos imigrantes italianos e sucessivas reemigrações (Levy, 1974; Bassanezi, 1995; Alvim, 1986) compuseram os processos migratórios internacionais nessa fase. Merrick e Graham (1981) indicam para o Brasil em 202 mil o número de italianos retornados, entre 1902-1913, com uma taxa de 35% de retorno pós-1900. Por isso, é que Bassanezi (1995) chama atenção para o fato de que, a proporção de estrangeiros no total da população sempre foi bastante baixa, mesmo com volumes de entradas tão elevados. Essa participação relativa não ultrapassou 6% na população total (vide Tabela 4).

Ou seja, há aqui outra modalidade migratória submersa e com origem no tipo migratório vinculado à imigração europeia de massa na etapa de constituição do capitalismo no Brasil, qual seja: um processo emigratório internacional (e de retorno). Com maior força do final do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, esse fenômeno se refletiu na diminuição do estoque absoluto de estrangeiros no Brasil (de 388 mil, em 1872, para 350 mil, em 1890), diminuindo entre 1900-

1920 seu peso relativo na população total (de 6% para 5%, respectivamente). Essa forte emigração de retornados foi composta por italianos, espanhóis e portugueses (Levy, 1974).

Tabela 4
Estoque da Imigração Internacional segundo Nacionalidade
Brasil, 1872-1929

Período	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	14.325	-	58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901	-	17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.296	17.084	-	107.232	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
Total	1.195.052	1.479.353	574.568	165.861	86.577	606.385	4.107.793

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1940.

As condições que deram origem a uma imigração europeia de grande escala se basearam no rápido crescimento da economia cafeeira em São Paulo e os efeitos do complexo cafeeiro: a expansão da ferrovia, a industrialização, a urbanização (Cano, 1977), configurando “a passagem para uma migração de força de trabalho livre e de origem europeia, específica do período primário-exportador da economia brasileira” (Patarra e Baeninger, 1995 p.79).

Graham (1973) enfatiza que teria sido difícil o Brasil competir na procura de imigrantes europeus sem a política governamental de subsídio a essa imigração, contudo “esta só foi eficiente pela prosperidade cíclica da economia brasileira estar desconhecida do bom desempenho da economia americana, argentina e italiana, o que possibilitou a expressiva entrada de europeus na década de 1890”; entre 1900-1920, a taxa de crescimento do estoque de imigrantes no Brasil alcançaria 11% ao ano.

As bases dessa economia primária-exportadora faziam surgir o embrião da rede de cidades bem como o início do processo de industrialização brasileira (Cano, 1977). A rede de cidades gerada a partir dessa economia primário-exportadora contribuiu para relativa desconcentração da mão-de-obra rural, fornecendo as bases para uma urbanização menos concentrada, em contraposição a alguns países latino-americanos (Furtado, 1974; Faria, 1983). As áreas cafeeicultoras tornaram-se privilegiadas permitindo a ligação com outros centros urbanos e a capital de São Paulo mais adensada em termos populacionais (Patarra, 1986).

A expressiva imigração internacional “relegou a um segundo plano a mão-de-obra nacional e, por assim dizer, a um terceiro plano os ex-escravos” (Balán,

1974:18). De fato, os saldos migratórios internacionais estimados por Graham e Buarque de Holanda (1971) já indicavam saldos positivos da imigração internacional desde 1872 para regiões como a Norte, Sudeste e Sul (Tabela 5). Até 1920 esses saldos migratórios internacionais foram bastante elevados para o Sudeste, mais de 500 mil imigrantes entre 1890 a 1920, ao mesmo tempo em que esta região experimentava saldos negativos para os fluxos migratórios nacionais no período.

Tabela 5
Estimativas da Migração Líquida Interna e Internacional
Grandes Regiões, Brasil 1872-1920

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Migração Interna						
1872-1890	-19.001	-523.844	377.623	168.609	-3.393	
1890-1900	109.324	10.221	-14.487	-114.490	9.435	
1900-1920	111.502	-135.865	-142.128	121.174	45.320	
Migração Internacional						TOTAL
1872-1890	1.656	-173	103.139	6.901	-232	111.276
1890-1900	-266	-1982	600.740	168.281	10.124	776.896
1900-1920	33.380	12.850	501.046	78.837	12.938	639.044

Fonte: Graham e Buarque de Holanda (1971).

Graham (1973) afirma que a imigração estrangeira restringiu a migração interna no Brasil nesse período, contribuindo para consolidar e até aprofundar as disparidades entre as regiões brasileiras. Destaca, contudo, que o país não teria se desenvolvido e industrializado sem os benefícios trazidos pela mão-de-obra estrangeira.

Nesse sentido, objetivando a busca do tipo migratório, pode-se concluir que a imigração estrangeira foi impulsionadora das transformações estruturais da sociedade brasileira nesse período. Balán (1974:26) sintetiza para o as últimas décadas do século 19 e as primeiras do século 20 a diversidade de tipos migratórios:

1. migração de escravos, assimilável em um regime escravocrata a transferência de trabalhadores como mercadorias;
2. imigração estrangeira com diversos subtipos
 - a) colonização em áreas novas, em pequena propriedade,
 - b) contratação de mão-de-obra sob um regime de endividamento-parceria,
 - c) imigração subvencionada de mão-de-obra livre, destinada abertamente a prover colonos, mas em medida importante radicada inicialmente nas cidades,
 - d) imigração livre, sem intervenção estatal ou de companhias de colonização(...);

3. migração de mão-de-obra nacional, bastante lenta no princípio e crescendo nas primeiras décadas deste século [do século 20] e direção às regiões onde o capitalismo moderno se expandia, inserindo-se nele parcialmente, nos espaços deixados pela mobilização rápida da mão-de-obra estrangeira ou seus descendentes;
4. migrações lentas e de curta distância ampliando as regiões ocupadas com economia agropecuária de subsistência, tanto no Sudeste (caboclos expulsos pelo café, ex-escravos pela abolição), no Nordeste e no Norte a partir da decadência da produção da borracha;
5. migração de mão-de-obra formalmente livre, porém ligada por vínculos de endividamento e recrutada em forma maciça para a produção da borracha na Amazônia. Esse tipo de migração se vincula com a migração rural-urbana no Nordeste, consequência das secas e da desagregação do complexo rural;
6. migração de negros libertos deslocados por imigrantes estrangeiros e não assimilável ao trabalho assalariado”.

Atente-se para o fato de que o autor denomina de “tipos migratórios” toda essa diversidade de fenômenos sociais, e no caso da imigração estrangeira chega a elencar “subtipos”, embora ressaltando que todos estão vinculados à emergência do capitalismo. Ou seja, os movimentos migratórios constituintes e decorrentes daquela etapa de desenvolvimento econômico-social do país. Martine (1990 p.18) compreende que Balán (1974) fez “uma lista útil de seis grandes categorias de deslocamentos nessa época”.

Avançando, contudo, no entendimento desses processos migratórios e compreendendo-os como fundantes da estrutura da sociedade naquele momento histórico, proposição deste ensaio, essa tipologia proposta por Balán (1974) pode ser reconstruída atribuindo-se à imigração internacional o tipo migratório dominante - tanto pelo seu volume quanto pelas modificações e contribuições na estrutura social - na etapa da economia primário-exportadora. Desse tipo/etapa foram engendradas as demais modalidades migratórias (itens 1, e de 3 a 6 do autor), advindas de processos histórico-estruturais: imigração internacional e emergência de estruturas capitalistas na economia exportadora.

Nesse sentido, o próprio Balán (1974 p.26) menciona, ao comentar o que denominou de subtipos da imigração internacional da citação acima, “embora os dois primeiros subtipos [a) colonização em áreas novas, em pequena propriedade, b) contratação de mão-de-obra sob um regime de endividamento-parceria] tenham tido uma maior proporção de fracasso e inicialmente não tenham constituído uma força de trabalho livre, em conjunto a população de imigrantes e seus descendentes formaram o primeiro contingente importante de trabalhadores formalmente livres no Brasil, constituindo as bases demográficas do sistema capitalista moderno de produção”. Portanto, enfatizo que as demais modalidades

migratórias somente se fariam presentes tendo como tipo migratório definidor da mão-de-obra “necessária” a imigração estrangeira européia.

Em termos teórico-metodológicos isto nos conduz a uma diferenciação entre migração – como tipo estruturante - e as modalidades migratórias dela recorrentes, mesmo que as duas conceituações tenham por definição a mudança de residência entre municípios ou estados. As modalidades migratórias apresentam condicionantes, impactos, vínculos, localizações, abrangência, direção e sentido bastante diferenciados do tipo migratório. A reconstrução do fenômeno migratório como tipo ou como modalidade permite desvendar as especificidades e características, contextualizando e reconceitualizando o fenômeno social.

Exemplo disso está na citação do próprio Balán (1974:27) "entretanto, embora grande parte daquelas migrações se vinculasse ao surgimento do capitalismo moderno, apenas uma porção reduzida era constituída por movimentos de trabalhadores livres [...] Com o tempo, este tipo de migração irá, entretanto, aumentando em importância". Ou seja, as bases histórico-estruturais para a migração interna estavam sendo geradas como modalidade migratória em fases anteriores. Já existia na sociedade como parte de um processo que se redefine com o momento histórico determinado. A modalidade migratória parece corresponder e emergir com as tendências conjunturais, enquanto o tipo migratório é um dos elementos na construção das estruturas sociais em transformação.

Assim, mesmo com menor intensidade e circunscritas a espaços limitados, a mobilidade interna – configuradas como modalidades migratórias advinda do tipo/etapa - esteve presente também nesse período explicando, inclusive, a ampliação da malha urbana brasileira, em especial fora da região dominada pelo núcleo econômico dinâmico do café (Dedecca e Baeninger, 2011). A Tabela 6 aponta saldos migratórios positivos, para as regiões Sul e Centro-Oeste no final do século 19 e começo do 20. Por outro lado, coube ao movimento migratório internacional, da segunda metade dos anos 80 do século 19 até os anos 30 do século 20, desempenhar papel relevante no processo de urbanização, alterando o comportamento demográfico, o perfil populacional e econômico e as formas de inserção das cidades na divisão social do trabalho em âmbito nacional.

A etapa seguinte da economia nacional esteve ancorada, segundo Cano (2011: 2), na “ruptura política e econômica desencadeada pela ‘Crise de 1929’ e pela Revolução de 1930, que fez a economia do país transitar do antigo modelo ‘Primário Exportador’ (de crescimento para fora), para a Industrialização (crescimento para dentro)”. A nova etapa econômica de substituição de importações 1930-1956 (Mello, 1982) ampliou o setor urbano, com o início do processo industrialização (Cano, 1977). A acumulação cafeeira permitiu que o excedente gerado passasse a ser aplicado em investimentos urbanos e industriais (Cano, 1977).

A incipiente economia industrial que se processava, a partir de 1930, impunha novos padrões de urbanização, através da integração econômica, intercâmbio entre as regiões e o desenvolvimento do mercado nacional. Os planos de desenvolvimento industrial exigiram a unificação do mercado e sua articulação. Nesse contexto, foram criadas e ampliadas as vias de transporte para a interligação entre os mercados regionais, propiciando a expansão da rede urbana em todas as regiões do Brasil (Cano, 1977; Faria, 1973; Singer, 1968; Balán, 1974; Lopes, 1980). O processo de localização e concentração industrial tendeu a implantar-se nos maiores centros urbanos da Região Sudeste, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. “Estas mudanças se radicaram geograficamente nos estados do Sul [...] porém, a reorientação voltada para a economia brasileira, centralizada em sua região mais dinâmica, significou também uma redefinição das relações entre regiões” (Balán, 1974:41).

Com o término do subsídio à imigração internacional (1927) e a crise do café (1929), as migrações internas passariam a responder pelas necessidades de mão-de-obra nacional (Cano, 1977; Graham e Buarque de Holanda, 1971). Esse ponto é de especial importância para as reflexões aqui apresentadas, pois apesar de termos como “linha divisória” essa temporalidade - fim da imigração internacional e o início das migrações internas no Brasil – e trabalharmos com o Brasil como uma população fechada a partir dos anos 1930 (Carvalho, 1996; Patarra, 1995) – a imigração internacional da etapa econômica anterior não desapareceu. Desapareceu como tipo migratório dominante e de maior volume dada a falência do modelo primário exportador, mas se transformou em modalidade migratória no modelo da economia industrial que se processava.

Na verdade, novos processos e fluxos migratórios internacionais ingressaram no Brasil, em especial, no Pós-Segunda Guerra (Salles, 2004; Paiva, 2001; Truzzi, 2007) com diferentes condicionantes, nacionalidades e características. Balán (1974:46) enfatiza “as migrações internacionais depois de 1930 foram muito reduzidas. Com a depressão, o aumento do desemprego urbano e o crescente nacionalismo, se adotaram quotas para limitar a migração [...] embora tenha havido um despontar migratório posterior, ele nunca chegou a aproximar-se das décadas mais intensas do final do século XIX”.

Apesar dessa observação de Balán (1974), a Tabela 6 indica, por exemplo, que para o período 1950-1959 a entrada de imigrantes teria sido muito próxima ao período 1900-1909 (583 mil e 622 mil imigrantes estrangeiros respectivamente) embora os condicionantes possam ter se alterado.

Entraram mais de um milhão de imigrantes estrangeiros entre 1930-1959 no Brasil. Os portugueses voltaram a registrar o maior volume (389 mil imigrantes no período). A entrada de japoneses alcançou quase 100 mil imigrantes ainda na década

de 30. Isto demonstrava de acordo com Balán (1974:46) que “apesar da crise cafeeira existia demanda de mão-de-obra para outros cultivos naquela região [São Paulo]”.

Tabela 6

Entrada de Imigrantes Internacionais, Estoque de Imigrantes Internacionais e População Total Brasil, 1930-1959

Período	Total de Entradas Imigrantes Estrangeiros	Portugueses	Japoneses	Italianos	Alemães	Espanhóis	Outros
1930-1939	332.768	102.743	99.222	22.170	27.497	12.746	68.390
1940-1949	114.085	45.604	2.828	15.819	6.807	4.702	38.325
1950-1959	583.587	241.579	33.593	91.931	16.643	94.693	104.629
TOTAL	1.030.440	389.926	135.643	129.920	50.947	112.141	211.344

Anos	População Brasileira	Estoque de estrangeiros	População TOTAL	Proporção população estrangeira no total (%)
1920	29.069.644	1.565.961	30.635.605	5,11
1940	39.752.979	1.406.342	41.159.321	3,42
1950	50.730.213	1.214.184	51.944.397	2,34

Fonte: Levy (1974); FIBGE Censos Demográficos de 1920, 1940 e 1950; Bassanezi (1995).

Mesmo com menores volumes, o pós-Segunda Guerra Mundial registrou a entrada de imigrantes internacionais no país. A imigração italiana foi de 60 mil pessoas entre 1950-1960. A imigração espanhola, outros 90 mil – em função dos acordos bilaterais de alocação de mão de obra para a indústria (Sales, 2004; Dominguez, 2004; Bassanezi, 1995).

Em outra etapa, outro espaço e outra escala as migrações internacionais se diversificaram com a categoria 'Outras nacionalidades' chegando a cerca de 200 mil entradas. Com os registros de imigrantes da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, é possível verificar para o período do pós-Guerra a entrada de imigrantes gregos e poloneses, por exemplo, em torno de 5 mil cada naquele estado, bem como a entrada dos apátridas (refugiados da guerra) entre 1947-1960 (Tabela 7).

Tabela 7

Imigrantes Internacionais registrados na Hospedaria dos Imigrantes Principais nacionalidades, São Paulo, 1946 a 1960

Período	Italiana	Espanhola	Japonesa	Grega	Polonesa	Sem identificação	Apátrida
1947 – 1950	269	17	11	47	4.716	3.399	1.538
1951 – 1955	27.592	175	1.239	1.870	2	80	1.361
1956 – 1960	12.297	5.487	1.184	2.547	14	172	405
Total	40.158	5.679	2.434	4.464	4.732	3.651	3.304

Fonte: Banco de dados POS2WAR – Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo, Paiva (2011). FAPESP-NEPO/UNICAMP. Observatório das Migrações em São Paulo.

Ou seja, a imigração internacional seguiu compondo a sociedade brasileira, não como recorrência dos mesmos fluxos vindos entre o século 18 e 19, mas envoltos em um novo contexto marcado pela Segunda Guerra no contexto internacional e pelo processo de industrialização e urbanização no país. O saldo migratório internacional para o período 1940-1950 foi de mais de 100 mil imigrantes, em especial concentrado no Sudeste (Tabela 8).

Tabela 8
Estimativas da Migração Líquida Interna e Internacional
Grandes Regiões, Brasil 1920-1960

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Migração Interna						
1920-1940	-186.848	-230.800	-3.745	358.383	159.734	
1940-1950	-48.110	-366.242	-89.308	340.901	49.640	
1950-1960	-23.187	*	*	*	*	
Migração Internacional						TOTAL
1920-1940	-3.710	4.064	462.777	77.614	10.574	544.759
1940-1950	-317	1.673	115.020	23.646	2.530	143.455
1950-1960	3.443	*	*	*	*	*

(*) informações não disponíveis.

Fonte: Graham e Buarque de Holanda (1971)

Foi considerável a entrada de imigrantes estrangeiros entre 1926-1960 em São Paulo ainda respondendo por 26,3% dos trabalhadores que entraram no Estado nesse período (Tabela 9).

Apesar do volume, essa imigração, contudo, passou a se configurar em uma modalidade migratória vinculada aos novos processos econômicos pós-1930. Às migrações internas corresponderia o próximo tipo migratório, com elevadas perdas migratórias para o Nordeste – quase 600 mil pessoas entre os anos 1920-1950 – em contraposição aos ganhos da Região Sul.

Balán (1974 p.46/47) aponta “com a queda da imigração estrangeira e a contínua demanda de mão-de-obra, tanto urbana como rural, no Sudeste e Sul (excetuando-se os anos de depressão), algumas das correntes internas, que se estabeleciam com lentidão nas décadas anteriores, começaram a adquirir caráter maciço [...] a rápida urbanização de praticamente todos os estados brasileiros durante o período posterior a 1930 indica claramente a mobilização rural-urbana dentro de alguns deles, além da migração interregional”.

Lopes (1980) recupera as informações para São Paulo acerca da entrada de trabalhadores nacionais (Camargo, 1981), através das quais é possível verificar

a crescente participação da migração interna no período pós-1930. De fato, a entrada de migrantes internos correspondeu a apenas 10% das entradas entre 1900-1925, contabilizando em mais de um milhão a entrada de estrangeiros em São Paulo. No período 1926-1960 a entrada de migrantes internos no Estado chegou a 2,5 milhões de pessoas, equivalendo – em volume – ao fluxo da imigração internacional em massa do período de maior entrada (1890-1920, com 2,6 milhões de estrangeiros).

Tabela 9
Entrada de Migrantes Internos e Internacionais
São Paulo, 1900-1960

Período	Migrantes Internos	Imigrantes Internacionais	TOTAL	Proporção Migrantes Internos no Total (%)
1900-1925	123.963	1.045.753	1.169.716	10,60
1926-1960	2.414.669	864.969	3.279.638	73,63
Total	2.538.632	1.910.722	4.449.354	57,06

Fonte: Boletim de Imigração e Colonização; Lopes (1980); Martine (1990).

Esse período marca o início da configuração de um novo tipo migratório no país: a crescente migração rural-urbana. Cano (2011:3) enfatiza que “a profunda transformação, modernização e diversificação do agro paulista reduziram a cafeicultura e expandindo, notadamente, a cana de açúcar e algodão, que inibiram, em longo prazo, essas culturas no NE. Isto provocou um grande fluxo de saída de pequenos produtores e trabalhadores rurais que migrariam, fundamentalmente, para a agricultura do PR e CO, e em parte, para a economia urbana de SP, que crescia com a industrialização. A partir da ‘Crise de 29’, o agro paulista atraiu importantes fluxos de trabalhadores rurais de MG e do NE”.

As migrações internas, entre 1930-1950, seguiram, basicamente, duas vertentes: os deslocamentos rumo às fronteiras agrícolas (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão) e rumo aos centros industriais do Sudeste (Martine, 1987). A vertente da ocupação e colonização contou com fluxos migratórios do Nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Já a vertente da industrialização, marca a centralidade de São Paulo na dinâmica econômica e migratória do país; estima-se um êxodo rural em nível nacional de 3 milhões de pessoas, nos anos 40 (Martine, 1990). A estagnação de áreas agrícolas tradicionais, indiretamente provocada pela própria concentração industrial (Lopes, 1980), contribuiu, por outro lado, para as migrações internas em direção às fronteiras agrícolas (Martine, 1990).

Martine (1990:19) enfatiza “no que se refere às migrações, 1930 pode ser visto como ponto de referência para o início de dois processos aparentemente contraditórios, que só recentemente começaram a se resolver e se confundir num

único movimento”. Isto é relevante para reforçar o argumento aqui apresentado referente ao entendimento do fenômeno migratório como um processo social que herda, redefine e recompõe processos anteriormente experimentados.

Na perspectiva dos tipos/etapas, considero que a separação entre as ordens de fenômenos – migração e modalidades migratórias – também contribui para a compreensão e análise do que Martine (1990) chamou de aparentemente contraditório: “enquanto parte dos movimentos promovia a abertura da fronteira agrícola e a interiorização outros fluxos serviam para concentrar a população cada vez mais nas cidades [...] os mesmos fatores de expulsão que ajudaram a engrossar a migração rural-urbana serviram também para promover movimentos de interiorização e ocupação de novas fronteiras agrícolas” (Martine, 1990:19/20).

Assim, no primeiro caso, os movimentos em direção às fronteiras são expressos pela modalidade migratória em direção ao rural ou urbano da fronteira. A concentração da migração nas cidades resulta do tipo migratório (rural-urbano). O entendimento do primeiro somente faz sentido se analisarmos a totalidade do fenômeno migratório (tipos e modalidades) e o alcance de seus impactos e transformações em meio à etapa econômica que se processava. Mortara (1965 apud Martine, 1990) estimou um êxodo rural de 2,7 milhões de pessoas, entre 1940 e 1950 no Brasil, com um ganho de 1,8 milhão no urbano e 0,9 milhão no suburbano; esta perda rural representou 10% da população rural em 1940 (Martine, 1990).

As novas dinâmicas econômicas pós-1930 “terminaram provocando migrações substantivas de origem rural em dois sentidos: para as cidades e para as áreas de fronteira interna” (Martine, 1990 p.19). Destaca-se a expressiva contribuição da imigração estrangeira para o deslanchar da industrialização no país, o autor enfatiza a “importância do processo de industrialização para a intensificação da migração interna” (p.20).

Segundo Dedecca (2010 p.11), “o início da real integração nacional quebrou a situação de isolamento dos mercados regionais, tendo como um de seus resultados o início da mobilização interna de trabalhadores, constituindo como seu principal vetor a imigração de população nordestina para sustentar a montagem do complexo produtivo induzido pela industrialização concentrada na Região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo”. De fato, a população não natural de São Paulo, oriunda de outros estados brasileiro, passou de 10,4% em 1940 para 12% em 1950.

As próximas etapas da dinâmica econômica brasileira em seu processo de industrialização, até o final do século 20, seriam alimentadas, portanto, pelas migrações internas (Cano, 1977; Faria, 1983; Vainer e Brito, 2001). Lopes (1980 p.131) afirma “já no fim da década dos anos 30, os migrantes nacionais tornaram-se a grande maioria dos que chegavam à parte mais dinâmica da economia.

Este fato refletia a interligação crescente, especialmente durante os anos 40 e 50, das várias partes do mercado interno que antes tinham se desenvolvido separadamente [...] começando com o período 1920-1940, pode-se verificar, em cada período intercensal subsequente, números crescentes de emigrantes, inicialmente dos estados mais próximos de São Paulo (Minas Gerais e Bahia) para alcançar paulatinamente os estados mais ao norte, até que nos anos 1950, a emigração líquida atinge par ao total dos estados de Minas Gerais até o Piauí, mais de 2,6 milhões de pessoas no decênio [...] a atração exercida pela economia paulista resultou, ao mesmo tempo, do seu desenvolvimento urbano-industrial e da sua expansão agrícola”.

Para os anos 1940 e 1950, Lopes (1980) explica os intensos processos de migração rural-urbana tendo os seguintes determinantes: a unificação da economia nacional, o fortalecimento da ação do Estado e as altas taxas de crescimento da população (resultado da diminuição da mortalidade).

Do ponto de vista econômico, o cenário das migrações rurais-urbanas se acentuou, já no fim dos anos 1950, na “nova industrialização de bens intermediários e duráveis (indústria automobilística, metalurgia, setor de eletrodomésticos etc.) de caráter monopolista e de propriedade estrangeira ou associada a capitais estrangeiros [...] mudanças políticas começando com o movimento militar de 1964 tornaram viável o novo modelo econômico de desenvolvimento” (Lopes, 1980 p.135). Assim, depois de 1960, a subordinação da agricultura à indústria também contribuiu para incrementar os fluxos migratórios e a urbanização brasileira. Entre 1960-1970 cerca de 6,5 milhões de pessoas mudaram de UF de residência, sendo que este volume se elevou para 9,5 milhões na década seguinte (Tabela 10). O Nordeste assistiu a uma emigração de 1,5 milhão, nos anos 1960, para mais de 3 milhões, nos anos 1970. Em contrapartida, o Sudeste chegou a receber cerca de 6 milhões de imigrantes entre 1960-1970.

Tabela 10
Volumes de Imigração e Emigração Interestaduais
Grandes Regiões, 1960-1980

Regiões	Imigrantes		Emigrantes	
	1960-70	1970-80	1960-70	1970-80
Norte	186.496	797.130	87.237	209.323
Nordeste	808.845	1.125.527	1.526.848	2.939.316
Sudeste	3.021.793	4.540.946	2.160.720	2.323.036
Sul	1.411.924	803.804	680.008	1.629.061
Centro-Oeste	1.095.034	1.428.184	159.158	721.053
Total	6.524.092	8.695.591	4.613.971	7.821.789

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Lopes (1980 p.137) explica: “a força de trabalho excedente tem três destinos possíveis: a) migrar para os centros urbanos; b) empregar-se como força de trabalho temporária (i.e. sazonal) nas plantações das grandes propriedades (nas lavouras de mercadorias de exportação); c) migrar para a fronteira agrícola, onde em terras livres podem reproduzir a agricultura de subsistência”.

A enorme transferência de população do meio rural para o urbano refletiu as distintas etapas do processo de desenvolvimento e contribuiu para o esvaziamento do campo. Nos anos 1950, a saída de população do meio rural brasileiro foi de 7 milhões de pessoas chegando a quase 16 milhões nos anos 1970; em quarenta anos, o rural do país perdeu cerca de 38,4 milhões de pessoas (Tabela 11). Martine et al (1988) analisam que o dinamismo da urbanização, pós-anos 1950 – resultante das altas taxas de crescimento vegetativo da própria população urbana e da contribuição das migrações internas campo-cidade - fez com que a taxa de crescimento do Brasil urbano entre 1950 e 1960 atingisse os níveis de 5,3% ao ano. Em 1950, apenas 36% da população brasileira residia em áreas urbanas, chegando a 45% em 1960.

Tabela 11
População Total, Urbana e Rural
Brasil, 1940-1980

Ano	População (em milhões)			Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940	41,236	12,880	28,356	2,33	3,84	1,58
1950	51,994	18,783	33,162	3,05	5,32	1,54
1960	70,191	31,534	38,657	2,87	5,15	,60
1970	93,139	52,084	41,054	2,48	4,44	-0,62
1980	119,002	80,436	38,566	1,93	2,96	-0,61
Volume de Migração Rural-Urbana (em milhões)						
1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	Total 1940-1980		
3,00	7,00	12,80	15,60	38,40		

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991; Martine (1990).

Graham e Buarque de Holanda (1981) ressaltam a importância da alocação intersetorial de mão de obra para o entendimento da migração interna até os anos 70; qual seja, um crescente deslocamento intersetorial de mão-de-obra com transferência do setor rural para o de serviços e industrial, garantindo a redistribuição da força de trabalho para o meio urbano e contribuindo para alavancar o processo de industrialização nacional.

Assim, conclui Lopes (1980 p.140) “os movimentos de população surgem, na análise, como produto e fator da transformação global”. O autor, não distingue,

contudo, as ordens de fenômenos como tipo e modalidades e esclarece que “estes vários movimentos são, é claro, interrelacionados, e na sua combinação específica, refletem, em última instância, o estilo global de desenvolvimento” (p.138). Por isso do ponto de vista da construção teórico-metodológica do fenômeno, migração e modalidade migratória correspondem à determinado momento histórico com profundas alterações (e inclusive com inversão nas escalas e ordens de fenômenos) à medida em que também se altere o modelo de desenvolvimento.

As análises de Singer (1973) permitem identificar a importância dos fatores de expulsão nas áreas de origem quando considerados tais movimentos migratórios para a compreensão dos destinos migratórios no Sudeste que se industrializava em moldes fordistas, marcando, portanto, a concentração de capital, das migrações e da urbanização, em especial do período 1950-1980. O tipo migratório rural-urbano, tanto de longa distância como de curta distância, prevaleceu por quatro décadas no Brasil e ancorou as atividades vinculadas ao processo de industrialização brasileira, em particular até os anos 1970.

Na vertente da migração rural-urbana, Singer (1973) contextualizou esses movimentos migratórios no bojo do processo de industrialização em curso, onde os deslocamentos populacionais - com origem no rural e destino urbano – representavam a força de trabalho necessária à etapa de acumulação capitalista. As áreas rurais estagnadas ou em processo de transformação contribuíam para “fatores de estagnação” ou “fatores de mudanças” impulsionadores de fluxos migratórios nos locais de origem, onde as ‘causas’ e ‘motivos’ da migração eram resultantes das transformações econômicas globais da sociedade. Os excedentes populacionais do rural constituíam transferências populacionais para as cidades com a incorporação desses contingentes no mercado de trabalho industrial em expansão. Oliveira e Stern (1980) destacam, sob o enfoque histórico-estrutural, que esses fatores afetam diferentemente os indivíduos segundo sua inserção na estrutura social e econômica.

O processo de industrialização nacional consolidou-se, de maneira concomitante, a um processo migratório marcado por importantes deslocamentos rurais-urbanos e entre as regiões Nordeste e Sudeste (Singer, 1973). Modalidades migratórias – advindas do tipo migratório rural-urbano – também foram desenhadas ao longo desse período. Para Brito (2006) essas são as trajetórias secundárias do padrão migratório. Considero se tratar de modalidades migratórias integradas e reproduzidas pelo tipo migratório articulado à dinâmica econômica daquele momento. Modalidades estas que poderiam tomar impulso dinamizador em sua articulação com uma nova etapa econômica vindo a se configurar posteriormente como um tipo migratório; este foi o caso da modalidade urbana-

urbana. O embrião de possíveis processos migratórios de maior envergadura é gerado como modalidade migratória em um processo histórico de formação do fenômeno. A industrialização do Sudeste induziu a densificação de fluxos migratórios rurais-urbanos, entretanto, estes já estiveram presentes na fase da sociedade primário-exportadora, porém, em outro tempo, em outro espaço, em outra escala. A recuperação do processo de constituição do fenômeno migratório (quer como tipo quer como modalidade) constitui caminho teórico-metodológico imprescindível para a compreensão do fenômeno social, suas especificidades, dimensões e análises da migração na atualidade e em seus espaços.

Nesse contexto, portanto, modalidades migratórias rurais-rurais e urbanas-urbanas já se faziam presentes, mesmo que esta última de maneira mais tímida, na formação inicial da sociedade industrial brasileira (Baeninger, 2011). Destaque-se entre os anos 1940-1960, a migração rumo às fronteiras agrícolas (Martine, 1987) que ocorreu em direção ao interior do país e estabeleceu a ocupação populacional das regiões Centro-Oeste e Norte. Segundo Martine e Camargo (1984), a redistribuição espacial da população, até os anos 1970, ocorria por forças centrípetas em direção ao Sudeste e por forças centrífugas em direção à expansão das fronteiras agrícolas.

O período 1967-1973, com o chamado 'milagre econômico', retrata uma nova etapa na relação urbanização-migração, com a maturação do desenvolvimento urbano-industrial (Faria, 1978); momento em que o país já contava com um operariado. Nessa etapa, as migrações internas, de curta ou longa distância, representavam uma forma de possibilidade efetiva de mobilidade social (Faria, 1991), com a inserção de migrantes internos aos mercados de trabalho urbanos, sobretudo nas áreas mais dinâmicas do Sudeste, tornando bastante estreita a relação urbanização, migração e emprego (Matos e Baeninger, 2001).

A migração interna no Brasil entre 1930-1970 sintetiza profundas transformações econômicas e sociais que marcaram a passagem de um mundo agrário para um mundo urbano, com a transferência de enormes contingentes populacionais (Martine e Camargo, 1984). Graham e Buarque de Holanda (1980) sintetizam os seguintes aspectos das migrações interregionais do referido período: a) a trajetória das taxas de migração interna, que se elevou entre 1930-1950, intensificou-se nos anos 1950 e declinou consideravelmente na década de 1960; b) o papel da rápida industrialização paulista com as migrações Nordeste-Sudeste e a substituição da mão-de-obra estrangeira agricultura de São Paulo pela brasileira; c) a acentuada intensificação da migração para as fronteiras agrícolas. Todos os movimentos de população de origem rural para o urbano.

Como resultado surge um padrão de crescimento urbano intenso e concentrado nas áreas mais dinâmicas do Sudeste brasileiro, apesar da desconcentração

industrial ter sido inaugurada no decorrer dos anos 1970 (Cano, 1995; Diniz, 1993; Pacheco, 1998; Negri, 1996).

O dinamismo e a complexidade desse processo se expressaram na multiplicação do número de cidades no País. De fato, o enorme esvaziamento do campo que se operava, a partir dos anos 1950, levou a aceleração do processo de urbanização. A taxa de crescimento da população urbana passou de 3,8% a.a., no período 1940-1950, para 5,32% a.a. entre 1950-1960. O impacto da transferência de população rural para o meio urbano se fez sentir de maneira mais acentuada nos anos 1950, uma vez que a base demográfica não era tão extensa. À medida que essa base foi se alargando, o impacto dessa população foi diminuindo e apresentando, portanto, taxas menores de crescimento urbano: 5,15% a.a., no período 1960/70; 4,44% a.a. entre 1970-1980. O ritmo de crescimento da população brasileira em seu conjunto perdeu intensidade a partir dos anos 1960, em função da acentuada queda da fecundidade. De uma taxa de crescimento correspondente a 3,05% a.a., no período 1950-1960, passou para 2,48% a.a. nos anos 1970.

Embora tanto a taxa anual de crescimento da população brasileira quanto a taxa de crescimento urbano tenham registrado decréscimos ao longo do período em estudo, o acelerado processo de urbanização pode ser evidenciado através da elevação da participação da população urbana no total populacional: 45% em 1960, 56% em 1970. Esse incremento da população urbana foi consequência, basicamente, de três fatores: do próprio crescimento vegetativo das áreas urbanas, da migração com destino urbano e da expansão do perímetro urbano de muitas localidades, antigamente consideradas rurais. Em contrapartida, a população rural apresentou participação cada vez menor no conjunto da população brasileira. Os anos 1950, como já destacado, marcaram uma mudança expressiva na distribuição da população no País: a taxa de crescimento da população rural passou de 1,54% a.a., entre 1950-60, para 0,60% a.a., no período 1960-70, alcançou taxas negativas, em torno de 0,60% a.a., nos anos 70.

O avanço do processo de urbanização no País, entretanto, não atingiu todas as regiões de forma homogênea, de modo que os contrastes socioeconômicos prevalentes no território nacional refletiram-se no âmbito da urbanização. Em 1960, por exemplo, quando a média nacional apontava 45% de sua população morando em áreas urbanas, somente a Região Sudeste registrava população urbana superior a 50%, ao passo que no Nordeste essa participação chegava apenas a 34%. A acentuada urbanização que se processava contribuiu para que, a partir de 1980, em todas as grandes regiões, mais da metade de suas populações estivessem residindo em áreas urbanas.

Quanto à população rural, a Região Norte foi a única a apresentar, no período 1970-1980, significativa taxa de crescimento: 3,71% a.a., devido à fronteira

amazônica. O Nordeste rural cresceu a uma taxa também positiva, embora pequena, de 0,55% a.a. As demais regiões acompanharam a tendência nacional: todas apresentaram taxas negativas para os seus contingentes rurais, destacando-se o Sul com taxa de -2,5% a.a., refletindo o esgotamento da fronteira agrícola do Paraná. O Sudeste, particularmente São Paulo, já havia apresentado diminuição em sua população rural, em números absolutos, em 1970. No período 1980-91, à exceção da região Norte, todas as demais registraram taxas negativas de crescimento da população rural (Tabela 12).

Tabela 12
Taxas de Crescimento da População Rural
Grandes Regiões do Brasil, 1950-1980

Taxas de Crescimento da População Rural (%a.a)	Grandes Regiões					
	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.Oeste
1940-50	1,58	1,80	1,84	0,64	2,97	2,98
1950-60	1,54	2,37	1,02	1,06	2,90	3,89
1960-70	0,6	2,11	1,10	-1,88	2,2	3,14
1970-80	-0,62	3,71	0,55	-1,99	-2,47	-0,78

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1980.

O rápido crescimento das áreas urbanas apontava, até os anos 70, que o campo não só crescia menos que a cidade como também começava a sofrer um processo de esvaziamento populacional. Esse fenômeno de transferência de população era indicativo das mudanças, ou ausência delas, na estrutura produtiva rural e urbana, incluindo-se aí a estrutura da propriedade fundiária. O processo de modernização agrícola, intensificado a partir de meados da década de 60, provocou uma forte concentração de terra que, aliada ao esgotamento das fronteiras agrícolas, conduziu “a população migrante a se dirigir para as cidades, e cidades cada vez maiores” (Martine, 1987:29).

Embora, os movimentos migratórios rurais-urbanos fossem a principal força redistributiva da população, principalmente nos anos 1950 e 1960, o panorama dos movimentos migratórios no Brasil foi se ampliando a partir de então, até mesmo pela nova etapa de desenvolvimento econômico que o País viria assistir. “As condições subjacentes à maior mobilização interna da população brasileira [de 1940-1970] são o avanço da economia industrial no Sudeste, o aumento nas taxas de crescimento natural da população e a destruição de barreiras internas à mobilidade com a maior centralização política e expansão da rede de comunicações. A industrialização e seus resultados foram as principais responsáveis por uma redefinição da relação campo e cidade, assim como por uma reformulação das

relações e desequilíbrios interregionais, gerando estímulos para que a população se mobilizasse geograficamente” (Balán, 1974: 55).

O panorama dos deslocamentos populacionais ocorridos na década de 1970 apontava, então, para o aumento dos estados expulsos de população e a diminuição dos receptores, resultando num incremento populacional elevado para o Sudeste, e particularmente São Paulo. O processo de urbanização no Brasil foi marcado por enormes migrações do campo para a cidade, de curta e de longa distância, gerando a predominância da população residindo em áreas urbanas, que parecia se concentrar em aglomerações de maior porte. A população residente nas nove regiões metropolitanas representava 30% da população nacional em 1980, sendo seu crescimento, em conjunto, responsável por mais de 40% do crescimento total verificado no País.

As principais tendências da urbanização e da redistribuição espacial da população brasileira, no período 1940-1980, apontaram para a multiplicação do número de cidades, para a crescente concentração da população em localidades urbanas de grande porte, principalmente em áreas metropolitanas, e para o predomínio da Região Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, no contexto nacional, tanto em termos econômicos quanto populacionais

Em 1970, pela primeira vez, a população urbana brasileira ultrapassou a população rural, 52 milhões contra 41 milhões, respectivamente. Nesse momento, quando começa também a ocorrer o esgotamento de algumas das áreas de fronteira agrícola, ganha impulso a migração rural-urbana que partia dessas áreas de fronteira. As forças centrífugas - marcada por migração rural-rural, como modalidade do processo migratório rural-urbano industrial - perdem vigor, engrossando o tipo migratório rural-urbano no cenário da industrialização e reforçando, para Martine (1987), o padrão de concentração da população em cidades de tamanho cada vez maiores. A expansão dos grandes centros urbanos ganhava nova expressão espacial com a emergência das configurações metropolitanas, as quais atraíram 70% das migrações internas da década de 70. Nesse contexto, foram criadas as regiões metropolitanas em 1973, pela Lei Complementar 9 do Governo Federal.

Nos anos 1970 iniciava-se a intensificação das modalidades migratórias urbano-urbano, principalmente aquelas intrametropolitanas, reforçando as vertentes da metropolização e periferização. Nesse período, o fluxo urbano-urbano passou a responder por 46,7% dos movimentos migratórios intermunicipais no País e o fluxo rural-rural, 32,1% do total; ao tipo migratório rural-urbano ainda correspondia 54,2% das migrações entre 1970-1980.

O tipo migratório predominante – rural-urbano - teve como maior expressão a industrialização, mas Balán (1974 p.55) adverte “seria um erro, entretanto, pensar

que isso implica que as principais correntes migratórias se dirijam para a indústria”. De fato, se contemplarmos as modalidades migratórias – advindos do tipo rural-urbano - estas incluíram o fluxo de longa distância (fronteira e Sudeste), mas de curta distância como intramunicipais, intrarregionais e intra-estaduais.

Considero que a compreensão da contribuição da migração no desenvolvimento capitalista no país em seus tipos/etapas permite captar sua importância como processo histórico e seus desdobramentos posteriores. Embora, consista em importante recurso teórico-metodológico, em especial para as migrações até os anos 1970, essas análises encontram seus limites, pois se baseiam em migrações de longa distância - quer sejam transatlânticas, quer sejam nacionais - e no processo nacional de industrialização. O enfoque recai na relação migração e desenvolvimento.

Estrada de Ferro Mogiana, c. 1950.
Coleção Família Pescarini.
Banco de Imagens
Observatório das Migrações em
São Paulo





Migrações: modalidades migratórias e urbanização

No entendimento das migrações no Brasil e sua importância no desenvolvimento econômico e na formação social ao longo do século passado, a compreensão de tipo migratório e etapa econômica dá sinais de seus limites explicativos quando se passa para uma sociedade eminentemente urbana e com as implicações da desconcentração industrial e produtiva a partir dos anos 1980. Nessa minha releitura das interpretações das migrações internas no Brasil é possível identificar os diferentes cenários migratórios em função da urbanização em curso no país nas duas últimas décadas do século 20.

Em 1980, a população rural brasileira registrou pela primeira vez na história a diminuição em números absolutos, de 41 milhões em 1970 para 38,5 milhões, em 1980, chegando a 35 milhões em 1991 e passando a representar 24% da população brasileira (Tabela 13). Em 2000, a população urbana era de 137 milhões de habitantes chegando a 160 milhões em 2010. O país passou de um grau de urbanização de 67% em 1980 para 84% em 2010. A taxa de crescimento da população urbana registrou 2,97%, em 1980-1991, baixando para 1,55% a.a. em 2000-2010. Os reflexos do processo de urbanização se fez sentir na expansão da rede urbana no país, em 1950 eram 1.889 cidades, sendo que em 2010 essas chegavam a 5.545 localidades.

Ainda nos anos 70, a concentração das migrações com destino urbano, tanto pela vertente do esgotamento das fronteiras agrícolas (Martine, 1987) quanto pela migração rural-urbana, contribuíram para aumentar o número de estados expulsores de população (Martine e Carvalho, 1989). Ao se considerar os fluxos de imigração interestadual, nos período 1980-1991, nota-se em primeiro lugar, um aumento em seu volume de uma para outra década: de 9,5 milhões, entre 1970-1980, para 10,6 milhões, nos anos 80. Em segundo lugar, ainda se mantiveram os quatorze estados expulsores de população; ou seja, poucos destinos migratórios no cenário nacional (Tabela 14).

Tabela 13
População, Urbana, Rural e Total
Brasil, 1980 e 1991

Ano População	Urbana	Rural	Total
1980	80.437.327	38.573.725	119.011.052
1991	110.990.990	35.834.485	146.825.475
2000	137.953.959	31.845.211	169.799.170
2010	160.925.792	29.830.007	190.755.799
Distribuição Relativa (%)			
1980	67,59	32,41	100
1991	75,59	24,41	100
2000	81,25	18,75	100
2010	84,36	15,64	100
Taxas de Crescimento (% ao ano)			
1980-1991	2,97	-0,67	1,93
1991-2000	2,45	-1,30	1,63
2000-2010	1,55	-0,65	1,17

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Na perspectiva do padrão concentrador urbano, a década de 1980 poderia ser explicada pelas características das migrações internas dos anos 1970, não fosse, de um lado, a diminuição na imigração em direção ao Estado de São Paulo (de 3,2 milhões de pessoas, entre 1970-1980, para 2,7 milhões de 1981-1991) e ao Rio de Janeiro (de 855 mil imigrantes para 576 mil, respectivamente). E, de outro lado, o aumento da emigração desses estados: no caso de São Paulo de 1,2 milhão de emigrantes para cerca de 1,5 milhão, respectivamente; e do Rio de Janeiro, de 531 mil emigrantes, nos anos 1970, para 623 mil, nos anos 1980.

De uma para outra década, ocorreram significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios, em particular a desconcentração industrial (Cano, 1986). Nesse contexto, o país conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da produção econômica, que implicou na alteração da distribuição espacial das atividades econômicas no país. Cano (1996) argumenta que o processo de concentração da indústria, no período 1930-1970, liderado por São Paulo, beneficiou as regiões mais atrasadas através da integração dos mercados. Assim, para o autor, os principais determinantes do processo de desconcentração produtiva podem ser sintetizados: 1) no próprio processo de integração do mercado nacional, iniciado nos anos 1930, comandado pela economia paulista; 2) a expansão da fronteira agrícola do Paraná, Goiás e Mato Grosso entre 1930 e 1970, as áreas estimuladas pelo Plano de Metas a partir de 1950, a colonização da Amazônia, migrações para o Centro-Oeste a partir dos anos 70 – que viram a repercutir em etapas posteriores no surgimento da agroindústria; 3) as políticas de desenvolvimento regional (Sudene,

Tabela 14
 Volumes da Imigração e Emigração Interestaduais(*)
 Brasil, 1970-1980 e 1981-1991

Estados	1970/1980		1981-1991	
	Imigração	Emigração	Imigração	Emigração
Rondônia	285.670	39.672	411.802	157.957
Acre	16.640	19.080	29.245	30.550
Amazonas	73.353	55.151	113.399	96.782
Roraima	18.300	4.122	62.579	13.526
Pará	395.378	165.773	508.412	340.289
Amapá	22.749	10.722	43.152	14.006
Tocantins	-	-	159.015	144.702
NORTE	812.090	294.520	1.327.603	797.813
Maranhão	182.825	329.057	236.891	498.083
Piauí	92.677	227.224	161.234	287.566
Ceará	150.434	464.781	292.914	519.712
R.G.Norte	99.802	167.322	159.248	165.447
Paraíba	124.518	363.650	208.521	356.296
Pernambuco	280.279	654.491	370.588	657.833
Alagoas	98.635	192.261	133.852	212.367
Sergipe	73.122	103.133	122.046	94.040
Bahia	350.471	727.815	455.169	876.900
NORDESTE	1.452.763	3.229.734	2.140.462	3.668.244
Minas Gerais	613.732	1.218.957	797.879	1.016.120
E.Santo	201.156	204.985	269.063	197.134
Rio de Janeiro	855.230	531.360	576.399	623.739
São Paulo	3.250.889	1.287.748	2.679.169	1.494.930
SUDESTE	4.921.007	3.243.050	4.322.510	3.331.922
Paraná	523.856	1.329.474	588.088	1.081.535
Sta. Catarina	245.628	242.877	329.917	271.443
R.G.Sul	153.771	312.383	233.954	296.126
SUL	923.255	1.884.734	1.151.959	1.649.104
M.G. Sul	292.914	224.978	262.612	237.424
Mato Grosso	326.148	151.093	541.742	244.438
Goiás	383.475	408.237	518.145	345.179
D.Federal	475.807	151.113	349.189	340.098
C.OESTE	1.478.344	935.421	1.671.688	1.167.140
BRASIL	9.587.459		10.614.223	

(*) Migração de última etapa.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980 e 1991.

Sudam, Suframa); 4) política de incentivo às exportações, a partir de meados da década de 1960, com a modernização da agricultura e agroindústria; 5) II Plano Nacional de Desenvolvimento; 6) intensificação do processo de urbanização no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a diversificação dos serviços e criação de indústrias locais; 7) a crise da década de 1980, que afetou mais a economia paulista, contribuindo para a acentuada desconcentração da indústria entre 1970 e 1985.

De acordo com Pacheco (1998), em 1970, o Estado de São Paulo concentrava 58,1% da indústria de transformação nacional, baixando para 51,9%, em 1985. Nesse processo, a Região Metropolitana de São Paulo reduziu sua participação de 43,4% para 29,4%, nos respectivos períodos, em favor do crescimento do seu Interior (de 14,7% para 22,5%). A desconcentração industrial também ocorreu em direção a outros estados, como Minas Gerais (que concentrava 6,4% da indústria de transformação brasileira, em 1970, elevando essa participação para 8,3%, em 1985); Paraná (3,1% e 4,9%, respectivamente); Bahia (de 1,5% para 3,8%); Santa Catarina (2,6% e 3,9%) e Rio Grande do Sul (6,3% e 7,9%). Essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas. Ou seja, a interpretação das migrações, nos meus estudos para os anos 1980, esteve bastante ancorada no movimento da indústria, embora os fatores de expulsão não fossem – para todos os fluxos – aqueles referentes à estagnação ou modernização agrícola (Singer, 1973).

O interior de São Paulo beneficiou-se da política de desconcentração regional entre 1970/1985, tendo como determinantes, segundo Cano (1998), as políticas de descentralização dos governos do estado de São Paulo. As políticas de atração municipal, com subsídios fiscais; os custos da concentração industrial em São Paulo; os investimentos federais no interior; as políticas de incentivo às exportações, com os complexos agroindustriais da cana e da laranja e o Pró-alcool.

É revelador nesse processo que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas, iniciada no decorrer dos anos 1970, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980. Somente no período 1981-1991 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população. Essa defasagem poderia ser interpretada – passados mais de vinte anos – como o ‘descolamento’ entre tipo/etapa, demonstrando os limites de se explicar a direção das migrações pela dinâmica da industrialização. Contudo, a migração seguia na direção da desconcentração industrial, inclusive a migração de retorno.

Assim, as forças centrífugas, resultantes da força de atração exercida pelas fronteiras agrícolas, já haviam acentuado sua perda de importância nos anos 70,

muito embora seus desdobramentos tenham ainda se refletido nos anos 1980 nos movimentos migratórios. Já as forças centrípetas, em especial a exercida pela metrópole de São Paulo, arrefeceram a partir dos anos 80, porém não desapareceram. Compondo um movimento mais amplo de distribuição populacional, a Região Metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo que ainda se mantém como o maior centro de recepção migratória, passou também a se destacar pela importância de seu volume emigratório em nível nacional, emprestando novas características ao processo de distribuição espacial da população e redefinindo a migração interna (Baeninger, 1999).

Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população até mesmo durante a década de 1980 estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração: concentração da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; concentração do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 15,6 milhões deixaram as áreas rurais nesse período (Martine, 1994); e, concentração da população, manifestada no processo de metropolização.

Martine (1994 p.5) menciona que nos anos 1980 “a magnitude da metamorfose demográfica foi tão significativa quanto inesperada”. A queda da fecundidade ocorreu em ritmo mais intenso do que se previa, encerrava-se o alto crescimento demográfico nas fronteiras e o explosivo crescimento urbano dava lugar ao crescimento das cidades médias e pequenas.

O entendimento da migração interna nos anos 1980 no Brasil passava a ter que contemplar o processo emigratório. Ou seja, acrescentar a outra face e fase da migração – a emigração - elemento não considerado nas análises da migração brasileira para os anos 1970. Essa modalidade migratória, entretanto, já estava presente no tipo rural-urbano, embora de maneira muito tímida.

De fato, na reconstrução das modalidades migratórias advindas do tipo migratório rural-urbano já se configurava, por exemplo, um refluxo de mineiros para seu Estado já nos anos 70 (Brito, 1997), apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área. Cerca de 36,5% dos imigrantes para o Estado de Minas Gerais eram de retorno naquele período e, no período 1981-1991, de 48,5% de seus imigrantes interestaduais (Tabela 15). O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcou o período beneficiou Minas Gerais, podendo já ter contribuído para a absorção de sua população natural, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população (Rigotti, 2006; Matos, 1994).

Tabela 15
 Migração de Retorno
 Brasil e Unidades da Federação, 1970-1980 e 1981-1991

Estados	Migração de Retorno		% Retorno no total imigração	
	1970-1980	1981-1991	1970-1980	1981-1991
Rondônia	3.614	9.208	1,27	2,24
Acre	1.057	6.224	6,35	21,28
Amazonas	6.565	18.519	8,95	16,33
Roraima	326	1.510	1,78	2,41
Pará	20.767	52.612	5,25	10,35
Amapá	1.037	4.529	4,56	10,50
NORTE	33.366	92.602	4,11	6,98
Maranhão	65.803	84.829	35,99	35,81
Piauí	22.426	73.192	24,20	45,39
Ceará	12.989	173.207	8,63	59,13
R.G.Norte	31.138	67.156	31,20	42,17
Paraíba	31.943	109.710	25,65	52,61
Pernambuco	28.543	175.423	10,18	47,34
Alagoas		46.823	0,00	34,98
Sergipe	16.210	38.813	22,17	31,80
Bahia	69.895	179.811	19,94	39,50
NORDESTE	278.947	948.964	19,20	44,33
Minas Gerais	224.250	386.560	36,54	48,45
E.Santo	34.410	58.851	17,11	21,87
Rio de Janeiro	70.914	129.548	8,29	22,48
São Paulo	271.387	387.474	8,35	14,46
SUDESTE	600.961	962.433	12,21	22,27
Paraná	73.408	249.046	14,01	42,35
Sta. Catarina	49.502	89.026	20,15	26,98
R.G.Sul	54.815	119.337	35,65	51,01
SUL	177.725	457.409	19,25	39,71
M.G. Sul	22.421	41.549	7,65	15,82
Mato Grosso	14.333	26.344	4,39	4,86
Goiás **	36.143	128.312	9,43	24,76
D.Federal	13.741	13.712	2,89	3,93
C.OESTE	86.638	209.917	5,86	12,56
BRASIL	1.177.637	2.671.325	12,28	25,17

(*) não incluem os efeitos indiretos da migração de retorno (Ribeiro, 1998)

(**) inclui Tocantins

Refere-se à população nascida na UF de residência atual que retomaram há menos de 10 anos a esta UF, para o período 1970-1980 e 1981-1991.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980 e 1991.

Já o retorno migratório para os estados do Nordeste chegou a representar mais da metade da migração para o Ceará e para a Paraíba, entre 1981-1991. As explicações para o retorno para o Nordeste estiveram baseadas na crise metropolitana paulista (Cunha e Baeninger, 2005) e no incipiente processo de desconcentração produtiva para essas regiões (Pacheco, 1998). Nos anos 70, o movimento de retorno aos estados de nascimento representava apenas 12,0% do total da migração nacional, proporção que chegou a dobrar no período 1981-1991, alcançando 25,2% do total. Passou-se de um volume de migração de retorno de 1,2 milhão de pessoas, no período 1970-1980, para 2,6 milhões, entre 1981-1991. O maior incremento na migração de retorno, ao longo desses períodos, foi registrado para os estados da Região Nordeste que apresentava um fluxo de 278 mil imigrantes de retorno nos anos 1970, atingindo um volume de quase um milhão no período 1981-1991.

O importante a reter desse retorno migratório é que o Estado de São Paulo respondeu por 18% do total nacional entre 1970-1980, elevando-se para 26%, entre 1981-1991. No caso da Bahia, por exemplo 53% dos retornados vieram de São Paulo (Cunha e Baeninger, 2005).

No contexto do debate da década de 1980, os estudos realizados a respeito dos possíveis impactos do processo de desconcentração das atividades industriais na redistribuição espacial da população nesse período sugerem, de acordo com Matos e Baeninger (2001):

- a) transformações mais expressivas no âmbito do Estado de São Paulo, indicando um incipiente processo de desconcentração populacional;
- b) aumento da urbanização nas regiões e estados que se constituíram em canais da desconcentração industrial (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Centro-Oeste);
- c) expressivos fluxos migratórios de retorno para estados tradicionalmente emissores de população;
- d) incremento das migrações intra-regionais;
- e) relativa desconcentração do sistema urbano brasileiro, com a inserção das cidades pequenas e intermediárias nas dinâmicas das aglomerações urbanas, em especial as metropolitanas.

Segundo Matos (1994) a desconcentração demográfica coincide com a desconcentração econômica, com as deseconomias de aglomeração e a interiorização do desenvolvimento que podem dispersar atividades e população.

O debate da desconcentração-concentrada da economia (Cano, 1988) ganhou espaço nos estudos populacionais na vertente da desconcentração relativa da população. A explicação do fenômeno migratório – suas especificidades dos anos 1980 – ancorou-se na crise metropolitana e na desconcentração industrial que beneficiaria regiões fora do Sudeste, trazendo de volta seus migrantes e retendo sua população com o novo dinamismo da economia. Assim, o tipo migratório

urbano-urbano estaria pautado pelo processo de desconcentração da economia, como parece indicar essa releitura dos processos migratórios.

As tendências dos movimentos migratórios no Brasil suscitaram análises interpretativas enriquecedoras do debate dos anos 80. As transformações ocorridas no fenômeno migratório poderiam ser explicadas:

- pelo arrefecimento dos processos de concentração metropolitana (Martine, 1994)
- pela configuração de um novo padrão migratório brasileiro (Brito, 1997)
- pelo resultado das transformações ocorridas na sociedade e em sua dinâmica econômica no mesmo período (Pacheco e Patarra, 1998)
- pelas variações de um mesmo processo historicamente referenciado no tempo e no espaço (Cunha, 1994)
- pela desconcentração econômica (Matos, 1994)
- pela a expansão dos espaços da migração (Baeninger, 1999)

Mesmo com diferentes maneiras de interpretar o fenômeno, essas análises indicaram, de modo geral, a partir dos anos 1980, as evidências e características apontadas anteriormente de inflexão no crescimento metropolitano, o aumento nas migrações de curta distância, a importância da migração de retorno, o esgotamento da migração para as fronteiras agrícolas, a diminuição no ímpeto das migrações inter-regionais. Estiveram ainda presente, no debate, os possíveis efeitos migratórios advindos do processo de desconcentração das atividades econômicas e da crise econômica dos anos 80. Martine (1994 p.33) afirma “em nível de tendência, a redução do ritmo de crescimento e de concentração urbanos, o arrefecimento do crescimento das grandes metrópoles e a periferização do crescimento metropolitano constituem os processos mais importantes apresentados pelo censo de 1991”. Segundo o autor, os fatores determinantes do arrefecimento do processo de concentração metropolitana seriam: “os efeitos retardados da desconcentração industrial; a adoção de padrões de comportamento associado à contrametropolização; os efeitos cumulativos de um longo processo de interiorização e conseqüente nucleação de uma rede urbana mais equilibrada, os impactos da crise sobre a redução do movimento migratório, inclusive sobre o êxodo rural; e o impacto da queda da fecundidade sobre o ritmo de crescimento dos migrantes em potencial e sobre o crescimento vegetativo de migrantes e nativos nas áreas urbanas” (Martine, 1994 p.33).

Segundo Negri (1996) as duas décadas subsequentes a de 1970 já não registraram o mesmo ímpeto da industrialização desconcentrada. Mesmo assim, “o primeiro quinquênio dos anos 80 marca um grande avanço do processo de interiorização da indústria no Estado de São Paulo” (Negri, 1996 p.216). A partir de 1985 e início dos 1990, esse processo de desconcentração industrial perdeu dinamismo, em função do esgotamento dos ciclos de investimentos dos

anos setenta. A interiorização industrial prosseguiu, mas se processando em um ritmo menos intenso, dada a perda de dinamismo da indústria em seu conjunto (Pacheco, 1998).

De acordo com Cano (2011 p.10-11), entre 1980-1989, "o crescimento médio anual do PIB foi medíocre tanto para o Brasil (2,2%) quanto para São Paulo (1,5%) [...] A indústria de transformação, o setor antes mais dinâmico, teve desempenho ainda pior, pífio, de 0,9% para o Brasil e ainda mais baixo para São Paulo (0,2%)". Para o autor, a crise econômica também teve reflexos na diminuição dos volumes migratórios entre as Grandes Regiões do país, nos anos 80, concluindo "o que atenuou esse movimento foi a continuidade da expansão agrícola no Norte e Centro-Oeste, o melhor desempenho da economia nordestina e a forte expansão urbana ocorrida nessas três regiões" (Cano, 2011 p.12).

Considero que as evidências empíricas dos anos 1980, as interpretações baseadas na relação entre desconcentração econômica e fluxos migratórios indicam possíveis explicações para os novos destinos migratórios, mesmo que possa ter havido uma defasagem entre os dois processos (Negri, 1996) e mesmo tendo a desconcentração das atividades industriais perdido fôlego nos anos 80 (Pacheco, 1998). De fato, as políticas indutoras de desconcentração da indústria a partir da Região Metropolitana de São Paulo, com mais vigor nos anos 70 (Cano, 1988), geraram deseconomias de aglomeração (Redwood, 1984). Contribuíram para a desconcentração industrial delimitada por um campo aglomerativo (Azzoni, 1986) e por uma extensão da área de influência do pólo paulista (Diniz, 1993), marcando um processo de desconcentração-concentrada da dinâmica econômica em âmbito nacional (Cano, 1988; Azzoni, 1986).

As fortes mudanças nos padrões de redistribuição da população e das atividades econômicas resultaram em processos complexos de desconcentração espacial, também denominado como reversão da polarização (Richardson, 1980), impulsionando a localização de atividades industriais e de pessoas para além das áreas metropolitanas (Gottdiener, 1983). A polarização reversa, no meu entendimento, embora enfatize a desconcentração de atividades econômicas e de população, na realidade parece estar mais direcionada aos fatores econômicos e presa à idéia da relação migração-emprego.

Nesse contexto, os menores volumes da migração interestadual para o Sudeste nos anos 1980 foram analisados, por um lado, pelos reflexos dessa desconcentração econômica em direção às áreas externas a São Paulo e Rio de Janeiro e, por outro lado, pela crise do emprego metropolitano.

O fortalecimento da dinâmica industrial no país e o processo de urbanização conduziram a processos migratórios onde o fluxo urbano-urbano passou a ser predominante (60% dos movimentos migratórios). Dentre suas modalidades,

portanto, a migração de retorno, a migração intrametropolitana e a migração intra-regional (em âmbito nacional e local) foram as mais expressivas nos anos 80.

Analisando as migrações internas no Brasil, nas últimas décadas do século 20, a partir das expressivas alterações em sua dinâmica, que se refletem nas novas especificidades e tendências do processo de distribuição espacial da população. A menor pressão dos grandes movimentos rurais (o êxodo rural dos anos 80 foi da ordem de 10,6 milhões de pessoas) para os centros urbanos de maior porte e o próprio patamar em que se encontra o processo de urbanização (Ebanks, 1993) vêm contribuindo para a predominância do movimento urbano-urbano, onde emergem e reforçam variadas modalidades de deslocamentos populacionais.

Os anos 1980 evidenciaram enormes mudanças nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios, intensificando a vertente das modalidades migratórias; a saber:

1. os movimentos migratórios intra-regionais no âmbito das Grandes Regiões passam a se diversificar, redefinindo os movimentos interestaduais para outras regiões;
2. o decréscimo nas migrações interestaduais de longa distância apontam novos destinos migratórios;
3. as migrações de retorno redesenham a maior "área de absorção de população migrante" em décadas anteriores – a Região Metropolitana de São Paulo;
4. a inflexão no ritmo de crescimento metropolitano, mesmo que incipiente fora do Sudeste, indicam outras áreas de recepção migratória ou mesmo de retenção populacional;
5. a predominância das migrações de curta distância, em especial a intrametropolitana e intra-regional, conferem novos significados aos conceitos de migrante, de áreas de origem e áreas de destino, bem como de áreas de atração e áreas de expulsão;
6. recuperação migratória no âmbito intra-regional, especialmente os estados nordestinos, com destaque para o interior da Bahia;
7. surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, onde o conjunto de rede de cidades brasileiras teve papel importante, servindo de amortecedor dos fluxos para as metrópoles.
8. emergência (ou recorrência) das modalidades de deslocamentos populacionais de tipo pendular, dupla residência, intraperiféricos que no atual processo de urbanização complexificam o entendimento da relação migração/emprego.

Ao lado dos tradicionais fluxos migratórios – expressos no tipo migratório predominante - passaram também a sobressair outras direções de modalidades migratórias urbanas-urbanas: movimentos de curta distância, movimentos de retorno, movimentos intra-regionais. Uma dimensão anteriormente não considerada na migração, que é a dimensão espacial, tornou-se elemento

explicativo e determinante do fenômeno migratório (Villa e Rodriguez, 1994). Portanto, concluiu que diversificaram no contexto urbano-urbano as modalidades migratórias; por exemplo, a década de 1980 retrata a evidente periferação da população das metrópoles brasileiras, com modalidades migratórias no espaço intrametropolitano, revelado pela saída de população do centro para as áreas distantes e periféricas (Cunha, 1994; Martine, 1992).

Ampliando o entendimento dos movimentos de população, pode-se indicar aqui desdobramentos advindos das modalidades migratórias. Este é o caso dos deslocamentos pendulares (mora em uma cidade e trabalha em outra), no qual parte da população envolvida realizou movimento intrametropolitano (Cunha, 1994). Como em diferentes escalas do fenômeno migratório, os anos 1980 – e os anos posteriores – indicam que, a partir do tipo migratório urbano-urbano, criam-se modalidades migratórias (com mudança de residência) e deslocamentos populacionais (sem que haja mudança de residência) em espaços regionais e entre esses espaços.

As migrações internas, portanto, assumem maior complexidade a partir dos anos 1980 em função, particularmente, do predomínio das migrações entre áreas urbanas. Ou seja, movimentos migratórios constitutivos e elemento fundamental na configuração do processo de urbanização atual. O entendimento do processo de reorganização da população no espaço desloca-se, portanto, do eixo de análise via migração rural-urbana, força motriz das análises centrípeta.

Brito (2000:1) analisa tratar-se de alterações no padrão migratório, definindo-o a partir do modo como se dá a articulação entre as trajetórias migratórias e a dinâmica social e econômica “[...] a partir de 1980, quando o país ingressou numa grande ‘crise de transição’ é que o padrão migratório tem sido notavelmente afetado”. Considero que tais mudanças nas tendências da migração sejam recorrentes dos próprios processos migratórios e dos tipos vigentes anteriormente, que imbuídos de uma nova realidade social e econômica, dão novos contornos aos processos migratórios. As expressivas alterações em seus volumes revelam muito mais do que mudanças em seus níveis, como aponta Brito (2000).

O panorama geral dos fluxos migratórios entre os estados do país seguiu indicando incremento em seu volume no período 1990-2000 alcançando 12,5 milhões de pessoas, quando entre 1981-1991 havia sido de 10,6 milhões (Tabela 16).

As evidências empíricas sobre os movimentos migratórios interestaduais para os anos 1990, contudo, indicaram que parte das mudanças ocorridas nos anos 1980 não se sustentou na década seguinte, inclusive com a inversão de determinadas tendências. No caso do processo de ocupação das áreas de fronteira claramente houve redução em seu ímpeto tanto no Centro-Oeste, em especial no Mato Grosso. Na Região Norte persiste a tendência ao aumento nos volumes de emigração (de

294 mil pessoas nos anos 1970, para 797 mil nos 1980, alcançando 958 mil entre 1990-2000). Ao mesmo tempo em que mantém importante volume de imigrantes ao redor de 1,3 milhões anos 1980 e 1990, (particularmente no caso de Rondônia que registrou o maior decréscimo de imigrantes entre as décadas de 1980 e 1990.

Tabela 16
Migração de Retorno
Brasil e Unidades da Federação, 1970-1980 e 1981-1991

Estados	1990-2000			Trocas Migratórias (I-E)		
	Imigração	% retorno	Emigração	1970-1980	1981-1991	1990-2000
Rondônia	197.589	12,61	152.867	245.998	253.845	44.722
Acre	36.070	32,51	30.993	-2440	-1.305	5.077
Amazonas	189.953	24,32	119.703	18.202	16.617	70.250
Roraima	87.975	4,67	23.283	14.178	49.053	64.692
Pará	475.891	25,15	451.819	229.605	168.123	24.072
Amapá	98.842	9,92	29.106	12.077	29.146	69.736
Tocantins	218.922	12,30	151.150	-	14.313	67.772
NORTE	1.305.242	16,58	958.921	517.570	529.790	346.321
Maranhão	262.555	51,33	573.807	-146.232	-261.192	-311.252
Piauí	196.658	51,22	320.115	-134.547	-126.332	-123.457
Ceará	388.399	57,84	434.086	-314.347	-226.798	-45.687
R.G.Norte	174.915	45,93	152.231	-67.520	-6.199	22.684
Paraíba	245.653	55,47	364.182	-239.132	-147.775	-118.529
Pernambuco	410.619	52,19	654.965	-374.212	-287.245	-244.346
Alagoas	151.187	50,57	283.325	-93.626	-78.515	-132.138
Sergipe	125.552	36,18	117.034	-30.011	28.006	8.518
Bahia	619.172	51,68	1.133.797	-377.344	-421.731	-514.625
NORDESTE	2.574.710	51,77	4.033.524	-1.776.971	-1.527.782	-1.458.814
Minas Gerais	910.447	50,72	887.733	-605.225	-218.241	22.714
E.Santo	296.248	24,91	180.482	-3.829	71.929	115.766
Rio de Janeiro	775.806	26,39	549.872	323.870	-47.340	225.934
São Paulo	3.254.389	17,97	1.789.544	1.963.141	1.184.239	1.464.845
SUDESTE	5.236.890	25,30	3.407.631	1.677.957	990.588	1.829.259
Paraná	754.178	38,93	798.265	-805.618	-493.447	-44.087
Sta. Catarina	458.614	27,60	285.084	2.751	58.474	173.530
R.G.Sul	309.605	48,04	279.080	-158.612	-62.172	30.525
SUL	1.522.397	37,37	1.353.429	-961.479	-497.145	168.968
M.G. Sul	236.030	22,97	206.103	67.936	25.188	29.927
Mato Grosso	420.296	13,67	249.423	175.055	297.304	170.873
Goiás	758.863	28,52	341.856	-24.762	172.966	417.007
D.Federal	424.362	4,76	383.153	324.694	9.091	41.209
C.OESTE	1.839.551	18,93	1.180.535	542.923	504.548	659.016
BRASIL	12.478.790	30,38				

(*) não incluem os efeitos indiretos da migração de retorno (Ribeiro, 1998); (***) inclui Tocantins
Refere-se à população nascida na UF de residência atual que retornaram há menos de 10 anos a esta UF, para o período 1970-1980, 1981-1991 e 1990-2000.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Outro ponto se refere a complementaridade em termos de transferências de população do Nordeste para o Sudeste, que parecia ter diminuído nos anos 1980, e volta a ser retomada entre o período 1990-2000. Assiste-se a um incremento da emigração nordestina (era de 3,2 milhões nos anos 1970, passando para 3,6 entre 1981-1991, chegando a 4,0 milhões nos 1990) e a um expressivo incremento da imigração do Sudeste, que inclusive havia registrado para os anos 1980 diminuição de sua imigração: de 4,9 milhões pessoas entre 1970-1980, baixou para 4,3 milhões nos anos 80, elevando-se para 5,2 milhões entre 1990-2000.

Os estados da Bahia, do Maranhão e do Piauí apresentaram os maiores acréscimos em seus volumes de emigração, sendo que, no Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo registraram inversão da tendência verificada entre os anos 1970 e 1980. Aumentaram seus volumes de imigrantes, com São Paulo, inclusive, retomando os mesmos patamares dos anos 70: em torno de 3,2 milhões de imigrantes (nos anos 1980, este volume foi de 2,7 milhões).

A Região Sul, nos movimentos interestaduais totais, foi a única que manteve a mesma tendência dos anos 1980: diminuição de sua evasão populacional (de 1,8 milhões de emigrantes nos 70 para 1,3 milhões nos 90) e incremento de seu volume de imigrantes (de 923 mil para 1,5 milhão, respectivamente).

Como conceitos operatórios incorporei também, além dos fluxos de entradas e saídas, as trocas migratórias (imigração menos a emigração) que se mostraram importantes para a compreensão da dinâmica das migrações no Brasil. Contudo esses estudos ainda estavam centrados nas áreas de absorção e de perdas de população – mesmo substituindo os antigos conceitos de áreas de atração e de áreas de expulsão de população.

Como recurso metodológico, o balanço das trocas migratórias interestaduais permitiu captar as evidências empíricas das tendências nacionais dos anos 1990:

- a) enxugamento das antigas áreas de fronteira no Centro-Oeste e Norte;
- b) uma maior diversidade da situação migratória interestadual entre os estados do Nordeste, com a Bahia e o Maranhão apresentando maiores perdas populacionais em suas trocas migratórias, sendo que o Ceará, Paraíba e Pernambuco diminuíram suas perdas populacionais;
- c) no Sudeste observou-se certa recuperação migratória no estado do Rio de Janeiro, consolidação da reversão migratória de Minas Gerais, incremento nos ganhos populacionais do Espírito Santo e, finalmente, inversão da tendência a menores ganhos populacionais em São Paulo;
- d) na Região Sul houve menor evasão populacional.

Desse modo, o quadro migratório nacional dos anos 1990 apontou algumas tendências já esperadas em função da dinâmica de décadas passadas, como os casos das fronteiras agrícolas e da recuperação da região Sul. Todavia, outras tendências mostraram-se diferentes das análises baseadas nos anos 1980, entre

elas o incremento da emigração nordestina, justamente num momento em que as transformações produtivas no país levavam a apostar na continuidade do arrefecimento desses fluxos.

Com as interpretações pautadas ainda nos efeitos da desconcentração industrial e a explicação para a retomada da emigração do Nordeste nos anos 1990, analisamos naquele momento (Cunha e Baeninger, 2005) que tais efeitos foram bem mais limitados, tendo tido apenas reflexo imediato no momento de maturação dos investimentos (Cano, 1998), como parece ter sido parte dos anos 80. Assim, a retomada da intensidade das migrações para o Sudeste, nos anos 1990, poderia estar relacionada, do ponto de vista da dinâmica econômica, ao menor desempenho do Nordeste, e, do ponto de vista dos processos migratórios, à menor capacidade de absorção migratória dentro dos próprios estados nordestinos, particularmente de suas regiões metropolitanas.

O caminho teórico metodológico percorrido para o entendimento desses anos 1990 foi analisar a complementaridade migratória – a qual articula espaço, tempo e escalas diferenciadas - permitindo contribuir para o entendimento das tendências migratórias naquele final de século. Essa complementaridade, estabelecida através das relações entre modalidades migratórias (e visualizada a partir das trocas migratórias), reflete-se na articulação da migração de longa distância com movimentos migratórios intra-regionais, da articulação entre migrações metrópole-interior e da articulação entre determinadas migrações interestaduais.

Assim, a primeira delas se refere à nova complementaridade entre Nordeste-Sudeste, marcada - no tipo migratório urbano-urbano - pela modalidade migratória do retorno. De fato, os movimentos de retorno ilustram as duas pontas complementares do processo migratório, uma vez que mesmo com a permanência da emigração dos estados do Nordeste nos anos 90, há o incremento de suas imigrações, em parte fomentada pelo retorno de seus naturais. O movimento migratório de retorno alcançou 3,8 milhões de pessoas, entre 1990-2000 (era de 1,1 milhão nos anos 70), representou 30% das migrações nacionais, chegando a responder por 52% da imigração dos estados da Região Nordeste.

Os maiores volumes de retorno foram registrados para estados historicamente expulsos de população como os do Nordeste (em particular, Bahia e Pernambuco e Ceará), Minas Gerais e Paraná. Essas evidências implicaram em se aprofundar e se aproximar das idas e vindas entre os estados, em especial na migração de longa distância e com o Nordeste.

Desse modo, o Índice de Eficácia Migratória (IEM) permite verificar a absorção, perda ou rotatividade migratória presente nos diferentes estados no país (Baeninger, 2004). Considerei a rotatividade na interpretação das migrações nos anos 1990

ainda como conceito operatório para nos aproximarmos do fenômeno – como proxy do ir-e-vir migratório.

A Tabela 17 indica a crescente presença dos valores do IEM mais próximos de zero, negativos ou positivos, no decorrer das décadas. Em 1970, eram 5 estados nessa condição, chegando a dezesseis em 2000. Não utilizo o conceito de circularidade ou circulação de população, por entender que – do ponto de vista da própria informação migratória – não haveria como saber se são os mesmos migrantes que entram, os mesmos que saem, compondo de fato um movimento circular. Adoto a contribuição de Domenach e Picouet (1990) acerca da reversibilidade dos processos migratórios que passaram a compor as interpretações para explicar o incremento na rotatividade migratória nos estados brasileiros.

A segunda complementaridade se refere aos fluxos Região Metropolitana e Interior. Desde os anos 1980, o país assiste um processo de desconcentração demográfica desde as metrópoles no Brasil, com o crescimento das localidades e aglomerações urbanas não-metropolitanas (IPEA/NESUR, 1999), sobretudo as de tamanho médio (Martine, 1994; Baeninger, 2000). Em 2000, 53 milhões dos brasileiros residiam em regiões metropolitanas – eram 36 milhões em 1980 – sendo que 50% do crescimento demográfico brasileiro (cerca de 11 milhões de pessoas) ocorreu dentro dessas áreas.

Ou seja, os processos migratórios internos também têm um peso importante nesse crescimento, visto que as migrações interestaduais apontaram para um caráter de menor permanência e rotatividade de população. As migrações aumentam sua importância em contexto metropolitanos, especialmente porque as taxas de fecundidade nessas áreas tendem a ser menores que as de outras localidades (IBGE, 2006).

Os movimentos migratórios entre as regiões metropolitanas e o interior de seus respectivos estados expressam a diversidade de modalidades migratórias e a força de novos processos de redistribuição e (re)organização espacial da população no contexto de generalizada urbanização no país (Tabela 18).

As migrações do interior em direção às suas regiões metropolitanas mantiveram volumes muito semelhantes nos períodos 1986-1991 e 1995-2000 para grande parte dos estados, à exceção da RMBH que registrou importante declínio nesse fluxo (de 335 mil pessoas para 29 mil). Com decréscimos menos expressivos as RMs de Fortaleza, Recife e Pernambuco. Note-se nesse último caso, se tratarem das regiões metropolitanas do Nordeste, as quais passaram a ter papel decisivo tanto no âmbito estadual quanto para os cenários das migrações em direção ao Sudeste a partir dos anos 1990. O destaque coube às RMs do Sudeste: a RMBH com a interrupção das migrações do seu interior para o núcleo e a RMSP e RMRJ com perdas migratórias em favor do interior dos respectivos estados; no caso de São

Paulo esta evidência já havia sido identificada desde os anos 1970 (Cunha, 1987; Baeninger, 1988). Assim, passei a acrescentar o fenômeno da interiorização da migração no país nos anos 90 e sua interligação com as metrópoles, inclusive, com a migração interestadual, atraindo ou retendo uma população que potencialmente migraria para outras regiões.

Tabela 17
Índice de Eficácia Migratória
Unidades da Federação-Brasil, 1970-2000

Estados	Índice de Eficácia Migratória		
	1970-1980	1981-1991	1990-2000
Rondônia	0,76	0,45	0,13
Acre	-0,07	-0,02	0,08
Amazonas	0,14	0,08	0,23
Roraima	0,63	0,64	0,58
Pará	0,41	0,20	0,03
Amapá	0,36	0,51	0,55
Tocantins	*	0,05	0,18
NORTE	0,47	0,25	0,15
Maranhão	-0,29	-0,36	-0,37
Piauí	-0,42	-0,28	-0,24
Ceará	-0,51	-0,28	-0,06
R.G.Norte	-0,25	-0,02	0,07
Paraíba	-0,49	-0,26	-0,19
Pernambuco	-0,40	-0,28	-0,23
Alagoas	-0,32	-0,23	-0,30
Sergipe	-0,17	0,13	0,04
Bahia	-0,35	-0,32	-0,29
NORDESTE	-0,38	-0,26	-0,22
Minas Gerais	-0,33	-0,12	0,01
E.Santo	-0,01	0,15	0,24
Rio de Janeiro	0,23	-0,04	0,17
São Paulo	0,43	0,28	0,29
SUDESTE	0,21	0,13	0,21
Paraná	-0,43	-0,30	-0,03
Sta. Catarina	0,01	0,10	0,23
R.G.Sul	-0,34	-0,12	0,05
SUL	-0,34	-0,18	0,06
M.G. Sul	0,13	0,05	0,07
Mato Grosso	0,37	0,38	0,26
Goiás	-0,03	0,20	0,38
D.Federal	0,52	0,01	0,05
C.OESTE	0,22	0,18	0,22

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Tabela 18
Fluxos Migratórios entre Regiões Metropolitanas e Interior dos respectivos Estados,
1986-1991 e 1995-2000

NORTE e NORDESTE	1986-1991	1995-2000	SUDESTE	1986-1991	1995-2000	SUL	1986-1991	1995-2000
Pará			Minas Gerais			Paraná		
RM Belém - interior	32.917	44.483	RM Belo Horizonte-interior	13.111	20.439	RM Curitiba-interior	36.607	52.481
Interior -RM Belém	62.819	71.208	Interior -RM Belo Horizonte	335.170	29.093	Interior -RM Curitiba	118.393	133.004
trocas migratórias	29.902	26.725	trocas migratórias	322.059	8.654	trocas migratórias	81.786	80.523
Ceará			Rio de Janeiro			Rio G.do Sul		
RM Fortaleza-interior	40.548	54.255	RM Rio de Janeiro-interior	67.978	97.635	RM Porto Alegre-interior	87.748	91.212
Interior -RM Fortaleza	118.584	84.200	Interior -RM Rio de Janeiro	43.230	49.231	Interior -RM Porto Alegre	145.295	131.864
trocas migratórias	78.036	29.945	trocas migratórias	-24.748	-48.404	trocas migratórias	57.547	40.652
Pernambuco			São Paulo					
RM Recife-interior	29.877	33.774	RM São Paulo-interior	382.728	468.296			
Interior -RM Recife	68.919	58.204	Interior -RM São Paulo	110.391	128.866			
trocas migratórias	39.042	24.430	trocas migratórias	-272.337	-339.430			
Bahia								
RM Salvador-interior	47.143	65.682						
Interior -RM Salvador	108.459	103.370						
trocas migrat.	61.316	37.688						

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e 2000.

A terceira complementaridade migratória se refere às migrações intra-regionais (entre os estados de uma mesma Grande Região) que foram definidoras de novos espaços migratórios no Brasil e mobilizou cerca de 1,7 milhão de pessoas entre 1986-1991 e 1,8 milhão entre 1995-2000 (Tabela 19).

Tabela 19
 Migração Intra-regional
 Grandes Regiões, Brasil, 1986-1991 e 1995-2000

Grandes Regiões	1986-1991	1995-2000
Norte	144.634	200.957
Nordeste	459.767	408.547
Sudeste	726.555	715.638
Sul	268.406	279.741
Centro-Oeste	186.960	227.664
TOTAL	1.786.322	1.832.547

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e 2000.

Nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste houve incrementos em seus volumes, sendo que nas regiões Nordeste e Sudeste um pequeno decréscimo, mas são, contudo, as regiões com maiores volumes de migrantes nessa modalidade nos dois períodos. Em 1995-2000 a migração intra-regional do Nordeste foi de 408 mil pessoas e a do Sudeste de 715 mil. Essa migração tem contribuído para desenhar novos pólos regionais no âmbito das Grandes Regiões, com estados que podem apresentar perdas migratórias nas trocas com estados de outras regiões, mas que polarizam as migrações regionais. Este é o caso da Bahia, que perde migrantes para São Paulo, mas ganha migrantes da Região Nordeste.

Assim, a expansão dos espaços da migração se viu confirmada também nos anos 1990, particularmente quando se consideram os movimentos intra-regionais e os inter-regionais separadamente. O surgimento de novas espacialidades no processo de urbanização (IPEA/NESUR, 1999) imprime e redefine características importantes das migrações internas (Tabela 20).

No período 1995-2000, quase 4 milhões dos migrantes interestaduais mudaram entre áreas urbanas, correspondendo a 75% das migrações internas no país. A modalidade migratória rural-urbana representou apenas 12% dos movimentos migratórios interestaduais (cerca de 650 mil pessoas no quinquênio), com São Paulo concentrando 40% desses fluxos interestaduais. O final do século ainda reservou para esse Estado a fatia do êxodo rural do país.

Considero, assim, que o conceito de rotatividade migratória deva ser atribuído à migrações urbanas (Baeninger, 2011), uma vez que possivelmente ainda possamos dialogar com os fatores de estagnação e de mudança – baseados em Singer (1973) - no último fio do êxodo rural no Brasil.

Os movimentos rurais-rurais foram importantes para Rondônia e Pará, respondendo por cerca de 10% das migrações desses estados. O fluxo urbano-rural chegou a 400 mil pessoas, parecendo indicar mais problemas de definição

dos perímetros municipais (urbanos e rurais) do que o retorno para a área rural.

Nesse contexto, o panorama da mobilidade espacial da população vem apresentando um leque variado de modalidades com implicações mais determinadas na configuração dos espaços e na estruturação das cidades e suas redes, onde a conformação de espaços urbano-regionais oferece um novo aporte para o entendimento do processo de redistribuição espacial da população.

Na continuidade do incremento das modalidades migratórias, as tendências na migração interna no Brasil nos anos 1990 apontaram:

1. os fluxos migratórios de longa passaram a ter outro papel na relação migração/urbanização, com incrementos das áreas de rotatividade migratória;
2. mantiveram-se como área de absorção de fluxos de longa distância, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
3. houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os Estados nordestinos;
4. houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos Estados tornando-se “ganhadores” de população - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

É nesse sentido que coloco em questão a capacidade das análises ancoradas apenas nos fatores econômicos comportarem todas as explicações do fenômeno migratório. Os clássicos fatores de expulsão e de atração populacional (Singer, 1973) dentro de um mesmo contexto urbano-regional, bem como a definição de origem e destino de determinado fluxo não têm o mesmo significado que esses termos representavam quando se tratava de analisar os grandes movimentos rurais-urbanos, que marcaram o crescimento e a concentração da população em áreas metropolitanas. Outras dimensões passaram a compor as explicações do fenômeno, as quais podem ser melhor compreendidas e apreendidas considerando as novas formas de configuração do espaço.

A dimensão política se constitui também em elemento importante na formação de espaços urbanos selecionados, particularmente as políticas de desconcentração das atividades econômicas (Cano, 1988). Considero que o fortalecimento de economias regionais impulsiona deslocamentos de população intra-urbanos, os quais parecem não estar ligados propriamente a interpretações do tipo atração-expulsão, mas sim a várias determinações da vida social – dentre elas a econômica, porém não a única – que estão embutidas na decisão de migrar.

Tabela 20

Migração Interestadual segundo Situação de Domicílio
Unidades da Federação, 1995-2000

Estados	Fluxos				TOTAL
	Urbano-Urbano	Urbano-Rural	Rural-Urbano	Rural-Rural	
Rondônia	50.356	13.277	8.022	12.724	84.379
(%)	59,68	15,73	9,51	15,08	100
Acre	8.790	1.410	2.278	1.378	13.856
(%)	63,44	10,18	16,44	9,95	100
Amazonas	70.167	3.450	12.267	4.786	90.670
(%)	77,39	3,81	13,53	5,28	100
Roraima	34.204	3.445	7.142	3.164	4.7955
(%)	71,33	7,18	14,89	6,60	100
Pará	111.672	31.795	20.537	21.210	185.214
(%)	60,29	17,17	11,09	11,45	100
Amapá	31.256	1.418	10.467	1.457	44.598
(%)	70,08	3,18	23,47	3,26	100
Tocantins	71.318	7.891	10.418	6.348	95.975
(%)	74,31	8,22	10,85	6,61	100
Maranhão	69.078	15.308	10.701	7.355	102.442
(%)	67,43	14,94	10,45	7,18	100
Piauí	60.092	10.269	13.061	6.080	89.502
(%)	67,14	11,47	14,59	6,79	100
Ceará	129.293	19.584	9.071	6.770	164.718
(%)	78,49	11,89	5,51	4,11	100
Rio G. Norte	61.809	7.496	5.354	3.740	78.399
(%)	78,84	9,56	6,83	4,77	100
Paraíba	76.631	14.435	6.541	5.248	102.855
(%)	74,50	14,03	6,36	5,10	100
Pernambuco	124.582	17.721	14.747	10.548	167.598
(%)	74,33	10,57	8,80	6,29	100
Alagoas	37.829	7.301	7.102	4.682	56.914
(%)	66,47	12,83	12,48	8,23	100
Sergipe	38.271	5.172	5.167	4.055	52.665
(%)	72,67	9,82	9,81	7,70	100
Bahia	184.805	36.441	19.467	12.529	253.242
(%)	72,98	14,39	7,69	4,95	100
Minas Gerais	353.363	43.037	35.227	18.826	450.453
(%)	78,45	9,55	7,82	4,18	100
Esp. Santo	101.348	6.765	15.101	6.884	130.098
(%)	77,90	5,20	11,61	5,29	100
Rio de Janeiro	293.870	5.998	19.252	3.972	323.092
(%)	90,96	1,86	5,96	1,23	100
São Paulo	884.614	56.351	257.437	44.578	1.242.980
(%)	71,17	4,53	20,71	3,59	100
Paraná	240.725	22.164	23.920	13.143	299.952
(%)	80,25	7,39	7,97	4,38	100
Santa Catarina	157.153	10.031	25.893	8.033	201.110
(%)	78,14	4,99	12,88	3,99	100
Rio G. do Sul	84.444	6.080	17.596	5.893	114.013
(%)	74,07	5,33	15,43	5,17	100
Mato G. Sul	74.826	8.577	7.880	6.664	97.947
(%)	76,39	8,76	8,05	6,80	100
Mato Grosso	112.358	23.157	18.090	18.867	172.472
(%)	65,15	13,43	10,49	10,94	100
Goiás	305.623	16.445	42.139	10.530	374.737
(%)	81,56	4,39	11,24	2,81	100
Dist. Federal	157.633	8424	31.691	5.105	202.853
(%)	77,71	4,15	15,62	2,52	100
Brasil	3.926.110	403.442	656.568	254.569	5.240.689
(%)	74,92	7,70	12,53	4,86	100

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000.

O processo de escolha ao nível individual passa também a ter papel relevante, uma vez que as múltiplas formas de interação dos espaços regionais vêm apontando novas modalidades de deslocamentos populacionais, onde, por exemplo, a mudança de emprego não implica necessariamente mudança de residência, e vice-versa. A relação migração-emprego, por vezes simplista, tem apresentado complexidade crescente.

Nesse sentido, a dimensão espacial passou a representar outro significado aos deslocamentos populacionais, apresentando estreita relação com os espaços em que esse fenômeno se processa, excedendo até mesmo a definição tradicional de migração (Villa e Rodríguez, 1994).

A defasagem temporal da explicação das 'novas' tendências migratórias dos anos 1980 e 1990 via desconcentração econômica já podia estar indicando que "tipo migratório e etapa econômica" permite muito mais - no crescente contexto da urbanização – reconstruir a trajetória de determinado processo migratório até os anos 1970, do que a explicação do mesmo depois de 1980. Apesar dessa limitação do enfoque teórico para anos recentes, considero que a reconstrução histórico-social do fenômeno migratório em seu tipo/etapa em diferentes espaços é que permitirá identificar as raízes das modalidades migratórias e suas especificidades e articulações na formação social e nas relações que estabelece em suas diferentes escalas, desde o local até o global.

De fato, a reestruturação econômica dos anos 1990, baseada em uma nova ordem financeira e produtiva transnacionais (Cano, 2011 p.14) traz alterações significativas na dinâmica econômica brasileira. No período 1989-2003 houve "a diminuição do peso da indústria de transformação, que cai para o Brasil, de 30,8% em 1989 para 18,1% [em 2003] e em SP de 40,9% para 35,0%; a agropecuária passaria, para o Brasil, de 9,1% para 7,4% (em SP, subiria de 3,5% para 7,7%); o setor serviços aumentaria, no Brasil, de 50,3% para 64,8% e em SP, de 48,2% para 48,5%".

Assim, os anos 2000 denunciam que a mobilidade espacial da população no território nacional insere-se num contexto mais amplo de transformações da sociedade global em seu conjunto. Os distintos contextos históricos, econômicos, sociais, demográficos e políticos serão as heranças para as diferentes manifestações, explicações e interpretações das migrações internas no Brasil no século 21.



Migrações, Migrações

Tendo como pano-de-fundo o intenso processo de urbanização e sua importância para a inserção dos espaços nas diferentes escalas locais, regionais, nacionais e globais, considero que a abordagem de tipos e etapas não tem o alcance necessário para explicar as migrações urbanas-urbanas. Apesar de sua importância para explicar as migrações internas no país, seu potencial explicativo se restringe a uma fase bastante recortada da histórica migratória nacional e a um fluxo específico marcado pelas migrações rurais-urbanas de grande magnitude.

Quais processos migratórios estariam reservados para o Brasil no cenário da globalização nos primeiros anos do século 21?

O olhar para as interrelações sociais e demográficas atuais permitem afirmar que as migrações urbanas reconfiguram os processos migratórios no novo século, mesmo em diferentes conjunturas econômicas. O patamar da urbanização brasileira, nos anos 2000, aprofunda a inserção do Brasil nos processos globais de reestruturação produtiva, gerando impactos na, conseqüente, reestruturação urbana. A diversidade de situações migratórias locais, regionais, estaduais recodifica a complexidade do fenômeno, não sendo possível nos pautarmos apenas no dinamismo econômico das áreas; afinal assistimos a permanência do maior fluxo de emigração no Brasil tendo como origem seu centro financeiro, São Paulo.

Para o período 1989-2003, Cano (2011) indica os seguintes fatores que contribuíram para a continuidade da desconcentração produtiva regional no país: as políticas de incentivo às exportações, notadamente de commodities agropecuárias, agroindustriais e minerais; a guerra fiscal, principalmente em termos da indústria de transformação; a execução de infraestrutura descentralizada; e os efeitos da desconcentração industrial. No âmbito da questão regional, o autor enfatiza que, já em 1995, o governo abandonou a política de desenvolvimento regional em favor das políticas dos grandes eixos (Galvão e Brandão, 2003), “os quais seriam vetores ligando zonas produtivas a portos de exportação, e receberiam grandes

investimentos para aumentar a eficiência e competitividade exportadora. Contudo, eles apenas ligariam pontos de origem-destino, e pouco ou nada fariam em prol dos maiores espaços regionais em que estivessem inseridos" (Cano, 2011 p.16). Para o autor o debate acerca do dinamismo regional contemplou no final dos anos 1990 e início dos 2000, imersos no contexto da reestruturação produtiva internacional, questões relativas à região competitiva, arranjos produtivos locais e poder local; acrescentem-se as 'ilhas de prosperidade' (Pacheco, 1998).

Para 2003-2010, Cano (2011) aponta, dentre as determinações para a questão regional e urbana no Brasil, o aumento do poder político e econômico de grandes grupos privados nacionais e internacionais sobre alguns importantes espaços do território nacional, particularmente Norte, partes do Nordeste e Centro-Oeste, acrescentando "é evidente que a desconcentração produtiva continuou em todos os grandes setores: é a consolidação da fronteira agropecuária do NO e do CO-DF e do aumento da ocupação dos cerrados da BA, PI e MA pelas commodities exportáveis, da consolidação da província mineral de Carajás, da grande expansão do petróleo no RJ, ES e RN [...] a expansão da periferia estará atrelada, em grande medida, à de São Paulo [...] a exceção a esse processo reside na 'autonomia' regional ganha por algumas áreas do país, com a expansão de produção destinada a exportações (notadamente de commodities) e à produção energética, como o álcool de cana, o petróleo e a hidroeletricidade" (Cano, 2011 p. 26)

Nesse cenário, procuro apontar que a análise dos movimentos migratórios nos anos 2000 reforça a tendência de configuração de novos espaços da migração, com a necessidade de diferentes olhares para as escalas aonde esses fluxos se processam, seus sentidos e repercussões em diferentes níveis. Entendo que não basta apenas indicar que se trata de "novas" modalidades migratórias ou "novos" rumos da migração interna. É preciso buscar incluir as dimensões espaciais em que o fenômeno migratório opera em suas diferentes escalas territoriais (Vainer, 2002; Brandão, 2007).

Vainer (2002 p.25) afirma "o entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais culturais têm dimensões escalares não podem conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos. O que temos são processos com suas dimensões escalares, quase sempre transescalares (haverá ainda hoje algum processo social relevante cuja compreensão e modificação seja possível através de uma análise ou intervenção uniescalar?).

"Brandão (2007 p.210) analisa autores e afirma "muitas vezes, independentemente de qual é o sítio em que ocorre um evento, seus efeitos são sentidos em diferentes níveis escalares". É nesse sentido que proponho incorporar nas causas e explicações das migrações internas suas articulações escalares transnacionais.

Considero ser este um caminho desafiador para o estudo das migrações internas no Brasil no século 21: acrescentar a perspectiva da produção social de escalas que permite “captar a complexidade desse heterogêneo e continental país” (Brandão, 2007 p.211), incluindo o âmbito global. Assim como Kornin e Moura (2002 p.15 apud Brandão, 2007) perguntam em relação ao planejamento urbano “há uma escala espacial que abarque o processo de metropolização e de configuração de aglomerações urbanas, ou espacialidades estariam afetadas a uma dimensão transescalar não capturável por mecanismos e instrumentos convencionais de planejamento e gestão?” coloco a hipótese de que a redefinição das migrações internas no Brasil, em particular a histórica migração do fluxo Nordeste-Sudeste apresenta uma dimensão transescalar e transnacional nessa primeira década do século 21. Em uma concepção abstrata, à medida que os espaços nacionais se conectam aos espaços globais – via mobilidade do capital – as migrações internas redefinem seus significados no contexto nacional e nas demais escalas regionais e locais, que desembocam em modalidades e deslocamentos populacionais específicos dessas escalas e lugares. Nesse entendimento, poder-se-ia explicar as evidências dos anos 1990 referentes ao descolamento na relação entre migração/emprego, migração/industrialização (Baeninger, 1999) e migração/mobilidade social (Brito, 1997); relações construídas para a interpretação das migrações em uma dimensão uniescalar: a escala nacional.

A complexidade e a diversidade do processo de redistribuição da população têm apontado a necessidade de se recuperar e incorporar aos estudos de população, sobretudo para o entendimento do fenômeno migratório, o debate atual acerca das novas configurações e tendências dos impactos territoriais dos processos de reestruturação produtiva. É nesse contexto, portanto, que se torna importante inserir o debate a respeito das novas configurações urbanas para o entendimento dos processos de redistribuição espacial da população, de urbanização e das migrações no âmbito da reestruturação urbana. Essa reestruturação urbana traduz as recentes transformações do capitalismo em âmbito internacional (Harvey, 1992), com mudanças no cenário urbano mundial (Sassen, 1988), em especial nas grandes concentrações metropolitanas (Benko e Lipietz, 1994). O processo de reestruturação produtiva em âmbito internacional tem contribuído, em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados (Sassen, 1988). Tais espaços têm apresentado transformações significativas em termos econômicos, políticos e sociais em um esforço de inserção nessa dinâmica global. Modificaram-se as formas e os processos urbanos até então vigentes nas cidades. A intensificou-se a velocidade das transformações tecnológicas. As cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional. Mudaram a direção e o sentido dos fluxos migratórios nacionais e internacionais.

Esse cenário traz novos contornos às cidades, onde a compreensão dos fenômenos locais pressupõe o entendimento dos fenômenos regionais, metropolitanos e até aqueles em âmbito mundial (Castells, 1999; Sassen, 1988; Harvey, 1992). Portanto, experimentaremos diversificados movimentos migratórios e suas interpretações no âmbito local, regional, nacional e global. O surgimento de rearranjos nas funções urbanas das cidades, em termos de atividades econômicas e de redistribuição espacial da população, constitui elemento fundamental no fortalecimento de economias regionais que se articulam em diferentes níveis escalares (Brandão, 2007). A reestruturação urbana articula-se à reorganização econômica mundial, refletindo os impactos territoriais do processo de reestruturação produtiva. É nesse sentido, que quero enfatizar que a configuração das migrações, em particular nos anos 2000, constituem também um dos elementos e produção desses impactos territoriais, revelando nexos transescalares. Isto porque a reestruturação produtiva não se limita à dimensão econômica (Castells, 1999). Ao mesmo tempo transformam-se as dimensões sociais, políticas, culturais e espaciais (Harvey, 1992). Assim, as novas formas do espaço denunciam a dinâmica econômica atual e representam redes de lugares (Santos, 1997), espaço de fluxos (Castells, 1999), cidades globais (Sassen, 1988) ou rede de distritos (Benko, 1996) no contexto da dinâmica econômico-urbana em nível global.

A contextualização e o entendimento do processo de reestruturação urbana atual remete, por sua vez, às transformações recentes da economia em âmbito internacional e a nova divisão social do trabalho (Gottdiener, 1993). “Desde os anos 80 observam-se os primeiros sinais do advento de um novo período de desenvolvimento do capitalismo, fundado numa flexibilidade crescente tanto no nível econômico como no social” (Benko, 1996:28). Desse modo, o elemento central da reestruturação econômica está calcado sob as novas formas de flexibilização da produção e sob a transformação vigorosa nos serviços de coordenação financeira, permitindo flexibilizar a forma fordista de acumulação e a dinâmica espacial desse sistema (Harvey, 1992).

A nova divisão internacional do trabalho oferece o eixo da reestruturação econômica, com articulações em nível internacional, nacional e local, o que requer o surgimento de novas espacialidades e o redesenho de fenômenos sociais que historicamente foram construídos no âmbito nacional (Sassen, 2010). O sistema de cidades em nível nacional e suas conexões com a hierarquia urbana internacional traz reflexos para a escala nacional no que se referente às migrações internacionais como aponta Sassen (1988). O que procuro acrescentar é que - em se considerando os diferentes níveis escalares - parte das migrações internas no Brasil se vinculam às transformações em âmbito global, em especial o histórico fluxo Nordeste-Sudeste.

No atual processo de reestruturação econômica, a dispersão espacial da produção tornou-se elemento central (Sassen, 1990). A nova fase da acumulação capitalista pressupõe uma intensa mobilidade do capital e da força de trabalho (Sassen 1988), onde, dentre outros aspectos, a tecnologia da informação (telecomunicações, microeletrônica etc.) confere enorme dinâmica à produção e aos lugares. Castells (1989) enfatiza que a economia internacional, as novas tecnologias de informação e de comunicação e a constituição de poderosas organizações transnacionais ligadas por redes subordinadas e descentralizadas são fatores decisivos no processo que dá sentido estrutural a cada território em um contexto mais amplo.

Assim, a dimensão territorial constitui elemento fundamental do desenvolvimento atual². Como enfatiza Gottdiener (1993 p.59) “apesar das diferenças, as perspectivas sobre a reestruturação compartilham uma característica comum: a afirmação de que as recentes mudanças no capitalismo, provocadas pela crise, especialmente a partir de 1970, são responsáveis pela reorganização das estruturas espaciais urbanas e das relações entre as cidades no sistema urbano. Apesar das divergências teóricas, a vinculação do capital, nas atuais condições de crise, às mudanças socioespaciais que reestruturam o ambiente urbano continua sendo o traço comum das obras recentes”.

O processo global de reestruturação das atividades econômicas implica em transformações significativas para países centrais e periféricos, representando enormes alterações nas estruturas sociais, urbanas, políticas e culturais no âmbito nacional e internacional (Sassen, 1988). É nesse sentido, que procuro inserir as migrações internas no Brasil como elemento que reflete e compõe esse movimento de reestruturação nos contextos urbanos, com a configuração de espaços marcados como o lugar da produção (Sassen, 1980, 1990) e a conseqüente expansão da produção terceirizada em diferentes espaços locais (Sassen, 2010). É importante reter aqui, para as análises das migrações internas no século 21 no Brasil, que a partir desses lugares inseridos na lógica da produção global se desencadeia a nova configuração migratória nacional: alta rotatividade, oscilação entre as condições da migração (retenção, perda e rotatividade migratória) e a utilização dos espaços como recurso para outros deslocamentos populacionais.

Enfatizo que a diversidade crescente de situações migratórias dentro do processo de reestruturação urbana tem diferentes interpretações em função das articulações escalares. As mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva alteraram significativamente a relação das cidades na economia

² Veja-se, dentre outros autores: Castells (1999); Gottdiener (1993); Benko (1996); Santos (1997); Harvey, (1992); Sassen (1988); Brandão (2007).

internacional (Sassen,1990) e, portanto, a necessidade/demanda por força-de-trabalho para essa etapa da dinâmica econômica dependerá da ligação dos espaços da produção na economia globalizada. De acordo com Harvey (1992:266) “a produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações”. Isto faz diferença para os processos migratórios atuais no Brasil e suas direções, significados, permanências.

Sassen (1990) analisa que a estrutura ocupacional do crescimento industrial da reestruturação da produção é caracterizada pela concentração locacional dos principais setores da indústria juntamente com a polarização ocupacional, o que contribui para o crescimento de um estrato de alta renda e um estrato, bastante grande, de trabalhadores de baixa renda. Os efeitos sociais dessa nova forma econômica, voltada para o mercado mundial, destaca a autora, refletem-se no aumento da pobreza nessas cidades, no subemprego, no crescimento de trabalhos feito em casa e em indústrias domésticas. Esses efeitos compõem o crescimento do complexo industrial orientado para a economia global, onde não se contemplam as necessidades internas da cidade e das condições de vida de seus cidadãos. Considero que esse novo contexto social incide fortemente nos contingentes migrantes da metrópole de São Paulo, com intensas idas-e-vindas sem a capacidade de absorção dessa população. No século 21 essa mobilidade da força-de-trabalho interna – via histórica migração Nordeste-Sudeste – é também a manifestação da mobilidade do capital em nível global.

Procuró então apontar, que para os anos 2000, os efeitos sociais da reestruturação produtiva alcançam cada vez mais espaços nacionais. À medida que diferentes espaços e suas produções locais passam a responder à uma demanda internacional, indicando seus mecanismos de desencaixe (Giddens, 1991), os movimentos migratórios mudarão suas interpretações nos diferentes níveis escalares. Por exemplo, a migração de mão-de-obra qualificada tenderá a ser absorvida pelos centros de excelência em ciência e tecnologia e nos grandes centros industriais-financeiros, em especial o “trabalhador do conhecimento” (Castells,1999). Ao mesmo tempo, se processará a continuidade das entradas e saídas de fluxos migratórios de menor qualificação, que possivelmente terão menor permanência em destinos voltados para uma economia global, com a confluência da entrada de imigrantes estrangeiros nesses mesmos espaços (Baeninger, 2011). Meu argumento aqui é o de que à medida em que as localidades se inserem na lógica global, as migrações internas tenderão a ser mais “fluidas”, correspondendo à mesma velocidade da mobilidade do capital na contemporaneidade, com a conseqüente redefinição no papel da migração no desenvolvimento e constituição do mercado de trabalho no país.

Destaca-se que no processo de reestruturação produtiva as metrópoles, nas diferentes abordagens, são contempladas como as 'regiões ganhadoras' (Benko e Lipietz, 1994) dos fluxos de capitais no âmbito da economia global. Entendo, porém, do ponto de vista das migrações internas no Brasil tratar-se dos espaços que vem sendo marcado como regiões perdedoras de população, em particular São Paulo. De fato, é essa concentração territorial hegemônica que se volta para o mundo globalizado; os ganhos do capital não corresponde aos ganhos da migração (em termos de fixação desses migrantes), ocorre uma inversão: quanto mais globalizado o espaço maior será sua emigração. Isto não diminui o papel central dessas localidades no contexto nacional. Este é o palco dos grandes fluxos migratórios nacionais no Brasil: as regiões metropolitanas, que (re)configuram seus processos migratórios justamente pela articulação que passam a estabelecer em outra escala, a escala global.

Faz sentido, portanto, nessa releitura, ter entendido que as grandes transformações na rede urbana brasileira e na redistribuição da população e das migrações tivessem se iniciado justamente pelas concentrações metropolitanas (Baeninger e Brito, 2007). "As cidades representam lugares específicos, espaços da estrutura social, da dinâmica interna e da nova ordem global [...] as estruturas-chaves da economia mundial estão necessariamente situadas nas cidades" (Sassen, 1990: 4). As dinâmicas nacionais e globais não são excludentes, afirma Sassen (2010); a autora completa analisando que as relações entre o local e o global podem ocorrer de múltiplas formas, sem que haja uma hierarquia entre os níveis.

A experiência brasileira, e particularmente do Estado de São Paulo (Baeninger, 2008) e do Rio de Janeiro (Oliveira, 2010), com expressivas perdas migratórias para os demais estados do país e para suas respectivas áreas interioranas, indicam arranjos regionais e locais no processo de urbanização e suas migrações. Refletem impactos territoriais no âmbito nacional do processo de reestruturação produtiva na escala nacional. O desafio que teremos a enfrentar é acrescentar a escala transnacional na composição das causas desses fluxos migratórios.

Gottdiener (1993) afirma que processos socioeconômicos experimentados em décadas anteriores contribuíram para uma nova forma de espaço, mesmo antes da reestruturação pós-fordista. O eixo explicativo para a configuração das novas espacialidades é a desconcentração. O autor enfatiza que a reestruturação urbana está baseada na problemática da desconcentração, entendida como o aumento absoluto de população e o adensamento de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões urbanas e dos maiores centros populacionais. "Nessa visão, o processo de desconcentração implica tanto um movimento socioeconômico que sai das cidades centrais mais antigas para áreas afastadas – ou descentralização – quanto o surgimento de aglomeração tipo cidade e a formação de densidade

social em áreas afastadas – ou concentração [...] em resumo, escolho o termo desconcentração para descrever os padrões atuais de crescimento polinucleado porque ele apreende a dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústria e administração pública, juntamente com a reestruturação contemporânea de tais regiões em domínios multicentrados – esparramados por vários quilômetros e localizados em todo lugar do país, especialmente naquelas áreas consideradas antigamente imunes ao desenvolvimento urbano” (Gottdiener, 1993 p.19).

As análises de Gottdiener (1993) suscitam que se mencione a discussão acerca dos processos de reestruturação urbana vis-à-vis os processos de urbanização, de redistribuição espacial da população e das atividades econômicas. No movimento de desconcentração, apontado por Gottdiener (1993) é importante resgatar que o próprio fenômeno pode ter contribuído para a formação e surgimento de espaços urbanos selecionados, os quais se fortalecem e se recriam diante do atual processo de reestruturação econômica. Nesse sentido, para minhas análises, as novas espacialidades resultariam, em parte, de processos socioeconômicos-espaciais derivados de uma etapa prévia à reestruturação produtiva, preparando e abrindo espaço para os espaços da globalização.

De fato, a dinâmica interna das cidades e regiões constitui elemento fundamental para a configuração das migrações no processo de reestruturação produtiva transnacional. Considero que as migrações interestaduais de longa distância e suas rotatividades são expressões de sua inserção na escala global. Já as migrações intra-regionais, intrametropolitanas e intra-estaduais são manifestações das expressões locais dos processos sociais que podem ter elementos do global.

Assim, o tema das migrações internas no Brasil adquire importância crescente nos estudos de população no século 21. De um lado, as migrações de longa distância redesenham seus trajetos e seus significados. De outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas. Analiso, portanto, que o deslançar dos processos migratórios recentes tem suas raízes de transformações desde os anos 1980, quando as clássicas interpretações da migração ancorada somente no desempenho econômico das áreas alcançaram seus limites. Os processos migratórios nacionais, imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano nacionais e globais, imprimem espaços da migração marcados por diferentes “condição migratória”: áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória.

Quando se considera os movimentos migratórios interestaduais e suas trocas migratórias pode-se verificar entre 1995 e 2009, a manutenção no número de Estados ganhadores de população: 17 Estados entre 1995-2000 e entre 1999-2004. Entre 2001-2006 e 2004-2009, no entanto, foram, respectivamente, 12 e 13 os Estados com ganhos migratórios, refletindo a situação de trocas migratórias

negativas dos Estados da Região Norte, as oscilações nas tendências da migração de alguns Estados da Região Nordeste e a nova posição de São Paulo e Rio de Janeiro no cenário de perdas migratórias no contexto das migrações internas no Brasil (Tabela 21 e 22).

Ainda que a PNAD 2009 aponte para o decréscimo do saldo migratório negativo do Estado de São Paulo e trocas positivas para o Estado do Rio de Janeiro, no início do século 21, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas ou quinquênios anteriores.

Os anos 2000 indicam redefinições da relação migração-industrialização, migração-desconcentração industrial, migração-emprego no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva. Na minha interpretação, embora se deslocando da clássica relação entre dinâmica econômica e migração, é essa nova configuração produtiva em âmbito nacional e internacional que constitui o pano-de-fundo do dinamismo atual das migrações internas no Brasil, onde os fluxos mais volumosos e de longa distância são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas.

Nesse sentido, as migrações assumem um caráter mais reversível (Domenach e Picouet, 1990) em comparação com décadas anteriores, nas quais as explicações da migração estavam pautadas na capacidade de atração do destino migratório, mesmo que em uma leitura histórico-estrutural (Singer, 1973). O fenômeno da reversibilidade das migrações internas diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto, que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou exibindo decréscimos em seus volumes: passou de 5,2 milhões, entre 1995-2000, para 4,6 milhões, entre 1999-2004 e de 4,4 milhões, de 2001-2006, para 3,2 milhões entre 2004-2009.

Esse decréscimo, contudo, não implica em uma tendência à estagnação das migrações. Ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais. Acrescento ainda que as fontes de informação limitam captar a intensidade das trocas migratórias.

Tabela 21

Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias por Regiões e Unidades da Federação Brasil, 1995/2000 e 1999/2004

Regiões/UF	1995/2000			1999/2004		
	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas
Rondônia	83.325	72.734	10.591	49.046	55.239	-6.193
Acre	13.635	16.069	-2.434	14.777	13.212	1.565
Amazonas	89.626	58.658	30.968	64.001	52.928	11.073
Roraima	47.750	14.380	33.370	38.384	13.325	25.059
Pará	182.045	234.213	-52.168	235.111	187.426	47.685
Amapá	44.582	15.113	29.469	32.525	18.281	14.244
Tocantins	95.430	82.513	12.917	82.312	112.004	-29.69
NORTE	556.393	493.680	62.713	516.156	452.415	63.741
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	180.924	258.016	-77.092
Piauí	88.736	140.815	-52.079	119.646	113.952	5.694
Ceará	162.926	186.709	-23.783	141.680	120.574	21.106
Rio G. Norte	77.917	71.286	6.631	73.494	37.284	36.210
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	138.328	95.857	42.471
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	179.932	204.868	-24.936
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	81.318	85.668	-4.350
Sergipe	52.109	56.921	-4.812	45.843	43.258	2.585
Bahia	250.572	517.930	-267.358	290.343	378.618	-88.275
NORDESTE	1.055.924	1.819.854	-763.930	1.251.508	1.338.095	-86.587
Minas Gerais	447.836	408.659	39.177	429.438	398.460	30.978
Esp. Santo	129.169	95.149	34.020	107.132	108.669	-1.537
Rio Janeiro	319.749	274.223	45.526	166.036	255.653	-89.617
São Paulo	1.223.809	884.121	339.688	823.557	978.689	-155.132
SUDESTE	2.120.563	1.662.152	458.411	1.526.163	1.741.471	-215.308
Paraná	297.308	336.998	-39.690	260.478	271.182	-10.704
S.Catarina	199.651	139.665	59.986	214.287	139.268	75.019
Rio G. Sul	113.395	152.891	-39.496	116.643	146.372	-29.729
SUL	610.354	629.554	-19.200	591.408	556.822	34.586
Mato G. Sul	97.709	108.738	-11.029	90.071	97.271	-7.200
Mato Grosso	166.297	123.726	42.571	192.691	81.011	111.680
Goiás	372.702	169.887	202.815	315.571	168.574	146.997
D. Federal	216.200	188.551	27.649	152.073	199.982	-47.909
C.OESTE	852.908	590.902	262.006	750.406	546.838	203.568
TOTAL	5.196.142			4.635.641		

* Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não especificada.

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2004.

Tabela 22

Volumes de Imigração, Emigração e Trocas Migratórias. Unidades da Federação, 2001-2009

Regiões/UF	2001/2006			2003/2008			2004/2009		
	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas
Rondônia	36.000	56.801	-20.801	40.772	47.555	-6.783	34.249	32.206	2.043
Acre	17.762	13.154	4.608	12.112	8.552	3.560	13.059	13.026	33
Amazonas	51.792	54.600	-2.808	48.307	40.282	8.025	63.102	35.594	27.508
Roraima	36.602	7.071	29.531	17.782	8.441	9.341	15.351	14.675	676
Pará	198.158	174.718	23.440	156.954	154.535	2.419	118.292	160.200	-41.908
Amapá	17.823	19.769	-1.946	13.804	29.121	-15.317	19.987	11.073	8.914
Tocantins	67.730	90.055	-22.325	63.545	69.262	-5.717	50.491	82.316	-31.825
NORTE	425.867	416.168	9.699	353.276	357.748	-4.472	314.531	349.090	-34.559
Maranhão	154.041	220.748	-66.707	102.757	155.762	-53.005	125.387	154.859	-29.472
Piauí	99.490	110.842	-11.352	59.821	63.869	-4.048	74.798	104.822	-30.024
Ceará	174.343	136.014	38.329	111.564	98.968	12.596	93.740	98.073	-4.333
Rio G. Norte	85.063	54.640	30.423	54.220	41.653	12.567	60.182	37.047	23.135
Paraíba	112.330	137.991	-25.661	56.340	86.270	-29.930	74.291	70.917	3.374
Pernambuco	194.317	204.361	-10.044	123.499	133.613	-10.114	100.769	107.334	-6.565
Alagoas	70.769	105.894	-35.125	30.839	66.038	-35.199	43.936	80.757	-36.821
Sergipe	38.472	44.775	-6.303	50.366	36.889	13.477	37.736	36.573	1.163
Bahia	339.133	306.116	33.017	221.228	296.299	-75.071	203.885	312.211	-108.326
NORDESTE	1.267.958	1.321.381	-53.423	810.634	979.361	-168.727	814.724	1.002.593	-187.869
Minas Gerais	417.502	378.067	39.435	319.885	263.585	56.300	288.373	276.196	12.177
E.Santo	137.501	82.150	55.351	83.903	8.104	25.799	107.421	54.674	52.747
Rio Janeiro	210.038	251.634	-41.596	193.793	181.624	12.169	141.459	165.522	-24.063
São Paulo	765.469	972.567	-207.098	621.058	640.710	-19.652	535.376	588.652	-53.276
SUDESTE	1.350.510	1.684.418	-153.908	1.218.639	1.144.023	74.616	1.072.629	1.085.044	-12.415
Paraná	262.629	274.548	-11.919	213.816	202.567	11.249	203.613	171.868	31.745
S.Catarina	217.714	127.768	89.946	153.209	83.366	69.843	194.033	113.545	80.488
Rio G. do Sul	93.457	130.950	-37.493	67.083	107.893	-40.810	90.036	104.016	-13.980
SUL	573.800	533.266	40.534	434.108	393.826	40.282	487.682	389.429	98.253
Mato G. Sul	120.126	80.308	39.818	70.358	75.524	-5.166	57.900	50.205	7.695
Mato Grosso	142.130	85.618	56.512	93.458	109.856	-16.398	78.627	90.654	-12.027
Goiás	245.943	172.383	73.560	246.078	146.775	99.303	264.087	135.031	129.056
D. Federal	157.092	169.876	-12.784	101.190	120.628	-19.438	149.903	138.037	11.866
C. OESTE	665.291	508.185	157.106	511.084	452.783	58.301	550.517	413.927	136.590
TOTAL	4.463.418		-	3.327.741		-	3.240.083		-

Fonte: FIBGE (PNAD 2006, 2008, 2009).

Para o entendimento deste novo cenário das migrações no país é necessário que se observe as tendências atuais da Região Nordeste. Com uma tendência que se delineia desde os últimos vinte anos, a Região Nordeste continuou o decréscimo em seus saldos migratórios negativos, de 763 mil pessoas, entre 1995-2000, para 86 mil pessoas, entre 1999-2004, alcançando 53 mil e 168 mil pessoas, respectivamente, entre 2001-2006 e 2003-2008.

Entre 2004-2009 o saldo negativo migratório para a região Nordeste manteve-se em 187 mil pessoas, o que indica a força da migração de retorno na composição de sua imigração. Esta nova face e nova fase da imigração para o Nordeste estão relacionadas ao contexto atual da Região Metropolitana de São Paulo, em especial, e do Rio de Janeiro, e a reorganização da indústria no território nacional (Coutinho, 1998) e internacional (Sassen, 1988).

As dinâmicas migratórias dos Estados do Nordeste são profundamente marcadas por oscilações em termos de recuperação, absorção e expulsão de suas populações que refletem tanto os processos intra-regionais, como a instabilidade das tendências dos movimentos migratórios de retorno. De um lado, o Rio Grande do Norte e o Ceará vêm conseguindo manter trocas migratórias positivas com as demais Unidades da Federação. Do outro lado, o Estado da Bahia é um dos melhores exemplos: com uma trajetória de perdas migratórias por mais de cinquenta anos – apesar do decréscimo em seu volume como um todo – a PNAD 2006 revelou maior contingente de imigrantes (339.133 pessoas) do que de emigrantes (306.116), com um saldo migratório positivo de 33.017 pessoas para esse Estado. No entanto, as PNADs 2008 e 2009 apontam perdas migratórias de 75 mil pessoas e de 108.326, respectivamente, para a Bahia com alta rotatividade migratória. Nesse contexto, torna-se pertinente, mais uma vez destacar, as análises a respeito da reversibilidade das migrações, como aponta Domenach e Picouet (1990).

A compreensão das migrações no Nordeste passa necessariamente pela nova realidade da Região Sudeste. Os movimentos migratórios, do início do século 21, transformaram os grandes Estados de atração populacional dos anos 70 - São Paulo e Rio de Janeiro - em áreas de perdas migratórias. Nas PNADs 2006, 2008 e 2009 é possível identificar que a imigração para São Paulo diminuiu para 765.469 em 2001-2006 para 621.058 entre 2003-2008, chegando a 535.376 migrantes nacionais para o período 2004-2009 – quando, no período 1995-2000, esta imigração ainda havia sido de 1.223.809 migrantes interestaduais.

Com isso, nas trocas migratórias, o Estado de São Paulo passou de um ganho de migrantes (339.688), no período 1995-2000, para uma perda de -207.098 pessoas, entre 2001-2006, diminuindo esta perda -19.652 pessoas entre 2003-2008 e -53.276 entre 2004-2009. Deve-se ressaltar que estas perdas podem estar relacionadas, muito mais, às saídas de população da Região Metropolitana de

São Paulo, com histórico consolidado de migrações interestaduais – em especial nordestina - do que ao cenário do interior paulista, que vem expandindo suas áreas de migração com o Nordeste mais recentemente (Baeninger, 2002).

O Rio de Janeiro teve seu volume de imigrantes diminuído de 319.749, entre 1995-2000, para 210.038, entre 2001-2006, com declínio mais intenso, no período 2003-2008, para 193.793 imigrantes e 141.459 no período 2004-2009, embora com menor força que o decréscimo para São Paulo. O Rio de Janeiro registrou saldo migratório negativo foi de -41.596 migrantes, entre 2001-2003, positivo de 12.169 pessoas, no período 2003-2008, voltando a ser negativo entre 2004-2009 (-24.063).

Para as antigas áreas de fronteiras agrícolas, as mudanças nos movimentos migratórios também foram expressivas. Na Região Norte, o início dos anos 2000 aponta a inversão dos processos migratórios em Rondônia. Ainda no período 1995-2000, o Estado registrava trocas migratórias interestaduais positivas (10.591 pessoas), passando para um saldo migratório negativo entre 1999-2004 (-6.193), indicando no período 2001-2006 aumentos em suas perdas migratórias (-20.801 migrantes). Porém, o redesenho dessas áreas com a expansão da “nova fronteira agrícola” (Cano, 2011) já se fez sentir nos movimento migratórios do período 2003-2008 com declínio das perdas migratórias, para -6.783, voltando a ter ganhos populacionais entre 2004-2009, em especial Rondônia e Amapá.

Na Região Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul que apresentava tendência de perda de população em 1995-2000 (com saldo negativo de 11.029 migrantes), diminuiu sua emigração, passando a um saldo positivo de 39.818 migrantes, entre 2001-2006. Todavia, no período 2003-2008, esse Estado volta a apresentar trocas migratórias negativa de -5.166 pessoas e oscilando para saldo migratório positivo entre 2004-2009 (7.695 pessoas). Outra tendência inversa no Centro-Oeste é registrada pelo Distrito Federal que de ganhos migratórios, ainda em 1995-2000 (27.649 pessoas), passou para uma perda de população em 2001-2006 de 12.784 pessoas, com maiores volumes negativos no período 2003-2008(-19.438), mas também voltando a saldos positivos entre 2004-2009 (11.866 pessoas). O Estado do Mato Grosso nos três períodos (1995-2000, 1999-2004 e 2001-2006), apresentou saldo positivo em suas trocas migratórias, porém, no período recente (2003-2008), passou a ter saldo negativo de -16.398 pessoas, com perdas migratórias entre 2004-2009 (-12.027 pessoas). Nota-se, portanto, as tênues fronteiras entre as “condições migratórias” mesmo nos atuais pólos migratórios no país. O importante a reter aqui são os níveis escalares em que se operam tais fenômenos migratórios e sua manifestação local/regional e nacional.

Cabe ainda destacar que a Região Sul passou a ter saldo positivo no âmbito nacional, de um para outro período: de -19.200, no período 1995-2000, para

40.534 migrantes, entre 2001-2006, com manutenção do saldo de 40.282 pessoas, no período 2003-2008 e de 98.253 migrantes, entre 2004-2009, em função principalmente pelos ganhos migratórios de Santa Catarina.

Considerando-se o Índice de Eficácia Migratória interestadual, nos períodos 1995-2000, 1999-2004, 2001-2006, 2003-2008 e 2004-2009, nota-se que o país vivencia uma intensa mobilidade da população, com o aumento das áreas de rotatividade migratória, onde o índice de eficácia migratória, tanto positivo quanto negativo, são bastante próximo de zero (Tabela 23). Ou seja, já não há mais áreas de grande retenção migratória e nem de elevada perda migratória. Isto fica evidente quando observado o comportamento em termos de grandes regiões brasileiras. Para a Região Norte e Região Sul os índices de eficácia migratória se situam na faixa entre -0,05 e 0,14, ou seja, muito distante dos extremos do indicador (-1 como área de evasão e +1 como área de retenção migratória). Há sim um intenso movimento de rotatividade migratória no Brasil, com o indicador situando-se próximo de zero (entra migrantes e saem migrantes).

Assim, os Estados com índice de eficácia próximo ao de rotatividade migratória – mesmo com valores negativos (entre -0,12 e 0,12) – são no período 2004-2009: Rondônia, Acre, Amazonas, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, compreendendo dezessete estados brasileiros.

Os Estados com capacidade de retenção migratória (IEM acima de 0,12, com valor superior de 0,30), no período 2004-2009 totalizam apenas 5 estados: Amazonas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás. Já as áreas de perdas migratórias (IEM entre -0,12 e -0,30) são apenas: Pará, Tocantins, Piauí, Alagoas, Bahia. Destaca-se que essas áreas têm apresentado também oscilações em suas “condições migratórias” como demonstra a evolução do IEM.

O entendimento das migrações internas atuais, a partir desse novo olhar para os processos migratórios, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como: a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias; b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória; c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

Duas dimensões estão particularmente presentes na redefinição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade (Domenach e Picouet, 1990) dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades. Em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

Tabela 23
Índice de eficácia migratória por Regiões e Unidades da Federação
Brasil, 1995-2010

UFs	1995/2000	1999/2004	2001/2006	2003/2008	2004/2009	2005/2010
Rondônia	0,07	-0,06	-0,22	-0,08	0,03	0,10
Acre	-0,08	0,06	0,15	0,17	0,01	-0,03
Amazonas	0,21	0,09	-0,03	0,09	0,28	0,16
Roraima	0,54	0,48	0,68	0,36	0,02	0,39
Pará	-0,13	0,11	0,06	0,01	-0,15	-0,11
Amapá	0,49	0,28	-0,05	-0,36	0,29	0,42
Tocantins	0,07	-0,15	-0,14	-0,04	-0,24	0,05
NORTE	0,06	0,07	0,01	-0,01	-0,05	0,04
Maranhão	-0,46	-0,18	-0,18	-0,21	-0,11	-0,44
Piauí	-0,23	0,02	-0,05	-0,03	-0,17	-0,32
Ceará	-0,07	0,08	0,12	0,06	-0,02	-0,23
Rio G. Norte	0,04	0,33	0,22	0,13	0,24	0,11
Paraíba	-0,23	0,18	-0,1	-0,21	0,02	-0,13
Pernambuco	-0,26	-0,06	-0,03	-0,04	-0,03	-0,20
Alagoas	-0,39	-0,03	-0,2	-0,36	-0,30	-0,42
Sergipe	-0,04	0,03	-0,08	0,15	0,02	0,08
Bahia	-0,35	-0,13	0,05	-0,15	-0,21	-0,34
NORDESTE	-0,27	-0,03	-0,02	-0,09	-0,10	-0,27
Minas Gerais	0,05	0,04	0,05	0,1	0,02	-0,02
E. Santo	0,15	-0,01	0,25	0,18	0,33	0,30
Rio Janeiro	0,08	-0,21	-0,09	0,03	-0,08	0,04
São Paulo	0,16	-0,09	-0,12	-0,02	-0,05	0,15
SUDESTE	0,12	-0,07	-0,05	0,03	-0,01	0,10
Paraná	-0,06	-0,02	-0,02	0,03	0,08	-0,04
S. Catarina	0,18	0,21	0,26	0,3	0,26	0,40
Rio G. Sul	-0,15	-0,11	-0,17	-0,23	-0,07	-0,27
SUL	-0,02	0,03	0,04	0,05	0,11	0,06
Mato G. Sul	-0,05	-0,04	0,2	-0,04	0,07	0,10
Mato Grosso	0,15	0,41	0,25	-0,08	-0,07	0,08
Goiás	0,37	0,3	0,18	0,25	0,32	0,40
D. Federal	0,07	-0,14	-0,04	-0,09	0,04	0,04
C.OESTE	0,18	0,16	0,13	0,06	0,14	0,20
TOTAL	5.196.142	4.635.641	4.463.418	3.327.741	3.240.083	4.643.752

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010, e PNAD 2004, 2006, 2008 e 2009 Observatório das Migrações em São Paulo. Fapesp/CNPq, Nepo/Unicamp.

Os volumes dos fluxos migratórios interestaduais para o período 2000-2010, segundo o Censo Demográfico de 2010 (Tabela 24), totalizaram 11.409.086 pessoas que declararam ter mudado de Unidade da Federação na década e confirmando as grandes tendências que se delinearam com as informações das PNADs, em especial quando se observa os índices de eficácia migratória. O que mais chama a atenção é o fato do Censo 2010 não ter comprovado a perda migratória do Estado de São Paulo, como as PNADs da década vinham apontando (com IEM em torno de -0,05 pelas PNADs e IEM de 0,15 com o Censo). Porém o censo continua a confirmar a tendência de rotatividade migratória do Estado de São Paulo, como pudemos captar com as PNADs.

Considerando as trocas migratórias as últimas duas décadas (Tabela 24) para todas as Unidades da Federação do país, é possível verificar os menores patamares da migração interestadual. Com a Região Norte tendo decrescido seu saldo migratório de 245.998 pessoas entre 1970-1980 para 146.962 entre 2000-2010. A Região Nordeste diminuiu sua perda migratória, mantendo em torno de -1,6 milhões suas trocas migratórias entre 1990-2000 e 2000-2010. A Região Sul revelou no período 2000-2010 perdas migratórias para o Rio Grande do Sul e Paraná. O Centro-Oeste manteve seus elevados ganhos populacionais, em torno de 600 mil pessoas.

Destaca-se no período 2000-2010 a Região Sudeste com troca migratória em torno de 800 mil pessoas, quando no período 1990-2000 havia sido de 1,8 milhão. Essa diminuição nos ganhos migratórios do Sudeste se deveu à forte diminuição na imigração para São Paulo: de 3.254.389 imigrantes entre 1990-2000 para 2.507.631 entre 2000-2010, tendo a emigração registrado : 1.789.544 e 1.840.193, respectivamente. Com isso as trocas migratórias de São Paulo com as demais Unidades da Federação passaram de 1.464.846, entre 1990-2000, para 667.438 pessoas no período 2000-2010.

O caso de Estado de São Paulo, portanto, é indicativo da complexidade que assume o fenômeno migratório no século 21. Tendo sido considerado o pólo nacional das migrações no Brasil por mais de 50 anos, caracteriza-se por distintas “condições migratórias” a depender dos fluxos que se processam de e com São Paulo. Nas principais trocas migratórias ocorridas entre 2000-2010, dentre os estados brasileiros, São Paulo apresentou-se como área de forte perda migratória para Santa Catarina e estados do Centro-Oeste; com a Região Norte, apresenta saldos migratórios negativos com estados como Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, mas ganha migrantes do Pará. Com os estados do Nordeste voltou a reter população do Maranhão, Piauí, Pernambuco, Ceará e Bahia, mesmo que em menores patamares que em décadas anteriores. Já com os demais estados brasileiros São Paulo caracteriza-se como área de rotatividade migratória.

Tabela 24
 Volumes de Imigração e Emigração Interestaduais e Trocas Migratórias
 Estado de São Paulo e Brasil, 2000-2010

Regiões e UF	Imigração para São Paulo	Emigração de São Paulo	Trocas Migratórias São Paulo	Índice de Eficácia Migratória SP	BRASIL			
					Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	IEM
Norte	59.150	52.839	6.311	0,06	1.147.743	1.000.781	146.962	0,07
Nordeste	1.451.666	701.672	749.994	0,35	2.381.889	4.080.204	-1.698.315	-0,26
Sudeste	547.442	490.669	56.773	0,05	4.410.181	3.597.042	813.139	0,10
Sul	301.913	388.899	-86.986	-0,13	1.559.832	1.450.774	109.058	0,04
C. Oeste	147.460	206.114	-58.654	-0,17	1.907.431	1.278.275	629.156	0,20
TOTAL	2.507.631	1.894.193	613.438	0,14		11.407.076		
Rondônia	11.267	13.903	-2.636	-0,10	152.914	136.367	16.547	0,06
Acre	1.538	2.014	-476	-0,13	33.501	34.377	-876	-0,01
Amazonas	8.732	7.115	1.617	0,10	171.151	122.441	48.710	0,17
Roraima	1.020	1.452	-432	-0,17	62.078	25.601	36.477	0,42
Pará	27.661	17.672	9.989	0,22	451.988	460.689	-8.701	-0,01
Amapá	1.357	1.195	162	0,06	85.690	36.882	48.808	0,40
Tocantins	7.576	9.488	-1.912	-0,11	190.421	184.424	5.997	0,02
Maranhão	92.114	25.948	66.166	0,56	268.487	677.350	-408.863	-0,43
Piauí	126.882	44.066	82.816	0,48	173.776	351.306	-177.530	-0,34
Ceará	155.121	93.004	62.117	0,25	309.027	452.275	-143.248	-0,19
R.G.Norte	31.320	33.736	-2.416	-0,04	161.443	140.981	20.462	0,07
Paraíba	99.043	57.599	41.444	0,26	223.337	324.489	-101.152	-0,18
Pernambuco	244.174	124.557	119.617	0,32	370.987	588.262	-217.275	-0,23
Alagoas	122.895	47.042	75.853	0,45	143.703	307.060	-163.357	-0,36
Sergipe	38.157	25.717	12.440	0,19	121.924	118.966	2.958	0,01
Bahia	541.959	250.002	291.957	0,37	609.205	1.119.515	-510.310	-0,30
M. Gerais	418.348	366.699	51.649	0,07	914.847	986.045	-71.198	-0,04
E. Santo	18.352	22.562	-4.210	-0,10	286.428	185.623	100.805	0,21
Rio Janeiro	110.742	101.408	9.334	0,04	701.275	585.180	116.095	0,09
São Paulo	-	-	-	-	2.507.631	1.840.193	667.438	0,15
Paraná	225.541	271.796	-46.255	-0,09	649.067	738.089	-89.022	-0,06
S. Catarina	38.682	79.158	-40.476	-0,34	618.129	328.653	289.476	0,31
Rio G. do Sul	37.690	37.946	-256	0,00	292.636	384.031	-91.395	-0,14
Mato G. Sul	55.822	77.723	-21.901	-0,16	227.334	197.269	30.065	0,07
Mato Grosso	31.976	41.829	-9.853	-0,13	386.904	359.182	27.722	0,04
Goiás	35.457	54.988	-19.531	-0,22	817.939	393.761	424.178	0,35
D. Federal	24.206	31.574	-7.368	-0,13	475.254	428.063	47.191	0,05

* não inclui sem especificação (2.012 casos)

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Como se poderia visualizar essa configuração migratória para São Paulo dez anos atrás? Como mantermos a hipótese de que esta tendência atual de rotatividade migratória permanecerá? A passagem de uma “condição migratória” de retenção, perda ou rotatividade migratória para as áreas requer o entendimento da complexidade que o fenômeno migratório assumiu no século 21, pela generalização do processo de urbanização, pelas modalidades migratórias e pelos reflexos da inserção na dinâmica global.

Nesse contexto de redefinição de áreas de retenção e perdas migratórias, redesenha-se a mobilidade espacial da população no Brasil, com processos migratórios que resultam na expansão dos espaços de rotatividade migratória. A tendência de menores saldos migratórios para o Sudeste, evidenciada já entre 1999-2004 (Cunha, 2006; Hakkert e Martine, 2006; Brito e Carvalho, 2006), revela a consolidação dos espaços da migração no país, onde a complementaridade migratória, historicamente existente entre Nordeste-Sudeste, se redefine num cenário de menores fluxos migratórios, com decréscimo na absorção migratória e a presença da rotatividade migratória. Não se trata, contudo, apenas das “duplas migratórias” - como define Wendin (2001) para as migrações internacionais – mas sim de variados sentidos e direção das migrações internas no Brasil.

Pode-se caracterizar os espaços da migração no Brasil na última década da seguinte maneira:

- i) área de retenção migratória nacional e regional, ou seja, o novo pólo das migrações, o Estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste e área de expansão da nova fronteira agropecuária
- ii) áreas de retenção migratória regional, estados do Mato Grosso (Região Centro-Oeste), Pará (Região Norte), Rio Grande do Norte (Região Nordeste), Espírito Santo (Região Sudeste) e Santa Catarina (Região Sul);
- iii) área de rotatividade migratória nacional: São Paulo e Rio de Janeiro, em especial suas metrópoles

É nesse sentido, que se pode observar nas migrações internas do Brasil, na primeira década do século 21, uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará (áreas dos *commodities* exportáveis, fronteira mineral e agropecuária). Já no Norte/Nordeste do país, as novas áreas de expansão da fronteira agrícola, ganham importância na recepção dos fluxos migratórios do Pará com a atual retenção migratória de Roraima, espelhando, portanto, processos locais da esfera global. Já o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória. Reconfiguram-se espacialidades migratórias em âmbito sub-regional, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo.

Para o entendimento da migração na escala nacional/regional é importante voltar as análises à clássica relação migração e emprego, embora não seja suficiente para explicar sozinha as migrações em seu conjunto. Considerando o estoque de emprego formal em 2000 e 2010 (Tabela 25), poder-se-ia concluir que o menor incremento dos empregos no Sudeste na década em relação às demais regiões (em torno de 60%), em especial Norte (120%) e Nordeste (83%) explica em grande medida, a diminuição nos volumes de emigrantes dessas regiões, bem como a migração de retorno. Contudo, permanece expressiva a emigração para o Sudeste, possivelmente, articulada com os empregos não formais.

Considero, assim, que a reprodução desses fluxos migratórios Nordeste-Sudeste incluem componentes do nacional, como a geração de empregos, e do global através dos investimentos estrangeiros nessas localidades e suas relações com o capital internacional, desencadeando os mecanismos de desencaixes (Giddens, 1991) nos espaços selecionados; está vinculada com processos da reestruturação produtiva internacional, sendo necessários estudos que capte a especificidade dos fluxos migratórios e os lugares que os compõem para a inclusão da escala transnacional no entendimento e conceitualização das migrações no século 21.

Tabela 25
Estoque de Empregos Formais
Grandes Regiões - Brasil, 2000/2010

Grandes Regiões	2000	2010	Part. relativa (%)		Variação 2010/2000	
			2000	2010	Absoluta	Relativa
Norte	1.094.347	2.408.182	4,17	5,46	1.313.835	120,06
Nordeste	4.374.693	8.010.839	16,68	18,18	3.636.146	83,12
Sudeste	14.042.219	22.460.999	53,54	50,97	8.418.780	509,95
Sul	4.624.950	7.557.531	17,63	17,15	2.932.581	63,41
Centro-Oeste	2.090.693	3.630.804	7,97	8,24	1.540.111	73,67
Brasil	26.226.902	44.068.355	100	100	17.841.453	68,03

Fonte: RAIS/MTE – 2000/2010.

Os dados são contundentes, entre 2000 e 2010 diminui a participação relativa do Sudeste e Sul no estoque de empregos formais no Brasil, enquanto as demais regiões veem ampliadas suas capacidades de geração de empregos aumentam, com destaque para o Nordeste e Norte. A análise desagregada por UFs selecionadas mostra que todos os estados do Nordeste, entre 2000/2010, tiveram aumento relativo no estoque de empregos formais – chegando a Bahia a ter um aumento absoluto de mais de um milhão (Tabela 26). Em termos relativos, no entanto, nota-se que o Estado de São Paulo ficou abaixo da média nacional, que foi de 68%. Entre 2000 e 2010, somente o Estado de São Paulo diminui a sua participação relativa no estoque de empregos formais de 65% em 2000 para 61% em 2010.

Tabela 26
 Estoque de Empregos Formais
 UFs Seleccionadas, 2000/2010

UFs Seleccionadas	2000	2010	Variação 2010/2000	
			Absoluta	Relativa
Maranhão	284.792	636.625	351.833	123,54
Piauí	205.729	377.463	171.734	83,48
Ceará	691.090	1.325.792	634.702	91,84
Rio Grande do Norte	315.488	575.026	259.538	82,27
Paraíba	339.126	579.504	240.378	70,88
Pernambuco	882.896	1.536.626	653.730	74,04
Alagoas	272.183	470.992	198.809	73,04
Sergipe	206.054	369.579	163.525	79,36
Bahia	1.177.335	2.139.232	961.897	81,70
São Paulo	8.049.213	12.873.605	4.824.392	59,94
Total	12.423.906	20.884.444	8.460.538	68,10

Fonte: RAIS/MTE – 2000/2010.

Essa mesma tendência pode se observar para as regiões metropolitanas do Sudeste (Tabela 27). Todas as metrópoles fora do Sudeste alcançaram um estoque de empregos acima de um milhão. A RM de Fortaleza foi o grande destaque (com incremento relativo de 84,7% no período), seguido de Recife e Curitiba.

Por outro lado, as metrópoles do Sudeste e Sul tiveram menores incrementos, com destaque para a RM de São Paulo, com 55% de aumento nos seus empregos formais e RM do Rio de Janeiro, com 42%. Essas áreas estão fortemente vinculadas aos processos da economia global e, portanto, ainda lideram em números absolutos a geração de empregos formais, ao mesmo tempo que devem reproduzir um estrato muito elevado de empregos não formais, característicos da reestruturação produtiva atual (Sassen, 2010).

Dedecca (2011 p.1) analisa a participação da migração nos anos 2000 no conjunto da população e no mercado de trabalho com os dados das PNADs. Conclui que “os resultados apontam uma menor densidade do processo de migração atualmente, sendo que sua relação com o mercado de trabalho apresenta características mais positivas. Ademais, não sinaliza o recrudescimento da migração frente ao crescimento da economia [...] Ao contrário, sugerem que o padrão de crescimento menos concentrado espacialmente, as políticas sociais e o crescimento populacional mais lento podem estar contribuindo para uma maior retenção da população em suas regiões de origem” (p. 8). Ressalto, contudo, que tais informações da PNAD não permitem captar as constantes idas e vindas

em sua totalidade e outras temporalidades e espaços constituintes das migrações internas no Brasil hoje, dimensões que podem explicar o papel de uma força de trabalho móvel presente nos mercados de trabalho do país.

Tabela 27
Estoque de Empregos Formais
Regiões Metropolitanas MTE, 2000/2010

Regiões Metropolitanas MTE	2000	2010	Variação 2010/2000	
			Absoluta	Relativa
Fortaleza	495.381	914.949	419.568	84,70
Recife	620.939	1.016.074	395.135	63,64
Salvador	702.165	1.067.566	365.401	52,04
Belo Horizonte	1.192.030	1.907.583	715.553	60,03
Rio de Janeiro	2.176.864	3.106.731	929.867	42,72
São Paulo	4.630.539	7.166.407	2.535.868	54,76
Curitiba	730.766	1.180.289	449.523	61,51
Porto Alegre	952.988	1.327.552	374.564	39,30
Total	11.501.672	17.687.151	6.185.479	53,78

Fonte: RAIS/MTE – 2000/2010.

Concluo que o cenário migratório do século 21 apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro é caracterizado pela “dispersão migratória”, que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais que partem do Sudeste em direção ao Nordeste. De maneira complementar, no âmbito intra-estadual, esta tendência se evidencia com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior. Nesse sentido, o segundo vetor refere-se a “interiorização migratória”, com trajetórias migratórias de mais curtas distâncias, envolvendo aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas. A reversibilidade dos processos migratórios adquire significado distinto quando se contempla dinâmicas urbano-regionais específicas.

Esses dois vetores, a meu ver, expressam relações diferenciadas no entendimento das migrações internas no Brasil e seus níveis de escalonamento na inserção da economia global. No vetor da dispersão migratória – notadamente marcado pelos maiores volumes de imigrantes/emigrantes e pela alta rotatividade entre o Nordeste-Sudeste – a penetração da economia global é catalisadora da intensa mobilidade, constituindo uma força de trabalho móvel; assim, como o é para as migrações internacionais (Sassen, 1988; Massey, 1998).

As características dessa economia global se manifestam nas grandes

concentrações urbanas. Para Sassen (1988) são nas cidades globais que se articulam a dinâmica e circuitos do global: diferentes fluxos de capital, as cadeias produtivas, a dispersão geográfica da produção industrial, os mercados financeiros (Sassen, 2010) e da estrutura política da economia global (Massey, 1998). Mas esses reflexos do global não se limitam às cidades globais, “as conexões criadas pela internacionalização econômica vão desde *offshoring* da produção e o estabelecimento de uma agricultura orientada para exportação por meio de investimentos estrangeiros [...] o desenvolvimento da agricultura comercial e da manufatura padronizada orientada para a exportação deslocou economias tradicionais [...] contribuiu para a mobilização de pequenos produtores e produtos artesanais deslocados no sentido de migrações laborais, que inicialmente podem ser internas, mas que se tornam internacionais” (Sassen, 2010 p. 122).

Já o vetor da interiorização das migrações é a expressão da escala local (mesmo com vínculos com o global) e seus nexos com os processos que se operam concretamente naquele território, inclusive com um forte componente positivo da relação migração/emprego; é o lugar da diversificação das modalidades migratórias e dos deslocamentos de população em suas espacialidades. De fato, enquanto as migrações urbana-urbana no Brasil, no período 1995-2000, correspondeu a 75% do total das migrações interestaduais, no âmbito intra-estadual ela corresponde a 67%, com importantes participações dos fluxos rurais-urbanos e rurais-rurais dependendo dos estados em que se processam (Tabela 28). Para estados do Nordeste, por exemplo, a migração rural-urbana representou no período 1995-2000 mais de 20% de suas migrações intra-estaduais, embora predominem os fluxos urbanos-urbanos.

O fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. O entendimento do fenômeno como processo histórico-social, como já indicava Singer (1973), constitui a raiz do entendimento também para os processos migratórios urbanos atuais. As localidades de partida e chegada, contudo, não se configuram mais como as antigas áreas de origem e destino conforme pensadas para a migração rural-urbana desde suas formulações clássicas (Lee, 1966; Singer, 1973). O expressivo retorno migratório revela configurações da migração e de trajetórias urbanas-urbanas não contempladas nos conceitos datados em seu tempo histórico.

Tabela 28
 Migração Intra-estadual segundo Situação de Domicílio
 Unidades da Federação, 1995-2000

Estados	Fluxos				Total	Distribuição dos Fluxos migratórios (%)				Total
	Urbano - Urbano	Urbano - Rural	Rural - Urbano	Rural - Rural		Urbano Urbano	Urbano - Rural	Rural - Urbano	Rural - Rural	
Rondônia	58.860	20.832	18.273	30.540	128.505	45,80	16,21	14,22	23,77	100
Acre	13.186	5.380	5.482	4.118	28.166	46,82	19,10	19,46	14,62	100
Amazonas	59.424	13.397	19.634	7.088	99.543	59,70	13,46	19,72	7,12	100
Roraima	5.426	3.877	1.613	1.720	12.636	42,94	30,68	12,77	13,61	100
Pará	228.376	62.592	76.106	54.264	421.338	54,20	14,86	18,06	12,88	100
Amapá	9.820	1.463	2.483	412	14.178	69,26	10,32	17,51	2,91	100
Tocantins	59.378	15.825	15.197	11.622	102.022	58,20	15,51	14,90	11,39	100
Maranhão	125.109	64.041	82.026	60.891	332.067	37,68	19,29	24,70	18,34	100
Piauí	46.453	10.742	25.059	19.005	101.259	45,88	10,61	24,75	18,77	100
Ceará	217.021	29.476	55.060	46.001	347.558	62,44	8,48	15,84	13,24	100
Rio G. Norte	101.468	28.528	19.542	22.442	171.980	59,00	16,59	11,36	13,05	100
Paraíba	93.777	14.570	25.612	19.775	153.734	61,00	9,48	16,66	12,86	100
Pernambuco	269.180	28.593	65.142	34.918	397.833	67,66	7,19	16,37	8,78	100
Alagoas	63.304	16.840	43.248	24.360	147.752	42,84	11,40	29,27	16,49	100
Sergipe	67.457	10.590	10.799	11.797	100.643	67,03	10,52	10,73	11,72	100
Bahia	368.137	64.318	139.584	79.931	651.970	56,47	9,87	21,41	12,26	100
Minas Gerais	743.995	83.622	181.979	87.770	1.097.366	67,80	7,62	16,58	8,00	100
Esp. Santo	126.263	18.044	29.346	25.398	199.051	63,43	9,07	14,74	12,76	100
Rio Janeiro	524.181	26.643	30.930	11.831	593.585	88,31	4,49	5,21	1,99	100
São Paulo	1.865.470	154.488	136.237	84.140	2.240.335	83,27	6,90	6,08	3,76	100
Paraná	515.313	74.647	107.979	85.412	783.351	65,78	9,53	13,78	10,90	100
S.Catarina	254.272	29.605	72.459	38.911	395.247	64,33	7,49	18,33	9,84	100
Rio G.do Sul	511.509	59.889	111.502	63.136	746.036	68,56	8,03	14,95	8,46	100
Mato G. Sul	85.609	23.399	21.443	24.278	154.729	55,33	15,12	13,86	15,69	100
Mato Grosso	145.459	41.474	30.450	30.594	247.977	58,66	16,72	12,28	12,34	100
Goiás	278.233	38.959	47.453	26.913	391.558	71,06	9,95	12,12	6,87	100
D. Federal	111	6	14	17	148	75,00	4,05	9,46	11,49	100
Total	6.836.791	941.840	1.374.652	907.284	10.060.567	67,96	9,36	13,66	9,02	100

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000.

Poder-se-ia, então, recorrer ao conceito de circulação para as análises dos processos migratórios atuais?

Zelinsk (1971) define circulação como uma etapa de transição para movimentos migratórios permanentes, diferenciando circulação de migração, pois circulação não implica em mudança de residência e tem restrita temporalidade. O autor define circulação como “a great variety of movements, usually short-term, repetitive, or cyclic in nature, but all having in common the lack of any declared intention of a permanent or long-lasting change in residence” (p.226).

Nesta mesma direção, Chapman, Muray e Prothero (1985) denominam circulação como um conceito que substitui migração, quando não há mudança permanente de residência. Já Skeldon (1990 p.293) destaca “[...] the process of wage labor circulation must refer to many interrelated macro factors – land inequality, pauperization, uprooting, rural exodus, conditions maintaining both rural and urban poverty, disarticulation of links between village and town, spatial-economic disorganization, urban polarization of resources, the parasitic character of urban areas and possibly many more. Collectively these may be called the working of a syndrome of poverty and mobility. Wage labour circulation is just one manifestation of this syndrome”.

Essas interpretações conceituais, portanto, ainda estão baseadas em um excedente populacional com origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino. Ainda na perspectiva das migrações rurais-urbanas, a circulação traduziria a complementaridade dos deslocamentos de população. Tais conceitos partem de uma sociedade em transição para o mundo urbano, onde as mudanças na estrutura agrária geram também um contingente de força de trabalho móvel (Spaan, 1999).

A circulação, em sua formulação clássica, traduz a força de trabalho disponível em meio às transformações geradas pelo urbano e pela industrialização. Na minha proposta de análise, considero, contudo, que este conceito de circularidade, na etapa atual da sociedade urbanizada encontra limites para contemplar a complexidade do fenômeno migratório, uma vez que se baseiam em áreas de origem menos dinâmicas para áreas de destino com dinâmicas produtivas e capacidade de emprego, mesmo que temporários ou sazonais. Proponho, assim, utilizar o conceito de rotatividade migratória para o entendimento das migrações urbanas (Baeninger, 2011).

Como primeiro pressuposto, considero que a rotatividade migratória refere-se a um fenômeno migratório eminentemente urbano e que - também no âmbito das migrações internas – constitui um fato social total (Sayad, 1990). Ou seja, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica

e cultural no local de partida e de chegada. Sayad (1999) se refere ao conceito de *double absence* para o entendimento das migrações internacionais nessa perspectiva.

Incluo como segunda premissa do conceito de rotatividade migratória que a rotatividade se vincula à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, esse é um excedente populacional urbano gerado tanto na área de origem como na área de destino, que será rotativo dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional. A rotatividade da mão-de-obra nos processos migratórios – via migrações – contribuirá para atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida. Quanto mais as regiões vão inserindo seus segmentos na economia internacional, mais propensas se tornam essas áreas para experimentarem a rotatividade de suas populações, com a fluidez da mão-de-obra nos setores dessa produção. Oscilará tanto na origem quanto no destino; haverá mão-de-obra excedente vinculada a este processo global de reestruturação da produção e de circulação de capital. Sassen (2010 p. 100) aponta que “a globalização econômica, desse modo, deve ser entendida em suas diversas localizações e não apenas em termos dos processos amplos, abrangentes e de nível macro que dominam a noção vigente. Além disso, devemos enxergar que certas localizações geralmente não são codificadas como parte da economia global. [...] Essas cidades estão assistindo a uma expansão dos empregos mal-remunerados que não se encaixam nas imagens superiores da globalização, mas fazem parte dela”.

É nessa maneira de entender as causas das migrações que conseguiremos avançar na importância que as migrações internas – nos dois vetores redistributivos nacionais – detém em parte como expressão do global. Estudos já têm avançado no caso da migração internacional, como já demonstram os estudos de Sassen (1993) e Harvey (1992). O desafio consiste em encontrar caminhos teórico-metodológicos para o aprofundamento do fenômeno das migrações nacionais e suas conexões com o global.

No caso do Nordeste é revelador a inserção de segmentos econômicos na competitividade global. De acordo com estudo do CGEE (2011) estes são: energia e petróleo/gás (no Rio Grande do Norte e Bahia), saúde/fármacos (Recife-PE), metalurgia (São Luis-MA), petroquímica (pólo de Camaçari/BA), software e tecnologia de informação (Salvador, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza), papel e celulose (Ilhéus-Porto Seguro, BA), grãos (BA, MA), equipamentos médico-hospitalares (Caruaru, Cariri, Fortaleza, Mossoró e Picos), fruticultura (Ilhéus-Porto Seguro, Petrolina, Juazeiro, Jaguaribe e Mossoró). Em menor escala no oeste Bahiano,

Uruçuí/Gurguéia, Baixo Jaguaribe, Alto Piranhas e sul de Sergipe), eletrônicos (Salvador, Aracaju, Recife e Fortaleza). Destaca-se que no segmento de petróleo e gás “a participação da Petrobrás é destacadamente importante na região [...] sua demanda por serviços técnicos [...] vem impactando a oferta de CT&I e a qualificação de competências profissionais na região” (CGEE, 2011 p.79). É nesse contexto, portanto, que se pode apreender um fluxo migratório expressivo de profissionais com nível de escolaridade elevado – pós-graduação/doutores - que saem do Sudeste em direção ao Nordeste em anos recentes (CGEE, 2010).

Acrescenta-se ainda os segmentos emergentes e com alto conteúdo tecnológico em desenvolvimento no Nordeste, tais como: optoeletrônica, nanotecnologia, biotecnologia e equipamentos médico-hospitalares. As cidades estratégicas no Nordeste locus de CT&I para o desenvolvimento são: macro pólo consolidado (Salvador, Recife, Fortaleza, João Pessoa e Aracaju), novo macro-polo (São Luís-MA), aglomeração sub-regionais (Barreiras, Vitória da Conquista, Imperatriz, Crato e Juazeiro do Norte), aglomerações locais (Teresina, Sobral, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, Petrolina, Arapiraca, Maceió, Feira de Santana, Ilhéus-Porto Seguro). Portanto, circuitos vinculados à lógica global da produção.

No caso dos segmentos do mercado nacional/regional do Nordeste, o estudo do CGEE aponta o dinamismo dos seguintes setores: têxtil e confecção (Fortaleza, Natal, Caruaru, Seridó e João Pessoa), couros e calçados (Jaguaribe, Carira, Cariri, Campina Grande, Vitória da Conquista, Sobral e Fortaleza), biocombustíveis (Balsas, Teresina), artefatos de plástico (Campina Grande, Caruaru, Feira de Santana e Salvador), mineração (Petrolina/Juazeiro, Feira de Santana, Mossoró, Vitória da Conquista e Aracaju), informática (Ilhéus/Porto Seguro), madeira e móveis (Imperatriz/Santa Luzia, Ilhéus/Porto Seguro), vinicultura (Petrolina/Juazeiro).

A releitura do conceito de força de trabalho móvel pode ser contemplada aqui como uma dimensão das migrações internas urbanas da atualidade no âmbito do conceito de rotatividade migratória. No contexto atual da reestruturação da economia em nível internacional e seus rebatimentos em âmbitos locais (Harvey, 1992) a força de trabalho móvel urbana tende a crescer, em especial em uma economia baseada nos serviços (Sassen, 2010) com a reversibilidade dos movimentos migratórios no atual processo de urbanização no Brasil. Os saldos migratórios para a Região Metropolitana de São Paulo para o período 2000-2010 possibilitam visualizar a dificuldade das informações apreenderem a dinâmica do fenômeno migratório na atualidade, podendo gerar interpretações de uma menor importância desses processos na constituição atual da sociedade brasileira. Se mantivermos apenas o olhar para o destino migratório, como fazíamos nos anos 1970, poderíamos dizer que o século 21 traria o esvaziamento da migração na maior metrópole brasileira, pois o saldo migratório da RMSP que já era baixo

entre 1991-2000, de 24.399 pessoas, passou a ser negativo no período 2000-2010 (-29.968). Para o Estado de São Paulo esses saldos foram de 147.443 para 47.265 de uma para outra década (FSEADE, 2011) e a cidade de São Paulo, mantendo suas perdas migratórias, de -50 mil para -32 mil (Tabela 29).

Tabela 29

População, Taxas de Crescimento (% ao ano) e Saldos Migratórios
Estado de São Paulo, RMSP e Município de São Paulo, 1991-2000 e 2000-2010

Áreas	População		Taxas Cresc. População (% aa)		Saldos Migratórios	
	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
Estado de São Paulo	36.974.378	41.213.683	1,82	1,09	147.443	47.265
RMSP	17.852.637	19.667.558	1,68	0,97	24.399	-29.968
Município de São Paulo	10.426.384	11.245.983	0,91	0,76	-50.824	-32.132

Fonte: FSEADE (2011).

O conceito de rotatividade migratória pressupõe ainda a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios (Villa e Rodriguez, 1994) e, mais que isto, seus espaços de vida (Courgeau, 1990), com idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas, incluindo-se a dimensão multiescalar entre áreas urbanas (Vainer, 2002; Brandão, 2007). É no espaço de vida de Courgeau (1990) e no campo social Bourdieu, (1997) onde agentes “ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (...) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos”.

A partir da definição teórico-conceitual de considerar as migrações internas no Brasil no século 21 de maneira transescalar, adotando a proposta de Brandão (2007) para a compreensão de território e desenvolvimento, a reversibilidade migratória (Domenach e Picouet, 1990) pode ser também reescalada a depender dos espaços urbanos em que se processa: desde espaços migratórios internos que transcende as migrações interestaduais – embora essas sejam as expressões nacionais/regionais do que faz parte do global - até espaços locais/nacionais, que em outro grau ou indiretamente se tornam expressões sociais do global em diferentes escalas. “A escala é central e decisiva, material e politicamente, para estruturar processos” (Brandão, 2007 p. 210).

Ao buscar entender o que são os processos migratórios como configuração da migração, considero que a perspectiva de Tarrius (1996) pode nos aportar elementos acerca de territórios circulatórios. Isto porque tais espaços são usados como recursos no percurso migratório seja ele interno ou internacional. Os percursos dos migrantes e os novos espaços da migração em sua complexidade

demandam a formulação e revisão de conceitos (Simon, 2002). Considero, por um lado, que a análise de fluxos e estoques de migrantes internos podem desconsiderar a multiplicidade e formas das dinâmicas de deslocamentos de população, mas este é o desafio que teremos que enfrentar. Por outro lado, como ressaltam Domenach e Picouet (1990), a dificuldade em classificar as migrações como temporárias ou permanentes e, mais que isto, a dificuldade em definir o lugar de residência de um indivíduo, que depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, nem sempre coincide com o lugar de residência. Contudo, como analisa Cougeau (1990), dada a dificuldade de se estabelecer a fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração de longa permanência é recomendável compreendê-las simultaneamente, definindo a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades. Segundo o autor, o espaço de vida engloba não apenas lugares de passagem e de permanência, mas igualmente todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona, mesmo de forma não presencial. Acredito que este seja um caminho teórico-conceitual importante para as explicações da migração no âmbito da construção social de seus espaços no século 21, tanto como entendimento dos processos mais amplos que ocorrem no âmbito global, como para as manifestações do local que se definem nesses espaços da migração interna e suas vinculações com demais processos internos e internacionais.

Nesse sentido, tenho avançado para explicações acerca das dinâmicas migratórias internas no país que têm se aproximado cada vez mais de aportes teóricos das migrações internacionais, quer seja na vertente do tema das redes sociais (Massey et al, 1998), na vertente da demanda por trabalhadores, como indicado por Krissman (2005), quer seja no contexto das cidades globais (Sassen, 1988, 2010). As noções de campo migratório, por exemplo, para as migrações internacionais (Schaeffer, 2009) serve para comportar uma análise sobre o espaço transnacional estruturado pelos fluxos de migrantes de uma mesma origem, contemplando tanto lugares de partida, como de passagem e de instalação dos migrantes.

As evidências empíricas acerca das migrações internas no Brasil conduzem a novos olhares para a interpretação dos movimentos migratórios e sua descrição, bem como impõe enormes desafios conceituais e metodológicas. Em termos empíricos, o elemento que mais chama a atenção se refere à complementaridade migratória - como transferências de população do Nordeste para o Sudeste -, que parecia ter diminuído nos anos 80, volta a ser retomada nos 90, porém se redesenha nos 2000.

O Nordeste registrava um total de 4 milhões de emigrantes para outras regiões, em 1990-2000, baixando para 3,3 milhões em 2000-2010. A partir dos

anos 2000 diminui para o patamar de 1,3 mil emigrantes no período 2001-2006, e para 980 mil emigrantes entre 2003-2008, mas voltando a um milhão entre 2004-2009. Essas oscilações nos volumes da imigração e emigração entre o Nordeste e Sudeste parecem confirmar as enormes idas-e-vindas, o caráter de reversibilidade dos movimentos migratórios internos de longa distância no Brasil.

As migrações no século 21 redefinem seus pólos, configurando mais áreas de rotatividade da migração do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência, como foi o caso do Sudeste nos últimos cinquenta anos. Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram efeitos em termos políticos e econômicos. Tais mudanças exercem efeitos sobre a decisão de migrar e num contexto atual, sobre a decisão de permanecer ou não na Região/Estado para a qual migrou em tempos passados.

Entretanto, os volumes de imigração e emigração entre Nordeste-São Paulo não deverão ser muito menores. Em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou do Nordeste - e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente a complexidade do entendimento das migrações internas na sociedade brasileira do século 21. Encontrar caminhos teórico-metodológicos para a nova leitura das migrações internas no Brasil requer considerar que para a conceitualização de rotatividade migratória torna-se importante destacar que estamos diante de uma nova sociedade: reflexiva (Giddens, 1991), de risco (Beck, 1992), da tecnologia da informação (Castells, 1999). Assim, no caso da compreensão de espaços de “partida e chegada” tão difusos é imprescindível considerar a articulação de processos locais ao âmbito regional e global, que promovem “mecanismos de desencaixe” como efeito das relações entre o local e o global (Giddens, 1991), com reflexos nos processos de urbanização e nas migrações nos variados contextos regionais e nacionais.

Considerações finais

Dentre as análises e conclusões aqui expostas retomo alguns pontos importantes para o avanço no entendimento dos processos migratórios. Procurei situar o debate das dimensões explicativas das migrações internas percorrendo, de um lado, um esforço de periodização dos processos migratórios e distintas etapas econômicas. De outro lado, com o enfoque histórico-estrutural busquei

articular tipo migratório a tais etapas até os anos 1970. Contudo, aponte os limites dessa perspectiva de análise quando das migrações urbanas-urbanas no Brasil, depois dos anos 1980. Parece aqui também ser o caso de se lembrar da limitação em termos teóricos, em especial quando se considera as tradicionais áreas de origem e de destino. De todo modo, acredito ser esse o caminho de construção teórico-metodológica de determinado fluxo migratório para sua caracterização nas tendências atuais da migração nacional.

No esforço de extrair o máximo de potencial das informações censitárias e das PNADs acerca das migrações no Brasil, utilizei num primeiro momento, informações somente dos volumes e dos fluxos de imigração com o olhar para o destino, buscando áreas de atração e expulsão até os anos 1970. Para os anos 1980 e 1990 foram incorporados os fluxos de emigração, com a migração de retorno demonstrando ser a modalidade migratória que explicaria as menores retenções migratórias no Sudeste e as respectivas trocas migratórias, recodificando as áreas em espaços de absorção e perdas migratórias. Já para os anos 2000 e 2010 com o índice de rotatividade migratória pude identificar as possíveis idas-e-vindas de contingentes migrantes. A construção do conceito de rotatividade migratória permite apreender especificidades das migrações urbanas-urbanas e se demonstrou capaz de identificar as tendências migratórias ao longo da década passada.

Essa rotatividade, no meu entendimento, é a expressão nacional de fenômenos que compõem a escala global. Proponho que o entendimento da fluidez dos fluxos migratórios e da força de trabalho que se estabelece no eixo Nordeste-Sudeste incorpore a dimensão transescalar (Brandão, 2007) que se vincula aos processos em âmbito global da reestruturação produtiva (Sassen, 2010).

As novas territorialidades e os espaços da migração no Brasil aceleram esses processos de articulação do nacional e, em alguns casos, do local com o global, que emergem na sociedade de riscos (Beck, 1992). Desse modo, os riscos são compartilhados (Ojima, 2003) e, portanto, a rotatividade migratória – marcada por entradas e saídas - está imersa em um conjunto de sistemas peritos da sociedade (Giddens, 1991): desde a facilidade de transportes, as tecnologias de informação, até a conformação de novos espaços da migração no âmbito local e regional com nexos globais. A intensificação de áreas com rotatividade migratória no país indica a fluidez da força de trabalho em espaços compartilhados dessa nova sociedade global.

Por isso, considero que o entendimento das migrações internas no século 21 muito se beneficiará da inclusão das teorias da migração internacional, tanto em nível macro quanto micro, pois as migrações internas e internacionais se confluem tanto pelos espaços da globalização, quanto pela concomitância dos dois processos em territórios nacionais.

Referências

- AJARA, C. Brasil: espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica de geração de riqueza. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.
- ALVIM, Z. Brava gente! Os Italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ARIZA, M. e Velasco, L. (coord). Métodos Cualitativos y su aplicación empírica. UNAM- El Colegio de La Frontera Norte. México, 2012.
- AZZONI, C. R. Indústria e reversão da polarização no Brasil. Ensaios Econômicos 58, São Paulo, IPE/ USP, 1986.
- BAENINGER, R. Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Coleção Campiniana. Unicamp, 1996.
- BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. Anais XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu. 1998
- BAENINGER, R. Região, MetrÓpole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes. Brasil, 1980-1996, Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- BAENINGER, R. Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais –ABEP, Ouro Preto, 2002.
- BAENINGER, R. A interiorização das migrações em São Paulo novas territorialidades e novos desafios teóricos, Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu. 2004
- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX, Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 19, núm. 3, 2005.
- BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século 21. Anais XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu. 2008.
- BAENINGER, R.; BRITO, F. Crescimento das Cidades, das MetrÓpoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. Anais XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007.
- BAENINGER, R. O Brasil no contexto das migrações internacionais na América Latina. In: BRITO, F.; _____ e BAENINGER, R. (Org.). População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2008.
- BAENINGER, R. Migrações Internas no Brasil Século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J.M. (org) Mobilidade da População (no prelo) 2011.
- BALÁN, J. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórica comparativa. Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- BASSANEZI, M. S. C. B. et al. Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 2008.
- BASSANEZI, M.S. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: Patarra, N. (coord). Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo. FNUAP, 1995.
- BECK, U. Autodissolução e auto-risco da sociedade industrial: o que isso significa? In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.
- BECK, U. Risk Society: Towards a new modernity. Sage Publications, London, 1992.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- BENKO, G. [1995] Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.

- BILSBORROW, R. E. (Org.). *Migration, urbanization and development: new directions and issues*. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.
- BOURDIEU, P. *Efeitos do lugar: A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.
- BRIGGS JR, V. R.; The "albatross" of immigration reform: temporary worker policy in the United States. *International Migration Review*, v. 20, n. 4 (Special Issue: Temporary Worker Programs: Mechanisms, Conditions and Consequences), 1986
- BRITO, F. *População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro*. 1997. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1997.
- BRITO, F., Garcia, R. e Souza, R. *As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório*, Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2004
- BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. *As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes*. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, CGEE, n.22, jun.2006.
- BRITO, F.; MARQUES, Denise. *As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente*. Anais ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro, 2005.
- BRITO, F. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*, mimeo, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2009
- BRITO, F. *As Migrações e a Transição para o Trabalho Assalariado no Brasil*. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP/Ouro Preto, 2002, v.1, 2002.
- BRITO, F. *As migrações internas na segunda metade do século XX*. Anais ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2004.
- BRITO, F. *Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório?* Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2000.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. [1936]. *Raízes do Brasil*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1991
- CAIADO, A. S. C. *Globalização, reestruturação e desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial – o caso de São Paulo*. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v.10, n.2, 1996.
- CAMARGO, J.F. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. *Estudos Econômicos*, 14, IPE-USP, 1981.
- CANO, W. *Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil*, Campinas, IE/UNICAMP, 1996 (mimeo).
- CANO, W. (Coord). *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: Fundação SEADE, v.1 a v.3, 1988. (Coleção Economia Paulista).
- CANO, W. *Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil*. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- CANO, W. *Novas Determinações sobre a Questão Regional e Urbana após 1980*. Texto para Discussão n. 193. Instituto de Economia/UNICAMP, julho de 2011.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1977.
- CARVALHO, J.A.M. *Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, ABEP, v.2, n.1, 1985.
- CARVALHO, J.A.M. *O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 1980: uma tentativa de estimação*. Patarra, N. (org) *Migrações Internacionais: herança XX, Agenda XXI*, vol.2, 1996.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste do Brasil*. Brasília, 2011.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE).Doutores 2010. Brasília, 2010.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. Themes on circulation in the Third World. Circulation in Third World countries. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1985.

COSTA, I.D.N. Brasil: história econômica e demográfica. Série Relatório de Pesquisa,São Paulo, IPE/USP, 1986.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.50, 1990.

COUTINHO, L. Cenários exploratórios do Brasil 2020: comentário, Revista ANPEC, núm. 4, 1998.

CUNHA, J. M. P.; PATARRA, N. L. Migração: um tema complexo. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, v. 1, n.2, p.32-35, 1987.

CUNHA, J. M. Migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Parcerias Estratégicas, Brasília, CGEE, n.22, jun.2006.

CUNHA, J. M. P. da. Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina. Santiago de Chile: CELADE-FNUAP, 2002. (Serie Población y Desarrollo, 30)

CUNHA,, J.M.(Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise, Anais XI Encontro Nacional de Estudos de Populacionais, ABEP, Caxambu. 1998

CUNHA, J.M.P.A migração nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo segundo o Censo de 1980. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, ABEP, v.4, n.2, jul./dez.1987.

CUNHA, J.M.P O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: IPEA, 2002a. (Texto para Discussão/IPEA, 875).

CUNHA, J.M.P.; DEDECCA, C.S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, Revista Brasileira de Estudos de População, vol.17, N° 1/2, Campinas: ABEP,2000

CUNHA, J.M.P; BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil contemporâneo, Notas de Poblacion 82, Santiago de Chile: CEPAL.2007

CUNHA, J.M.P; Baeninger, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90, Cadernos do CRH, vol. 18, núm. 43,2005.

CUNHA, J.M.P.Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: o caso da região metropolitana de São Paulo. Tese de Doutorado. IFCH-UNICAMP, 1994.

DECCA, M.A.G. Cotidiano operário fora da fábrica. São Paulo, 1920-1934. São Paulo:Zahar, 1987.

DEDECCA, C. Crescimento, migração interna e trabalho no início do Século. Projeto Fapesp Observatório das Migrações, Campinas: NEPO-Unicamp, 2011 (mimeo).

DEDECCA, C.S.; Baeninger, R. (2010) Notas sobre migração, trabalho e desenvolvimento no Brasil, mimeo, Projeto Fapesp Observatório das Migrações, Campinas: NEPO-UNICAMP, 2010.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração nem contínua polarização. Nova Economia, Belo Horizonte, v.31, n.1, set.1993.

DUHRAM, E. A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. Las migraciones. Tradução de Eduardo Bologna. Córdoba: Republica Argentina, 1996.

DOMENACH,H. e PICOUET, El carácter de reversibilidad en el estudio de la migracion. Nota de Población, Santiago do Chile, Ano XVIII, n.49, abr.1990.

DOMINGUEZ, J.A. A imigração espanhola para São Paulo no Pós Segunda Guerra: Registros da Hospedaria dos Imigrantes. Dissertação de mestrado: IFCH/UNICAMP, 2004

EBANKS, E. G. Determinantes socioeconômicos de la migración interna. Santiago de Chile: CELADE, 1993.

- EISENBERG, P. Sugar and social chance in Brazil. Campinas, São Paulo, 1767-1850. Anais % Reunião Brasileira de Pesquisa Histórica. ABEP, 1986.
- FARIA, V. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. Estudos Cebrap, São Paulo, n.4, 1973.
- FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. Anais Encontro Nacional De Estudos Populacionais, I., 1978, Campos do Jordão Belo Horizonte: ABEP, 1978.
- FARIA, V. Divisão social do trabalho, especialização e crescimento urbano: o caso da macro-metrópole paulista. Anais II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, 1980.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. Novos Estudos CEBRAP 29, São Paulo, mar.1991.
- FAZITO, D. Dois aspectos fundamentais do "retorno": símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. Anais ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005.
- FRANCO, M. S. C. Homens livres na ordem escravocrata. 2ª ed., São Paulo, Atica, 1976.
- Fundação IBGE (1970), Censo Demográfico 1970, Rio de Janeiro.
- Fundação IBGE (1980), Censo Demográfico 1980, Rio de Janeiro.
- Fundação IBGE (1991), Censo Demográfico 1991, Rio de Janeiro.
- Fundação IBGE (2000), Censo Demográfico 2000, Rio de Janeiro.
- Fundação IBGE (2010), Censo Demográfico 2010, Rio de Janeiro.
- Fundação IBGE (2004), PNAD 2004, Rio de Janeiro.
- Fundação IBGE (2006), PNAD 2006, Rio de Janeiro.
- Fundação IBGE (2008), PNAD 2008, Rio de Janeiro.
- Fundação IBGE (2009), PNAD 2008, Rio de Janeiro.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Paz e Terra, 1974.
- FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. Campinas: Nepo/Unicamp, 2002 (Textos Nepo, 40).
- GALVÃO, A. C.; BRANDÃO, C.A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. In: Gonçalves, M.F. et al. Regiões e cidades, cidades nas regiões. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- GARCIA, Ricardo Alexandrino; MATOS, Ralfo. Densidade populacional urbana e fluxos migratórios: um modelo de estimação da área urbana dos municípios brasileiros. Anais ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4, 2005.
- GIDDENS, A. As Conseqüências da Modernidade. SP, Editora UNESP, 1991.
- GONÇALVES, M. F. As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GOTTDIENER, M. [1985]. A produção social do espaço urbano. São Paulo, Edusp, 1993.
- GRAHAM, D.; BUARQUE DE HOLANDA, S. Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970. São Paulo, IPE/USP, 1971 (mimeo).
- GRAHAM, D.; BUARQUE DE HOLANDA, S. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico no Brasil. In: Moura, H. Migração Interna, Fortaleza, BNB, 1980.
- HAKKERT, R.; MARTINE, G. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Parcerias Estratégicas, Brasília, CGEE, n.22, jun.2006.
- HALL, M. Trabalhadores Imigrantes. Campinas. Prefeitura Municipal, 1989.
- HARVEY, D. [1989] A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HEYMAN, J. Construcción y uso de tipologias: movilidad geográfica desigual em La frontera México-Estados Unidos. In: Ariza, M. e Velasco, L. (coord). Métodos Cualitativos y su aplicación empírica. UNAM- El Colegio de La Frontera Norte. México, 2012.

HOBBSBAWN, E. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, T. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915. Estudos Econômicos, v. 2, n.6, 1972.

IPEA/NESUR. Caracterização da rede urbana brasileira. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

KATZ, E.; STARK, O. Labor migration and risk aversion in Less Developed countries. Journal of Labor Economics, v. 4, n. 1, 1986.

KORNIN, T.; MOURA, R. Metropolização e governança urbana: relações interescares em oposição a práticas municipalistas. Anais XXVI Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 2002.

KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the "Migrant Network" fails to explain International Migration. International Migration Review, v. 39, n. 1, 2005.

LATTES, A. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: UNITED NATIONS. Population distribution and migration. New York: United Nations, 1998.

LEE, E. S. [1966] Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira, 1872-1972. Revista de Saúde Pública (supl.), jun, 1974.

LIMA, E.; BRAGA, F. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma tipologia dos padrões da mobilidade populacional no Brasil. Anais ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2010, Caxambu. Belo Horizonte: ABEP, 2010.

LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e migração: uma abordagem histórico-estrutural. Novos Estudos CEBRAP 6, São Paulo, 1973.

LOPES, J. R. B.; PATARRA, N. Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. Cadernos Cebrap, 20, 1975.

MACHADO, C. Estabelecimento de fluxos migratórios padrão para o Brasil: análise exploratória dos dados censitários de 1991 e 2000. Anais ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80, Textos para Discussão 329, Brasília. 1994

MARTINE, G. Migração e metropolização, Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 1, núm. 2, 1987

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. População e História. ABEP/IUSSP/CELADE, 1990.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Textos para Discussão 329, Brasília, IPEA, 1994.

MARTINE, G; Camargo, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes, Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 1, núm. 2, 1984.

MARTINE, G; CARVALHO, J. A. M. Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais. In: SEMINÁRIO BRASIL SÉCULO, 21., 1989, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP, 1989.

MARTINE, G. et al. A URBANIZAÇÃO NO Brasil: retrospectiva, componentes, perspectivas. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Brasília, ABEP, 1988.

MARTINS, J. S. O vô das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J. S. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1986.

MASSEY, D. [1984]. Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production. 2 ed. Nova Iorque, Routledge, 1995.

- MASSEY, D.; ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. *Worlds in motion: understanding International Migration at the end of the millennium*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- MASSEY, Douglas; ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. *Theories of International Migration*. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.
- MATOS, C. *Capital, población y territorio*. In: SEMINÁRIO DISTRIBUCIÓN Y MOVILIDAD TERRITORIAL DE LA POBLACIÓN Y DESARROLLO HUMANO, 1994, Bariloche, Argentina. *Anais...* Bariloche: Fundación Bariloche/CENEP/PROLAP, 1994.
- MATOS, R. E. S. (Org.) . *Espacialidades em Rede: População, Urbanização e Migração no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 2005.
- MATOS, R. E. S. . *Fluxos migratórios regionais no Brasil contemporâneo: descrição e análise*. In: Maria Flora Gonçalves, Carlos Antônio Brandão, Antônio Carlos Galvão. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- MATOS, R. E. S. . *Questões Teóricas Acerca dos Processos de Concentração e Desconcentração da População*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 12, n. 1-2, 1995.
- MATOS, R. E. S. ; BAENINGER, Rosana . *Migration and Urbanization in Brazil: Processes of Spatial Concentration and Deconcentration and the Recent Debate* . *Anais XXIV General Population Conference, 2001, Salvador: Brazilian Demography. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2001*.
- MATOS, R. E. S. *Distribuição espacial da população de Minas Gerais e tendências de desconcentração nas áreas de influência de Belo Horizonte*. 1994. Tese (Doutorado) - CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte.
- MATOS, R.E.. *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*. Documento de Trabalho 11, Brasília, Instituto SPN, 1992.
- MATOS, Ralfo; STEFANI, João; LOBO, Carlos Fernando Ferreira. *Inversão no balanço migratório*. *Anais ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. Caxambu: ABER, 2004*.
- MELLO, J.M. C. [1975]. *O Capitalismo tardio*. São Paulo Brasiliense, 1982.
- MERRICK, T.; GRAHAM, D. *População e Desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- MITCHELL, J. C. *Towards a situational sociology of wage-labour circulation. Circulation in Third World Countries*. Chapman, M. & Prothero, R. M (org.). Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 30–53, 1985.
- MORSE, R. *Formação Histórica de São paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- OJIMA, R. *Instituições políticas e Mudança Ambiental: os novos arranjos institucionais na gestão de recursos hídricos e suas interfaces políticas*. UNICAMP, Dissertação de Mestrado, Campinas, 2003.
- OLIVEIRA, M.C.F.A. *Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo*. Campinas, NEPO/ UNICAMP; Textos Nepo, 1985.
- OLIVEIRA, A. T.; SIMÕES, A. *Deslocamentos populacionais no Brasil: uma análise dos censos demográficos de 1991 e 2000*. *Anais ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu*.
- OLIVEIRA, A.T. *Tendências recentes da mobilidade espacial da população no Estado do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol.27, jan/jlu 2010.
- OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos & Análises, 1).
- OLIVEIRA, O e STERN, C. *Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos*. In Moura, H. (org) *Migração Interna – textos selecionados*. Banco do Nordeste do Brasil S.A. Fortaleza, 1980.

- PACHECO, C. A. e PATARRA, N. L. Movimentos Migratórios nos Anos 80: novos padrões? Anais Encontro Nacional sobre Migração. Curitiba, 1997.
- PACHECO, C. A. Fragmentação da nação. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- PAIVA, Odair da Cruz. A Migração para São Paulo e suas Interfaces com a Dinâmica da Economia Brasileira. Caderno UniABC, Santo André, v. 1, n. III, 2001
- PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. M. Migração na metrópole. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, n.4, p.21-47, out./dez.2005.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Povigente, Povo Vigente, Povo e Gente. Campinas, NEPO/UNICAMP, Textos Nepo, 1988.
- PATARRA, N. L. (Coord.). Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 9, 2005.
- PATARRA, N. Migração na transição demográfica: o caso de São Paulo – 1900/1980. In: CONGRESSO EURO-BRASILEIRO SOBRE MIGRAÇÃO, 1985, São Paulo. Anais... São Paulo: Faculdade de Direito/ USP, 1986.
- PIORE, M.; SABEL, C. The second industrial divide. Nova Iorque: Basic Books, 1984.
- PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 69, p. 73-93, outubro 2004.
- PORTES, A. Migrações Internacionais: teorias, tipos e modos de incorporação, Oeiras: Celta, 1999.
- RAMALHO, H.; TARGINO, I. Migrações para as Regiões Metropolitanas brasileiras: uma análise por dados em painel (1970- 2000). Anais ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004.
- RICHARDSON, H. Polarization reversal in development countries. Papers of the Science Association, vol 45, 1980.
- RIGOTTI, J. I. R. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 20, 2006
- RIGOTTI, J. I. R.; VASCONCELLOS, I. Uma análise espacial exploratória dos fluxos populacionais brasileiros nos períodos 1986-1991 e 1995-2000. Anais ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005.
- SALES, T. O Brasil no contexto das novas migrações internacionais. Revista Travessia, São Paulo, CEM, n.21, 1995.
- SALLES, M. R. R. . Panorama da Imigração no pós segunda guerra mundial. Studi Emigrazione, Roma Itália, v. 155, 2004.
- SANTOS, M. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SASSEN, S. The mobility of labor and capital. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SASSEN, S. The global city. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- SASSEN, S. [1994] As cidades na economia mundial. São Paulo; Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, S. Sociologia da globalização. Artmed, 2010.
- SAYAD, A. La Double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Seul, 1999.
- SCHAEFFER, F. la circulation migratoire, révélatrice de la structuration sociospatiale du champ migratoire marocain. Cortes, G. e Faret, L (orgs). Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009.
- SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- SIMON, G. Penser globalement les migrations. Revue Projet, n. 272. disponível em <http://www.cairn.info/revue-projet-2002-4-page-37.htm>. acesso em 18/07/2011.

- SIMMONS, A. Explicando la migración: la teoría en la encrucijada. *Estudios Demográficos y Urbanos*, Mexico, El Colegio de Mexico, v.6, n.16, 1991.
- SIQUEIRA, C. G. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000). Campinas, 2008. 347f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SKELDON, R. *Population Mobility in Developing Countries*. London; New York: Bedhaven Press, 1990.
- SOARES, W. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- SOARES, W.; RODRIGUES, R. N. Uma leitura dos vínculos entre as trocas migratórias internas e a emigração internacional de Valadares e de Ipatinga segundo a perspectiva egocentrada da análise de redes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2004.
- SPAAN, E. Labour circulation and socioeconomic transformation. The case of East Java, Indonesia. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute - Report n. 56, The Hague, 1999.
- TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. *Annales de la Recherche Urbana*. no.59-60, 1996
- TASCHNER, S.; BOGUS, L. M. Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências. *Revista Brasileira de Estudos de População*. jul/dez, 1986.
- TEUNE, H. Comparing Countries: lessons learned. *Comparative Methodology*. Elsen Oyen, SAGE Studies in International Sociology, 40, 1990.
- TRUZZI, O. M. S.. *Café e Indústria: São Carlos (1850-1950)*. 3a. ed. São Paulo e São Carlos: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e EdUFSCar, 2007. 208 p.
- TRUZZI, O. M. S. Redes em processos migratórios. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v.20, p. 199-218, 2008.
- VAINER, C. B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995.
- VAINER, C. e BRITO, F. *Migrações e Migrantes na Formação do Brasil Contemporâneo*. Anais IUSSP, Salvador, 2001.
- VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, ano XVI, n. 1, jan-jul, 2002.
- VAINER, C. Lugar, região, nação, mundo – explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo, 8 (2), nov, 2006.
- VELTZ, P [1996]. *Mundialización, ciudades y territorios*. Barcelona: Ariel Geografía, 1999.
- VILLA, Me RODRIGUEZ, J. Dinâmica de la población en las grandes ciudades en América Latina y Caribe, *Documentos Docentes*, CELADE, Santiago de Chile.
- WALLERSTEIN, I. A world-system perspective on the social science. *British Journal of Sociology*, vol. 27, n.3, 1976.
- WEBER, M. *The Methodology of the Social Sciences*. 1949
- WENDEN, C. Um essai de typologie des nouvelles mobilités. *Hommes & migration*, n.1233, 2001.
- ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*, v. 61, n.2, 1971.

